



# PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

## Relatório Final

VERSÃO: 02/04/2020 18:06





# PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - RELATÓRIO FINAL

## GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Massa Ratinho Junior – *Governador*

Darci Piana – *Vice-Governador*

## SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES (SEPL)

(SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL) \*

Valdemar Bernardo Jorge – *Secretário de Estado*

## SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFA)

Rene de Oliveira Garcia Junior – *Secretário de Estado*

## SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)

Reinhold Stephanes – *Secretário de Estado*

## SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB)

Norberto Anacleto Ortigara – *Secretário de Estado*

## SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO (SEDEST)

(SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS) \*

Marcio Fernando Nunes – *Secretário de Estado*

## SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE (SEED)

(SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO) \*

Renato Feder – *Secretário de Estado*

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA)

Carlos Alberto Gebrim Preto – *Secretário de Estado*

## CASA MILITAR (CM) | COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL - DC

Tenente-Coronel Welby Pereira Sales – *Chefe da Casa Militar e Coordenador Estadual da Defesa Civil*

## INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES)

Carlos Gomes Pessoa – *Diretor-Presidente*

## INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ (IAPAR-EMATER)

(INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER) \*\*

Natalino Avance de Souza – *Diretor-Presidente*

## INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT)

(INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS – ITCG; INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ – IAP; INSTITUTO DAS ÁGUAS DO PARANÁ – ÁGUASPARANÁ) \*\*\*

Everton Luiz da Costa Souza – *Diretor-Presidente*

**UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROJETO - UGP**  
**Coordenação de Desenvolvimento Governamental e Projetos Estruturantes - CDG/SEPL**

*Coordenador Geral* - Nestor Bragagnolo  
*Coordenador Adjunto* - Tobias de Freitas Prando

**EQUIPE TÉCNICA**

Carolline Borges Perosa  
Edgard Virmond Arruda Filho  
Fabricio Miyagima  
Fernanda Godoi de Paula  
Gustavo Batista Machado  
Lucas Rodrigues Maciel  
Marcia Batista Cardozo  
Milton de Almeida Barbosa  
Nayara Lobo Carneiro Galera  
Rafael Santiago Deconti  
Ricardo Fernandes Bezerra  
Sandra Cristina Lins dos Santos  
Sirlei Barchik  
Sônia Maria dos Santos

\* Denominação alterada pela Lei Estadual nº 19.848 de 03 de maio de 2019, que dispõe sobre a organização básica da administração do Poder Executivo do Estado do Paraná.

\*\* Denominação alterada pela Lei Estadual nº 20.121 de 31 de dezembro de 2019, que autoriza a incorporação do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PR), do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia e da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR), nas condições que especifica, pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR).

\*\*\* Denominação alterada pela Lei Estadual nº 20.070 de 19 de dezembro de 2019, que autoriza a incorporação do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG) e do Instituto das Águas do Paraná (ÁGUASPARANÁ), pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ADEOP</b>	Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
<b>AGUASPARANÁ</b>	Instituto das Águas do Paraná
<b>AID</b>	Associação Internacional de Desenvolvimento
<b>ANATER</b>	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>APSs</b>	Atenção Primária de Saúde
<b>ARPIN</b>	Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul
<b>AT</b>	Assistência Técnica
<b>ATER</b>	Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>ATJ</b>	Assessoria Técnica do Gabinete
<b>AVC</b>	Acidente Vascular Cerebral
<b>BACEN</b>	Banco Central do Brasil
<b>BIRD</b>	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
<b>BM</b>	Banco Mundial
<b>BREC</b>	Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas
<b>CAOP</b>	Centro de Apoio Operacional as Promotorias
<b>CDG</b>	Coordenadoria de Desenvolvimento Governamental e Projetos Estruturantes
<b>CEGERD</b>	Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos e Desastres
<b>CELEPAR</b>	Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná
<b>CGE</b>	Controladoria Geral do Estado
<b>CIB</b>	Comissão Intergestores Bipartite
<b>CM</b>	Casa Militar
<b>COPEM</b>	Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios
<b>CVE</b>	Certificado de Vistoria em Estabelecimento
<b>DEAM</b>	Departamento de Aquisições de Materiais
<b>DLAE</b>	Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual
<b>DLIs</b>	Disbursement Linked Indicator (Indicador de desembolso)
<b>DRM</b>	Política de Gestão de Risco e Desastre
<b>DSEI</b>	Distrito Sanitário Especial Indígena
<b>EAD</b>	Educação a Distância
<b>EJA</b>	Educação para Jovens e Adultos
<b>EMATER/PR</b>	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>EPPI</b>	Estratégia de Participação dos Povos Indígenas
<b>FAEP</b>	Federação da Agricultura do Estado do Paraná
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
<b>FUNAI</b>	Fundação Nacional do Índio
<b>FUNDEPAR</b>	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional
<b>GERFI</b>	Gerente de Fiscalização da Regional Centro-Sul
<b>GFS</b>	Grupo Financeiro Setorial
<b>GOES</b>	Geostationary Operacional Environmental Satellite
<b>GPI</b>	Sistema de Gestão Patrimonial
<b>GPRS</b>	General Packet Radio Service
<b>GRD</b>	Gestão de Riscos e Desastres do Paraná
<b>HOSPSUS</b>	Programa de Apoio e Qualificação de Hospitais Públicos e Filantrópicos do SUS Paraná
<b>HRM</b>	Gestão Mais Estratégica e Eficiente dos Recursos Humanos
<b>IAM</b>	Infarto Agudo do Miocárdio
<b>IAP</b>	Instituto Ambiental do Paraná
<b>IAT</b>	Instituto Água e Terra
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICMS</b>	Imposto Sobre Circulação De Mercadorias e Prestação De Serviços
<b>ID</b>	Indicador de Desembolso
<b>IDE</b>	Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais
<b>IDEB</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano

<b>IDH-M</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>IFR</b>	Interim Financial Report
<b>IM</b>	Indicador de Monitoramento
<b>IPARDES</b>	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>IPVA</b>	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
<b>IRI</b>	Indicadores de Resultados Intermediários
<b>IS</b>	Indicadores Sociais
<b>ITCG</b>	Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná
<b>ITCMD</b>	Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação
<b>KM</b>	Quilômetro
<b>LI</b>	Licença de Instalação
<b>LO</b>	Licença de Operação
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>LP</b>	Licença Prévia
<b>LPI</b>	Licitação Pública Internacional
<b>LPN</b>	Licitação Pública Nacional
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MINEROPAR</b>	Minerais do Paraná
<b>MOP</b>	Manual Operativo do Projeto
<b>MS</b>	Ministério da Saúde
<b>NA</b>	Não se aplica
<b>NRE</b>	Núcleo Regional de Educação
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>ONGs</b>	Organizações Não Governamentais
<b>OP</b>	Políticas Operacionais do Banco Mundial
<b>PAA</b>	Programas Bolsa Família e de Aquisição de Alimentos
<b>PAD</b>	Project Appraisal Document
<b>PDE</b>	Programa de Desenvolvimento da Educação
<b>PDO</b>	Objetivo do Desenvolvimento do Projeto
<b>PDS</b>	Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Litoral do Paraná
<b>PEC</b>	Padrão de Exatidão Cartográfica
<b>PGEs</b>	Programas de Gastos Elegíveis
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>POP</b>	Planos Operativos Plurianuais
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>PPP</b>	Projeto Político-Pedagógico
<b>PRI</b>	Planos de Reassentamento Involuntário
<b>RePAMF</b>	Rede Paranaense de Monitoramento Hidrometeorológico
<b>RMT</b>	Revisão de Meio Termo
<b>RUE</b>	Rede de Urgência e Emergência
<b>SADT</b>	Serviço Auxiliar Diagnóstico e Terapia
<b>SAEP</b>	Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem
<b>SAMU</b>	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
<b>SANEPAR</b>	Companhia de Saneamento do Paraná
<b>SARP</b>	Salvamento em Águas Rápidas
<b>SEAB</b>	Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento
<b>SEAIN</b>	Secretaria de Assuntos Internacionais
<b>SEAP</b>	Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
<b>SEDEST</b>	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo
<b>SEDS</b>	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (sigla extinta)
<b>SEED</b>	Secretaria do Estado de Educação e do Esporte
<b>SEFA</b>	Secretaria de Estado da Fazenda
<b>SEJUT</b>	Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho
<b>SEMA</b>	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (sigla extinta)
<b>SENAR</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

<b>SEPA</b>	Sistema de Gestão de Planos de Aquisições
<b>SEPL</b>	Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes
<b>SESA</b>	Secretaria de Estado da Saúde
<b>SESAI</b>	Secretaria Especial de Saúde Indígena
<b>SGA</b>	Sistema de Gestão Ambiental
<b>SGT</b>	Sistema de Gestão Tributária
<b>SIAF</b>	Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro
<b>SIATE</b>	Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergências
<b>SIGARH</b>	Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos
<b>SIGMA-PP</b>	Sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Acompanhamento de Projetos e Programas
<b>SIGRISCO</b>	Sistema de informação de Gestão de Riscos
<b>SIH</b>	Sistema de Informações Hospitalares
<b>SIMEPAR</b>	Sistema Meteorológico do Paraná
<b>SIMPLES</b>	Sistema de Tributação Simplificada
<b>SINASC</b>	Sistema de Informações de Nascidos Vivos
<b>SIPREC</b>	Sistema de Previsão e Estimativa de Chuva
<b>SIS-PRENATAL</b>	Sistema de Acompanhamento do Programa de Humanização
<b>SOE</b>	Relatório de Gastos
<b>STEP</b>	Systematic Tracking of Exchanges in Procurement
<b>STN</b>	Secretaria do Tesouro Nacional
<b>SUDE</b>	Superintendência de Desenvolvimento Educacional
<b>SUED</b>	Superintendência da Educação
<b>SURIN</b>	Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>SWAP</b>	Sector Wide Approach
<b>TCE</b>	Tribunal de Contas do Estado
<b>TDR</b>	Termo de Referência
<b>TI</b>	Tecnologia da Informação
<b>TOR</b>	Terms of Reference
<b>UBS</b>	Unidade Básica de Saúde
<b>UGP</b>	Unidade de Gerenciamento do Projeto
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>UTI</b>	Unidade de Terapia Intensiva
<b>VANT</b>	Veículo Aéreo Não Tripulado
<b>WB</b>	World Bank
<b>WHO</b>	World Health Organization



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mortalidade Infantil e Materna no Paraná: 2002-2010	19
Figura 2: Estrutura do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná	21
Figura 3: Territórios de atuação do programa PRÓ-RURAL	35
Figura 4: Arranjo Institucional do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná	43
Figura 5: Distribuição espacial das organizações apoiadas na área do PRÓ-RURAL e localização da área de abrangência dentro do Estado do Paraná	69
Figura 6: Distribuição espacial das microbacias trabalhadas pelo programa	70

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Programas de Gastos Elegíveis (PGE) apoiados pelo Componente 1 do projeto, seus executores e número das Iniciativas Orçamentárias.	22
Tabela 2: Programas, área de abrangência e beneficiários dos mesmos	35
Tabela 3: Escopo da Estratégia de Participação dos Povos Indígenas do Projeto	39
Tabela 4: Escopo do Marco de Gestão Ambiental	41
Tabela 5: Indicadores de Desenvolvimento Social (PDO)	56
Tabela 6: Indicadores de Resultados Intermediários (IRI)	56
Tabela 7: Indicadores de Resultados Intermediários (IRI)	57
Tabela 8: Indicadores de Desembolso (DLI)	57
Tabela 9: Indicadores de Desembolso (DLI)	58
Tabela 10: Indicadores Sociais (IS)	58
Tabela 11: Resumo da avaliação econômica dos setores programas envolvidos	67
Tabela 12: Componente 2: Assistência Técnica	88
Tabela 13: Indicadores de Desembolso e alterações procedidas (1º e 2º Aditivo)	94
Tabela 14: Desembolsos realizados no projeto	100
Tabela 15: Programa de Gastos Elegíveis (PGE)	102
Tabela 16 : Execução Financeira por ano do período de 2013-2019 e percentual de execução	103
Tabela 17: Valores de Revisão Prévia	123
Tabela 18: Indicadores sociais, de desenvolvimento setorial, resultados intermediários e de desembolso	153
Tabela 19: Indicadores de Monitoramento do Setor 1: Desenvolvimento Rural Sustentável. Programa Desenvolvimento Econômico Territorial (PRÓ-RURAL) e Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias	160
Tabela 20: Indicadores de Monitoramento do Setor 2: Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres. Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental e Programa Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	162
Tabela 21: Indicadores de Monitoramento do Setor 3: Educação - Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem, Programa Formação em Ação e Programa Renova Escola	165
Tabela 22: Indicadores de Monitoramento do Setor 4: Saúde - Programa Redes de Urgência e Emergência e Programa Rede Mãe Paranaense	166

## APRESENTAÇÃO

O Relatório Final do Projeto tem o objetivo de sintetizar as ações e resultados alcançados pela Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) criada junto à Coordenação de Desenvolvimento Governamental e Projetos Estruturantes (CDG) da Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL) na gestão do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, e as ações e resultados das Secretarias Estaduais e Autarquias Públicas Estaduais envolvidas na implementação dos programas de responsabilidade de cada uma.

O Acordo de Empréstimo nº 8.201-BR firmado entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) - Banco Mundial e o Estado do Paraná teve duração de 04 anos, com dilação de prazo de mais 02 anos, iniciando em dezembro de 2013 e encerrando-se em 30 de novembro de 2019.

A estrutura do presente relatório procurou organizar os assuntos da seguinte forma:

Capítulo 1 - Contextualização na preparação do projeto, incluindo as características geográficas, setoriais e institucionais do Estado do Paraná. A estruturação do projeto, contendo o organograma do projeto, Componente 1 com os devidos programas desenvolvidos para a execução do projeto e Componente 2 - Assistência Técnica. São relatados os beneficiários, área de abrangência do projeto, as modalidades de desembolso, monitoramento e avaliação, bem como as políticas de salvaguardas do Banco Mundial.

Capítulo 2 - Reformulação do projeto, incluindo a primeira e segunda com todos os ajustes procedidos nas cláusulas contratuais que envolveram principalmente normas operacionais, metas e regras de gestão financeira.

Capítulo 3 - Resultados alcançados nos programas do Componente 1 e no Componente 2 - Assistência Técnica, do Projeto Multissetorial.

Capítulo 4 - São descritos os fatores que afetaram a implementação e o desenvolvimento do projeto, para cada programa do Componente 1 e para as ações de assistência técnica do Componente 2, assim como outras mudanças que foram necessárias no transcurso desses 6 anos de execução do projeto.

Capítulo 5 - A sustentabilidade pós operação também foi assunto tratado para os componentes 1 e 2, visto a importância das ações implementadas para a continuidade dos benefícios alcançados para o Estado do Paraná.

Capítulo 6 e Capítulo 7 - Coube a esses capítulos as inclusões das lições aprendidas e as considerações finais, fechando assim o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

Este relatório é documento integrante do Projeto Multissetorial e destina-se aos gestores responsáveis pelos programas do Banco Mundial diretamente envolvidos nos trabalhos. Ressalte-se que é um documento público que deverá integrar a página da Secretaria do Estado de Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL) e poderá ser utilizado e consumido como fonte de informação e consulta por toda a sociedade.



# SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS</b>	<b>5</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b>	<b>8</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b>	<b>9</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>SUMÁRIO</b>	<b>12</b>
<b>1. CONTEXTO, OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO E DESENHO DO PROJETO</b>	<b>15</b>
<b>11. CONTEXTO NA PREPARAÇÃO DO PROJETO</b>	<b>15</b>
1.1.1. Contexto do Estado do Paraná	16
1.1.2. Contexto Setorial	17
1.1.3. Contexto Institucional	19
<b>12. PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ</b>	<b>20</b>
1.2.1. Desenho do projeto	20
1.2.2. Componente 1 - Descrição dos Programas	22
1.2.3. Componente 2 - Descrição dos Programas	32
<b>13. ÁREA DE ABRANGÊNCIA E BENEFICIÁRIOS</b>	<b>34</b>
<b>14. MODALIDADES DE DESEMBOLSO</b>	<b>36</b>
<b>15. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO</b>	<b>37</b>
<b>16. POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS</b>	<b>38</b>
1.6.1. Desenho da Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI)	39
1.6.2. Desenho do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário	40
1.6.3. Desenho do Marco de Gestão Ambiental	41
<b>17. ARRANJO INSTITUCIONAL DO PROJETO</b>	<b>42</b>
<b>18. DOCUMENTOS DO PROJETO</b>	<b>43</b>
<b>2. REFORMULAÇÃO DO PROJETO</b>	<b>46</b>
<b>21. PRIMEIRA REFORMULAÇÃO - APROVADA EM 25 DE AGOSTO DE 2015</b>	<b>46</b>
2.1.1. Principais alterações com relação a gestão financeira	46
<b>22. SEGUNDA REFORMULAÇÃO – REVISÃO DE MEIO TERMO</b>	<b>47</b>
2.2.1. Ajustes nos programas	49
2.2.1.1. <i>Programa Desenvolvimento Econômico Territorial (PRÓ-RURAL)</i>	49
2.2.1.2. <i>Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias</i>	49
2.2.1.3. <i>Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental</i>	49
2.2.1.4. <i>Programa Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos</i>	50
2.2.1.5. <i>Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem</i>	52
2.2.1.6. <i>Programa Formação em Ação</i>	52
2.2.1.7. <i>Programa Renova Escola</i>	52
2.2.1.8. <i>Programa Rede de Urgência e Emergência</i>	53
2.2.1.9. <i>Programa Rede Mãe Paranaense</i>	53
2.2.2. Indicadores chave	54
2.2.3. Políticas de Salvaguardas	58
2.2.3.1. <i>Reformulação da Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI)</i>	58
2.2.3.2. <i>Reformulação do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário</i>	59
2.2.3.3. <i>Reformulação do Marco de Gestão Ambiental</i>	60
2.2.4. Gestão financeira do Componente 2: Assistência Técnica	60
2.2.5. Gestão financeira do projeto	62
2.2.6. Avaliação Econômica	62
2.2.6.1. <i>Sector 1: Desenvolvimento Rural Sustentável</i>	63
2.2.6.2. <i>Sector 2: Gestão ambiental e de Riscos e Desastres</i>	64
2.2.6.3. <i>Sector 3: Educação</i>	65
2.2.6.4. <i>Sector 4: Saúde</i>	66
2.2.6.5. <i>Impacto no Desenvolvimento Econômico</i>	66
<b>3. RESULTADOS ALCANÇADOS</b>	<b>68</b>

<b>3.1. PRINCIPAIS RESULTADOS DO COMPONENTE 1</b>	<b>68</b>
3.1.1. Programa Desenvolvimento Econômico Territorial (PRÓ-RURAL)	68
3.1.2. Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias	69
3.1.3. Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	70
3.1.4. Programa Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	72
3.1.5. Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem	74
3.1.6. Programa Formação em Ação	75
3.1.7. Programa Renova Escola	75
3.1.8. Programa Rede de Urgência e Emergência	77
3.1.9. Programa Rede Mãe Paranaense	78
<b>3.2. RESULTADOS DAS POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS</b>	<b>79</b>
3.2.1. Resultados Alcançados da Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI)	79
3.2.2. Resultados Alcançados do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário	82
3.2.3. Resultados Alcançados do Marco de Gestão Ambiental	86
<b>3.3. PRINCIPAIS RESULTADOS DO COMPONENTE 2</b>	<b>86</b>
<b>3.4. RESULTADOS DOS INDICADORES FÍSICOS DO PROJETO</b>	<b>91</b>
<b>3.5. RESULTADOS FINANCEIROS</b>	<b>91</b>
3.5.1. Controles Internos	91
3.5.2. Sistemas de Informações	92
3.5.3. Indicadores Vinculados ao Desembolso (DLIs)	93
<b>4. FATORES QUE AFETARAM A IMPLEMENTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO</b>	<b>111</b>
<b>4.1. TEMPO ENTRE O DESENHO DO PROJETO E INÍCIO DA EXECUÇÃO</b>	<b>111</b>
<b>4.2. COMPONENTE 1</b>	<b>111</b>
4.2.1. Programa Desenvolvimento Econômico Territorial (PRÓ-RURAL)	111
4.2.2. Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias	112
4.2.3. Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	112
4.2.4. Programa Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	113
4.2.5. Sistema de Avaliação da Aprendizagem	113
4.2.6. Formação em Ação	113
4.2.7. Renova Escola	114
4.2.8. Programa Rede de Urgência e Emergência e Programa Rede Mãe Paranaense	114
<b>4.3. IMPLEMENTAÇÃO DAS SALVAGUARDAS DO PROJETO</b>	<b>115</b>
4.3.1. Estratégia de Participação dos Povos Indígenas	115
4.3.2. Marco da Política de Reassentamento Involuntário	117
4.3.3. Marco de Gestão Ambiental	118
<b>4.4. COMPONENTE 2</b>	<b>119</b>
4.4.1. Inconsistência na elaboração de alguns termos de referência, especificamente nos casos de:	120
4.4.2. Atraso na preparação dos documentos relativos a instrução dos processos	120
4.4.2.1. Subcomponente 2.2: Modernização Institucional	120
4.4.2.2. Subcomponente 2.3: Gestão mais Eficiente dos Recursos Humanos	120
4.4.2.3. Subcomponente 2.6: Apoio ao Desenvolvimento do Sistema Estadual de Gestão de Riscos e Desastres	121
4.4.2.4. Subcomponente 2.7: Educação	121
4.4.2.5. Subcomponente 2.8: Saúde	121
4.4.3. Procedimentos e treinamentos relativos as normas de aquisições e seleções no âmbito do projeto	121
<b>4.5. FATOR DE RISCO DO PROJETO</b>	<b>122</b>
<b>4.6. SISTEMA DE GERENCIAMENTO, MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS (SIGMA-PP)</b>	<b>123</b>
<b>4.7. ALTERAÇÕES NA EQUIPE DO PROJETO, DO BANCO MUNDIAL E DIRIGENTES DO ESTADO</b>	<b>124</b>
4.7.1. Mudança de equipe do projeto	124
4.7.2. Mudanças nos dirigentes da Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL)	125
4.7.3. Mudanças do Gerente do Projeto por parte do Banco Mundial	125
<b>4.8. PROBLEMAS CONJUNTURAIS E SUAS IMPLICAÇÕES (2014 - 2015)</b>	<b>125</b>
<b>4.9. REFORMULAÇÃO DO SIAF E IMPLICAÇÕES COM RELAÇÃO AO PROJETO</b>	<b>126</b>

<b>4.10. SISTEMA DE GESTÃO DE PLANOS DE AQUISIÇÕES (SEPA)</b>	<b>126</b>
<b>4.11. SYSTEMATIC TRACKING OF EXCHANGES IN PROCUREMENT (STEP)</b>	<b>126</b>
<b>5. SUSTENTABILIDADE DO PROJETO PÓS OPERAÇÃO</b>	<b>127</b>
<b>5.1 COMPONENTE 1</b>	<b>127</b>
5.1.1. Programa Desenvolvimento Econômico Territorial (PRÓ-RURAL)	127
5.1.2. Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias	128
5.1.3. Programa Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos e Programa de Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	128
5.1.4. Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem	129
5.1.5. Programa Formação em Ação	130
5.1.6. Programa Renova Escola	130
5.1.7. Programa Rede de Urgência e Emergência e Programa Rede Mãe Paranaense	130
<b>5.2. SALVAGUARDAS</b>	<b>130</b>
5.2.1. Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI)	130
5.2.2. Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário	131
5.2.3. Marco de Gestão Ambiental	132
<b>5.3. COMPONENTE 2</b>	<b>132</b>
5.3.1. Sistema de Gestão Tributária (SGT)	132
5.3.2. Atualização do Cadastro Imobiliário do Estado do Paraná	133
5.3.3. Desenvolvimento de ferramentas de tecnologia da informação integrada para a CGE/PR	134
5.3.4. Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Litoral do Paraná (PDS_LITORAL)	134
5.3.5. Plano de Desenvolvimento Sustentável das Regiões de Londrina, Apucarana e Maringá (Plano da Metrópole Paraná Norte)	135
5.3.6. Capacitação estratégica nas modalidades presencial e a distância	135
5.3.7. Sistema de Informações para Gestão Ambiental e Recursos Hídricos (SIGARH)	136
5.3.8. Sistema metodológico e mapeamento de uso e cobertura da terra	137
<b>5.4. RESUMO DA VISÃO DOS BENEFICIÁRIOS E DOS PARCEIROS</b>	<b>137</b>
<b>5.5. PERFORMANCE DO BANCO</b>	<b>137</b>
<b>6. LIÇÕES APRENDIDAS</b>	<b>139</b>
<b>6.1 GESTÃO DO PROJETO</b>	<b>139</b>
<b>6.2 COMPONENTE 1</b>	<b>139</b>
6.2.1. Programa Desenvolvimento Econômico Territorial (PRÓ-RURAL)	139
6.2.2. Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias	140
6.2.3. Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	141
6.2.4. Programa Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	141
6.2.5. Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem	141
6.2.6. Programa Formação em Ação	141
6.2.7. Programa Renova Escola	142
6.2.8. Programa Rede de Urgência e Emergência e Programa Rede Mãe Paranaense	142
<b>6.3. SALVAGUARDAS</b>	<b>142</b>
6.3.1. Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI)	142
6.3.2. Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário	143
6.3.3. Marco de Gestão Ambiental	143
<b>6.4. COMPONENTE 2</b>	<b>144</b>
6.4.1. Aperfeiçoamento da capacidade de planejamento e programação da execução das ações	144
6.4.2. Estimulo a elaboração dos TDR por equipe multidisciplinar	144
6.4.3. Aperfeiçoamento do processo de gerenciamento da execução de projetos	145
6.4.4. Assimilar normas internacionais nos processos de aquisição e gerenciamento financeiro	145
6.4.5. Melhorar a capacidade de avaliação de riscos na implantação de projetos	145
6.4.6. Capacitação continuada	145
6.4.7. Efetiva participação da Equipe da UGP	145
6.4.8. Arranjo institucional da execução do Projeto Multissetorial	146
<b>6.5. FINANCEIRO</b>	<b>147</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>150</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>152</b>

## **1. CONTEXTO, OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO E DESENHO DO PROJETO**

O Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, objeto do Acordo de Empréstimo nº 8.201-BR, entre o Estado do Paraná e o Banco Mundial, teve como fundamento a promoção do acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico e humano mais equitativo e ambientalmente sustentável.

A execução do Projeto Multissetorial esteve sob a responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Projetos Estruturantes do Estado do Paraná (SEPL), por meio da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), a qual tem entre suas principais atribuições coordenar e supervisionar as atividades da execução, além de monitorar, avaliar e produzir os relatórios de desempenho com base em um conjunto de indicadores acordados com o Banco.

O acordo de empréstimo foi firmado com o Banco Mundial em 12 de dezembro de 2013 e executado com abordagem setorial ampla (SWAPs - Sector-Wide Approaches). Constituiu um tipo de financiamento inédito para Estado, em que houve o comprometimento com investimentos estratégicos em setores que promovessem o desenvolvimento econômico e social. Nesse arranjo, os programas foram assumidos como iniciativas orçamentárias no Plano Plurianual 2012-2015 e no de 2016-2019. Essa modalidade de empréstimo exigiu do mutuário um esforço de articulação, coordenação, monitoramento e avaliação junto às instituições executoras. Nesse contexto, práticas de monitoramento e de avaliação adquiriram maior relevância no âmbito do projeto ao combinar a mensuração de metas físicas e financeiras por programa, seguindo as Diretrizes de Seleção e Aquisições do Banco Mundial, como condição para os desembolsos previstos no âmbito do Acordo de Empréstimo.

### **1.1. CONTEXTO NA PREPARAÇÃO DO PROJETO**

Este primeiro capítulo resgata as características do Estado do Paraná, sob a ótica geográfica, econômica e social, além do contexto setorial e institucional no momento da elaboração do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

### 1.1.1. CONTEXTO DO ESTADO DO PARANÁ

O Estado do Paraná<sup>1</sup> está localizado no sul do Brasil e possui uma área de 199.880<sup>2</sup> km<sup>2</sup>. De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), na ocasião da etapa de preparação do projeto, o Estado do Paraná era a quinta maior economia do País e os indicadores sociais estavam acima da média nacional. A economia do Estado representava 5,9% do Produto Interno Bruto (PIB) (R\$251,5 bilhões ou US\$149,5 bilhões<sup>3</sup>), cujas proporções eram de 63,9% em serviços; 26,7% em indústria e 9,4% para agricultura. Com a população total de 10,44 milhões de pessoas, o Paraná abrigava 5,4% da população total do País, com 85,3% morando em áreas urbanas. Seu PIB per capita, era o quinto maior do país e 5,9% acima da média nacional. De maneira geral, o Paraná atingiu um nível alto de desenvolvimento econômico e social. Os indicadores sociais como desigualdade de renda, analfabetismo e mortalidade infantil apontavam para um nível superior de desenvolvimento social em relação à média nacional.

Apesar destas conquistas, o Estado do Paraná apresentava desigualdades regionais persistentes e uma perda de dinamismo econômico. Existia grande disparidade entre as regiões do Estado, algumas mais atrasadas, caracterizadas por baixa renda e pior acesso aos serviços sociais de qualidade. O desempenho forte das regiões Oeste, Norte e Leste do Paraná contrastava com a pobreza e estagnação econômica da Região Central. Estas três regiões concentram a população e a atividade econômica, além de apresentarem melhor capacidade institucional no Paraná. Os municípios da região central apresentavam um atraso consistente se fossem comparados ao restante do Estado em termos de emprego e desenvolvimento humano. Além disso, a Região Metropolitana de Curitiba, onde se localiza a capital do Estado, era marcada por bolsões de pobreza elevada e acesso baixo aos serviços públicos. Embora o Paraná apresentasse a sétima e nona posição para as taxas de pobreza e pobreza extrema, respectivamente, quando comparadas a dos outros estados, o atraso da Região Central se aproximava da 19ª posição, com 30% dos domicílios considerados pobres.<sup>4</sup> Isto sugeria que ainda havia espaço significativo para melhorar muito o desenvolvimento social.

1 *Project Appraisal Document (PAD) – Public Disclosure Authorized, setembro, 2012*

2 *Fonte: Paraná em números, disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Parana-em-Numeros>*

3 *Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)*

4 *A linha da pobreza considerada aqui é a linha extrema da pobreza e a estimativa do valor da cesta básica é a de com o mínimo de calorias necessário para suprir as necessidades nutricionais básicas de uma pessoa, de acordo com as recomendações da FAO e WHO. Em Project Appraisal Document (PAD) – Public Disclosure Authorized, setembro, 2012.*

Visando transformar esta situação, o Estado propôs um programa para modernizar o setor público e aumentar o espaço fiscal para investir no desenvolvimento social e econômico.

### 1.1.2. CONTEXTO SETORIAL

Na Região Central do Paraná, a agricultura de pequenas áreas era a principal fonte de renda e modelava a estrutura social e econômica da maioria dos municípios. Mas, ainda existia pouco processamento agrícola e pouca ligação com o agronegócio ou atividades econômicas de outras regiões do Estado. O turismo rural começou a gerar alguma renda e a mostrar potencial para expansão, contudo a região central ainda oferecia poucas oportunidades de emprego e salários baixos, especialmente para mulheres e jovens, provocando um êxodo contínuo para as cidades em crescimento no Paraná e para os estados vizinhos.

Quatro fatores principais impediam a Região Central de participar do crescimento econômico do Estado:

- (i) Ambiente físico e produtividade baixa;
- (ii) Capacidade restrita e pouca inovação;
- (iii) Estrutura física como preocupação chave;
- (iv) História política e questões de posse de terra com papel importante.

Para enfrentar estas questões, a estratégia do Governo para a revitalização da economia da região central enfatizou o aumento da competitividade das cadeias de valor através da melhoria da qualidade de vida nas áreas rurais, melhor acesso à terra e a sua regularização, além da melhoria do manejo dos recursos naturais.

Em todo o Estado, a sustentabilidade da economia agrícola estava ameaçada pela degradação predominante do solo, uso inadequado e excessivo de fertilizantes, degradação da qualidade da água e perda da cobertura florestal e da biodiversidade. Estas questões afetaram também a quantidade e qualidade da água para consumo humano e setor energético, além de aumentar os riscos de enchente e desmoronamento. Para enfrentar estas questões, a estratégia do Governo enfatizou a modernização das ferramentas de manejo do espaço rural e o trabalho em conjunto com os produtores nas microbacias como a melhor unidade de planejamento para a melhoria do solo e da água.

Na questão ambiental, o pilar central para garantir o caminho do desenvolvimento sustentável esteve relacionado com a capacidade do Governo para a gestão ambiental e de riscos de desastres, além da capacidade de reagir aos desastres naturais. Além de tudo, o Estado possuía uma estrutura

reguladora muito boa e capacidade para enfrentar as questões ambientais. Entretanto, procedimentos operacionais incertos e complexos de cumprimento da lei ambiental<sup>5</sup> contribuíram para atrasos e insatisfação do setor privado. Com relação à gestão de riscos e desastres, uma análise em 2011 realizada por agências governamentais (baseada nos registros da Defesa Civil) indicou um crescimento dos eventos de desastres. Estes eventos incluem enchentes, tempestades, ventos, desmoronamentos e outros que são antropogênicos por natureza, como derramamento de óleo e substâncias tóxicas. Na preparação do projeto, o sistema da Defesa Civil do Estado estava mais dirigido para atividades de resposta aos desastres com carência de uma atividade mais proativa e preventiva.

No campo da educação, o Paraná quase atingiu o registro universal de matrículas na educação fundamental e tinha um dos melhores desempenhos entre os estados brasileiros na classificação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>6</sup>. Entretanto, 23,8% das crianças do ensino fundamental e 25,6% do ensino médio são pelo menos dois anos mais velhas do que a idade normal para seus níveis. Além disso, há quase 40% de diferença entre as taxas líquidas de matrícula do ensino fundamental e médio, indicando que muitas crianças com idade para estarem matriculadas na educação secundária são mantidas na educação fundamental e não passam para a secundária. Apesar das melhorias, as taxas de repetência e desistência estavam altas, especialmente no segundo ciclo da educação fundamental: 13,6% para repetência e 4,4% para desistência registradas em 2010.

Apesar do bom desempenho e qualidade do ensino em geral, foram observadas disparidades no rendimento das crianças entre as regiões e escolas. Algumas escolas em Curitiba (Capital do Estado) já atingiram as metas do Ministério da Educação para 2021, enquanto o IDEB de escolas em Loanda – distante apenas 200 km de Curitiba – era similar ao das escolas com pior desempenho no Brasil. Da mesma forma, na comparação entre escolas públicas e privadas, as últimas já alcançaram as metas de 2021.

Na questão da saúde, o Paraná estava marcado por uma nova realidade epidemiológica e demográfica que desafiava os elaboradores de políticas para melhorar as condições de saúde da população em um contexto de recursos limitados. Apesar do Estado apresentar uma cobertura de saúde adequada, havia a preocupação com a qualidade dos serviços de saúde. Na ocasião da

---

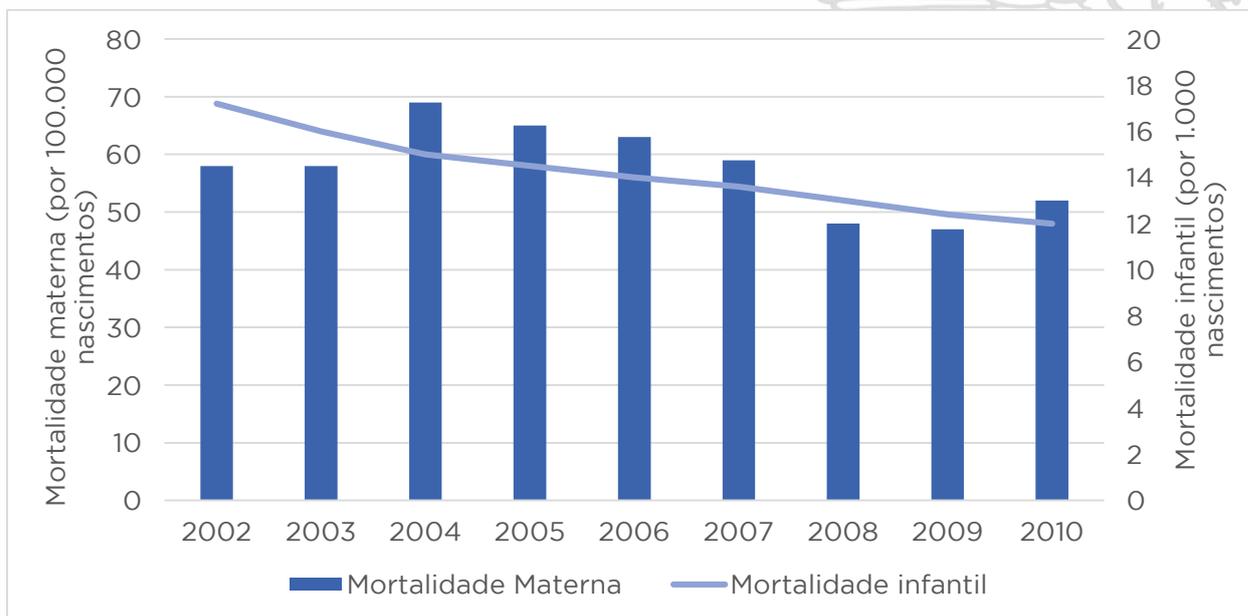
<sup>5</sup> Cumprimento ambiental significa cumprimento das leis, regulamentos, padrões e outros requisitos ambientais.

<sup>6</sup> IDEB é administrado pelo Ministério de Educação (ME) e é um índice combinado de: (i) prova nacional padronizada (Prova Brasil) para os/as 4/5 e 8/9 anos/séries, em português e matemática; e (ii) a taxa de aprovação das séries finais e iniciais do ensino fundamental e médio. Em 2009, o Paraná classificou-se em primeiro lugar no IDEB do ensino médio e em terceiro lugar do ensino fundamental.

elaboração do projeto dois indicadores refletiram este problema: a reversão na tendência da mortalidade materna (Figura 1) e o aumento de 18% nos casos de sífilis congênita de 2007 a 2009.

Outra preocupação chave estava relacionada com a baixa capacidade dos hospitais e a incapacidade das unidades de saúde para fornecer os serviços necessários. Apesar de existir hospitais de referência nas 22 regiões administrativas da saúde, a maioria deles era pequeno e não era possível absorver a demanda de procedimentos de saúde mais complexos. Além da preocupação de reduzir a falta de acesso aos serviços de qualidade, o setor de saúde no Paraná enfrentava desafios relacionados com fornecimento inadequado, mecanismos fracos de gestão e informação pobre para tomadas de decisão e organização de fornecimento de saúde. Excesso de estoque, subutilização, extravio e concentração desigual de equipamento médico reforçam as questões de acessibilidade, ao mesmo tempo afetando a qualidade e contribuindo para o aumento do custo do fornecimento de serviços. Estes desafios minaram a eficiência do sistema de saúde do Estado e conduziram ao fornecimento limitado de serviços, apesar da cobertura adequada em geral.

Figura 1: Mortalidade Infantil e Materna no Paraná: 2002-2010



Fonte: Instituto Paranaense de desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)

### 1.1.3. CONTEXTO INSTITUCIONAL

A Gestão do Setor Público consistiu na reforma do setor com a introdução de “um novo jeito de governar”. O Novo Jeito de Governar buscou uma autêntica liderança, com um governo aberto à cooperação e pactuação de objetivos de desenvolvimento com o mercado e terceiro setor.

Essa estratégia visou trazer benefícios para os outros dois pilares do projeto: desenvolvimento integrado, que inclui, entre outros, os setores de agricultura e meio ambiente; e desenvolvimento humano, que contempla setores como saúde e educação com enfoque no fornecimento eficiente e eficaz de serviços e fomentando o desenvolvimento mais inclusivo e justo no Paraná.

Neste contexto, foram programados investimentos na capacitação dos servidores, controle dos gastos, modernização na gestão da folha de pagamento, saneamento das finanças, qualidade fiscal, modernização institucional, modernização do sistema de licenciamento ambiental, e apoio à elaboração de planos de desenvolvimento regional, entre outras ações. Assim, a proposta do projeto esteve em consonância com a estratégia do governo para o desenvolvimento do Paraná.

## **1.2. PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ**

O Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná foi planejado com o objetivo de tornar mais justo e ambientalmente sustentável o acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico e humano, por meio da modernização da gestão do setor público e da gestão da receita no Estado do Paraná.

Os subitens subsequentes apresentam a descrição do projeto, suas características, responsabilidades e um breve detalhamento da modalidade de desembolso.

### **1.2.1. DESENHO DO PROJETO**

As ações deste Projeto foram organizadas em dois componentes: Componente 1, denominado de Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano e Componente 2, chamado Assistência Técnica para Gestão Pública Mais Eficiente e Eficaz.

No Componente 1, foram contemplados nove programas com ações finalísticas das Secretarias Estaduais de Agricultura, Meio Ambiente, Saúde e Educação. Estes Programas foram organizados em quatro setores: Desenvolvimento Rural Sustentável, Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres, Educação e Saúde.

No Componente 2, foram contempladas ações de apoio técnico e financeiro à implementação do Componente 1 e às atividades de modernização da gestão do setor público, envolvendo também as Secretarias de Fazenda, Planejamento, Administração e Previdência, Casa Militar (Defesa Civil) e Casa

Civil (Controle Interno). As ações, deste componente foram reunidas no setor Gestão do Setor Público e organizadas em oito subcomponentes: Qualidade Fiscal, Modernização Institucional, Gestão Mais Eficiente de Recursos Humanos, Apoio à Agricultura de Baixo Impacto Ambiental, Apoio a Modernização do Sistema de Gerenciamento Ambiental, Apoio a Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, Educação e Saúde.

A Figura 2 e as Tabelas 1 e 2 apresentam a estrutura do projeto e dos programas, executores envolvidos e iniciativas no orçamento respectivamente para o componente 1 e 2 do projeto.

Figura 2: Estrutura do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná



Fonte: Unidade de Desenvolvimento do Projeto, baseado no Project Appraisal Document (PAD) do Banco Mundial, 2012

Tabela 1: Programas de Gastos Elegíveis (PGE) apoiados pelo Componente 1 do projeto, seus executores e número das Iniciativas Orçamentárias.

Nº	PROGRAMAS DE GASTOS ELEGÍVEIS	EXECUTORES	INICIATIVAS NO PPA E LOA
<b>SETOR 1 - DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL</b>			
<b>PGE 1</b>	Desenvolvimento Econômico Territorial (PRÓ-RURAL)	SEAB	3028
		EMATER/PR	3033
		SEMA/ITCG	3034
<b>PGE 2</b>	Gestão de Solo e Água em Microbacias	SEAB	3027
		EMATER/PR	3029
		AGUASPARANÁ	3037
<b>SETOR 2 - GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES</b>			
<b>PGE 3</b>	Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	SEMA	3045
		IAP	3035
		AGUASPARANÁ	3046
<b>PGE 4</b>	Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	IAP	3044
		SEMA	3043
		AGUASPARANÁ	3036
		DEFESA CIVIL	3008
<b>SETOR 3 - EDUCAÇÃO</b>			
<b>PGE 5</b>	Sistema de Avaliação da Aprendizagem	SEED	3018
<b>PGE 6</b>	Formação em Ação	SEED	3017
<b>PGE 7</b>	Renova Escola	SEED/FUNDEPAR	4094/3391
<b>SETOR 4 - SAÚDE</b>			
<b>PGE 8</b>	Rede de Urgência e Emergência	SESA	4161
<b>PGE 9</b>	Rede Mãe Paranaense	SESA	4162
<b>SETOR 5 - GESTÃO DO SETOR PÚBLICO</b>			
	Assistência Técnica	Todas	3039

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto – Manual Operativo – Documento Principal - 2014.

## 1.2.2. COMPONENTE 1 - DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS<sup>7</sup>

A seguir são descritos o objetivo geral, os objetivos específicos, área de abrangência e ações e/ou atividades envolvidas em cada um dos Programas de Gastos Elegíveis contemplados no Componente 1.

### A) SETOR 1 - DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

#### A.1) Programa Desenvolvimento Econômico Territorial (PRÓ-RURAL)

O programa teve como objetivo principal aumentar a competitividade dos agricultores familiares dos oito territórios, que envolvem a Região Central do Paraná e Vale do Ribeira<sup>8</sup>, de forma sustentável em nível ambiental, social e econômico. A região citada é composta por 132 municípios e buscou

<sup>7</sup> Manual Operativo do Projeto (MOP) - Volume 1 - Documento Principal, 2014

<sup>8</sup> No Project Appraisal Document (PAD), a Região Central e o Vale do Ribeira do Paraná são denominados simplesmente de Central Region.

beneficiar um número estimado de 21 mil famílias rurais, incluindo grupos vulneráveis, como jovens, mulheres e povos indígenas.

Os objetivos específicos foram:

- (i) Fortalecer a capacidade organizacional e gerencial das instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública;
- (ii) Desenvolver e apoiar mecanismos de formação de capital humano e social;
- (iii) Fortalecer as organizações e associações de agricultores familiares;
- (iv) Ampliar ou inovar as oportunidades de negócios sustentáveis e suas inserções no mercado;
- (v) Fomentar o gerenciamento da infraestrutura viária rural;
- (vi) Incentivar o processo de regularização fundiária<sup>9</sup>.

Nos territórios reside uma população total de 1,956 milhões de habitantes. Por outro lado, no meio rural vivem 634,7 mil pessoas, existindo aproximadamente 129 mil estabelecimentos considerados familiares. Destes, 72% possuem menos de um módulo fiscal, que, no caso do Paraná, varia entre 5 e 30 hectares. Considerando esse universo as ações previstas no programa, foram direcionadas para beneficiar 30 mil famílias de forma direta durante a execução.

As ações concentraram-se em três grandes atividades:

- (i) Fortalecimento institucional e capacitação dos beneficiários que contou com:
  - a. Assistência técnica e capacitação a grupos de agricultores;
  - b. Fortalecimento das parcerias estratégicas e operacionais;
- (ii) Suporte a ações públicas estruturantes que consistiu em:
  - a. Implantação de projetos-pilotos e iniciativas inovadoras;
  - b. Adequação de estradas rurais (planos de gestão da rede viária rural, cursos de capacitação para gestores e operadores de máquinas, apoio a Consórcios Intermunicipais com máquinas e equipamentos para adequação de estradas e adequação de estradas rurais (diretamente pelo programa e a contrapartida dos consórcios);
  - c. Regularização fundiária;

9 Ação de Regularização Fundiária - Programa PRÓ-RURAL - Avaliação da Sustentabilidade e Continuidade - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Curitiba, fevereiro de 2019.

- (iii) Apoio a iniciativas de negócios sustentáveis junto a grupos de agricultores familiares organizados em associações e/ou cooperativas.

#### A.2) Programa Gestão de Solos e Água em Microbacias

O programa teve como objetivo geral modernizar o planejamento e a gestão ambiental para a correta utilização dos recursos naturais e específicos:

- (i) Planejar, com a sociedade, uma agricultura mais sustentável e harmônica com a conservação de recursos naturais;
- (ii) Prover água em qualidade e quantidade necessária para a população das microbacias;
- (iii) Organizar sistemas de informação estratégicos para a gestão ambiental;
- (iv) Estabelecer ações de capacitação, comunicação e educação ambiental voltadas às práticas sustentáveis de manejo de solos, água e biodiversidade.

As principais atividades do Programa concentraram-se na:

- (i) *Modernização da Gestão do Espaço Rural*, voltado a melhorar a capacidade de intervenção do Estado no espaço rural, não só aparelhando e capacitando a estrutura do Programa e da SEAB, mas também organizando informações estratégicas para que decisões públicas e privadas sejam tomadas sobre uma base de conhecimento formal e apropriado;
- (ii) *Educação para a Sociedade*, que abordou conceitos de sustentabilidade ligados ao uso da terra e capacitar agricultores e suas famílias, à extensão rural privada, em planejamento do uso do solo, manejo e conservação de solos, água e biodiversidade e técnicas de produção de reduzido impacto ambiental.
- (iii) *Harmonização da Produção Agropecuária e da Conservação de Recursos Naturais*, voltado para uma ação direta junto ao público de microbacias definidas como estratégicas, visa promover o planejamento participativo da paisagem e a elaboração de planos de conservação e de uso do solo, água e biodiversidade. Esse componente concentra grande parte dos recursos do Programa, repassados como incentivos diretos para implantação de sistemas de abastecimento de água no meio rural e a melhoria da qualidade

ambiental e de vida da população. O programa previa a atuação em 250 microbacias, abrangendo cerca de 750.000 hectares.

## **B) SETOR 2 - GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES**

### **B.1) Programa Modernização do Licenciamento Ambiental**

O Programa Modernização do Licenciamento Ambiental foi elaborado com o objetivo de aumentar a qualidade, a agilidade e a transparência da prestação de serviços públicos ambientais, tendo como objetivos específicos qualificar os produtos, agilizar e dar transparência aos processos.

Para tanto o programa organizou-se em dois componentes. O primeiro contemplando ações para ampliação de base de conhecimento e gestão, tais como reestruturar e integrar sistemas institucionais de informação, descentralizar para os municípios procedimentos para licenciamento e fiscalização ambiental. Já o segundo componente propôs ações para a estruturação da base física, como por exemplo a ampliação da rede de monitoramento do ar e a melhoria da infraestrutura operacional para o monitoramento e fiscalização ambiental.

Considerando suas características, o programa foi desenhado para trazer benefícios para toda a sociedade paranaense (à medida que pretendia como efeito indireto contribuir para a preservação e conservação do meio ambiente), e em particular pretendia trazer benefícios aos agentes econômicos solicitantes dos serviços como licenciamentos ambientais e outorga de recursos hídricos.

### **B.2) Programa Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos**

O Programa Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos foi elaborado com o objetivo de fortalecer o sistema de governança na gestão de riscos e na resposta a desastres, tornando a base institucional mais robusta, tendo como objetivos específicos:

- (i) Institucionalizar uma política pública para a gestão de riscos e desastres;
- (ii) Aprimorar a infraestrutura técnica e operacional para a gestão de riscos, prevenção e resposta a desastres.

Para tanto, o programa organizou-se em três componentes. O primeiro contemplou ações voltadas ao fortalecimento da governança tais como o estabelecimento do arcabouço jurídico da política estadual de gestão de riscos e desastres, a elaboração do Plano Estadual de Proteção Civil para a Gestão de Riscos e Desastres e o fortalecimento da base física. Já o segundo componente

propôs ações para gestão de riscos, com o desenvolvimento e implantação de sistemas para a gestão de riscos e desastres, adensamento da rede paranaense de monitoramento hidrometeorológico (RePAMF) e identificação de riscos de desastres (mapeamento). O terceiro componente incluiu, por sua vez, ações com o propósito de implantar infraestrutura para a resposta a desastres, (sala de monitoramento e alerta, Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos e Desastres, sistemas locais de alerta e radares meteorológicos), fortalecer os comandos regionais e a coordenação estadual de proteção e defesa civil e ainda qualificar agentes da defesa civil.

O programa foi idealizado para trazer benefícios para toda a sociedade paranaense, não obstante vale destacar que os gestores municipais responsáveis pela gestão de riscos e respostas a desastres foram identificados como um dos principais beneficiários diretos da implementação das ações preconizadas a medida que a coordenadoria de proteção e defesa civil do estado pretendia disponibilizar informações e apoio para atuação destes gestores municipais. Um outro grupo de beneficiário direto claramente identificado na fase de elaboração do programa foi a população exposta a risco e desastres.

### **C) SETOR 3 - EDUCAÇÃO**

#### **C.1) Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem**

O objetivo do SAEP consiste na implementação de um sistema estadual de avaliação da aprendizagem, a fim de obter informações sobre o desempenho escolar através de avaliação aplicada aos alunos, e dos fatores que se associam a esse desempenho através de questionários.

Os objetivos específicos do programa foram:

- (i) Desenvolver e implantar um sistema de avaliação, em conformidade com a realidade do Estado;
- (ii) Realizar avaliação do rendimento escolar dos alunos;
- (iii) Divulgar interna e externamente os resultados das avaliações;
- (iv) Estabelecer as referências, no âmbito da Direção e do Conselho Escolar, para a elaboração do Plano de Melhorias (pedagógicas e administrativas), visando ao grau adequado de proficiência e à expectativa de aprendizagem dos alunos;
- (v) Dispor de um sistema que forneça informações sobre o aprendizado de cada aluno, em face dos conteúdos trabalhados nas disciplinas avaliadas, e realizar um contínuo diálogo entre aquilo que se ensina, se aprende e se avalia na sala de aula;

- (vi) Disponibilizar dados e informações que sirvam de subsídios à reflexão sobre a prática pedagógica, à luz das Diretrizes Curriculares Estaduais e os Cadernos de Expectativas de Aprendizagem;
- (vii) Refletir, com professores e técnicos da Educação, por meio de formação continuada, sobre o aperfeiçoamento dos espaços educacionais, fornecendo dados importantes para a construção e efetivação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola;
- (viii) Fornecer subsídios para uma melhor definição da identidade, autonomia, missão e objetivos institucionais, a partir de princípios democráticos e participativos, baseados no envolvimento da comunidade escolar e na melhoria da instituição de ensino.

As ações do programa são:

- (i) Estruturação e qualificação da Coordenação de Planejamento e Avaliação;
- (ii) Desenvolvimento e arquitetura do Sistema de Avaliação;
- (iii) Elaboração das matrizes de referência com base nas Diretrizes Curriculares Estaduais e no Caderno de Expectativas de Aprendizagem;
- (iv) Aplicação da Avaliação;
- (v) Publicação e divulgação dos resultados.

## C.2) Programa de Formação em Ação

O programa foi desenhado para contribuir com a melhoria da qualidade da educação no Paraná. Assim, teve como objetivo o aumento da capacidade de ensino dos professores em sala de aula, tendo como estratégia a promoção da formação continuada para professores e técnicos da Rede Estadual de Ensino.

As ações do programa se concentraram em dois componentes. O Componente 1 propôs a formação de professores e técnicos da Rede Estadual de Ensino por meio de oficinas, objetivando oportunizar reflexões teórico-metodológicas, trocas de experiências e avaliações de práticas educativas. O Componente 2 teve como público beneficiário professores do quadro próprio do magistério, Nível II, Classes 8 a 11, em pleno exercício, tendo envolvido ações do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), visando o aperfeiçoamento e/ou aprofundamento teórico e metodológico dos fundamentos pedagógicos e disciplinares para subsidiar a implementação de

novas propostas didático pedagógicas nas escolas, bem como a divulgação dos conhecimentos adquiridos.

### C.3) Programa Renova Escola

A ambiência física da escola deve propiciar a participação e estar em consonância com as diretrizes e políticas de ensino. Tanto quanto as práticas pedagógicas, a infraestrutura física, no que diz respeito aos materiais e equipamentos, constitui fator determinante para o êxito do processo de ensino-aprendizagem, na medida em que propicia bem-estar e assegura integridade física à comunidade escolar.

Por essa razão, a infraestrutura física da Rede Escolar deve merecer destaque nas políticas públicas destinadas a assegurar o acesso e a permanência do educando na escola.

Entendendo a importância da ambiência e disponibilidade de materiais e equipamentos para o êxito do processo de ensino e aprendizagem, na medida em que propiciam bem-estar e asseguram a integridade física à comunidade escolar, foi proposto o Programa Renova Escola.

O programa teve dois objetivos principais:

- (i) Reabilitar os prédios das escolas que necessitam reparos urgentes e, em alguns casos, ampliar as instalações das escolas para instalação de laboratórios de ciências, informática e biblioteca;
- (ii) Apoiar e construir uma estratégia de manutenção das escolas para evitar mais deteriorações.

Os objetivos específicos foram:

- (i) Recuperar, ampliar e adequar os espaços físicos escolares;
- (ii) Provisionar equipamentos para os espaços de sala de aula, laboratórios e cozinha;
- (iii) Aprimorar o processo de planejamento e gestão da infraestrutura física escolar.

## D) SETOR 4 - SAÚDE

### D.1) Programa Redes de Urgência e Emergência<sup>10</sup>

O atendimento médico eficaz aos quadros de urgência e emergência é dependente direto do tempo-resposta até a instalação das medidas

terapêuticas adequadas para cada caso. Para minimizar o tempo-resposta o programa buscou viabilizar as seguintes medidas:

- (i) Identificação precoce do paciente, com determinação da gravidade potencial do caso;
- (ii) Viabilização de acesso rápido a serviços médicos resolutivos;
- (iii) Existência de serviços médicos disponíveis em tempo integral, com capacidade adequada à demanda;
- (iv) Estrutura mínima suficiente em cada serviço médico de emergência, incluindo recursos humanos capacitados, área física e equipamentos adequados para as ações de diagnóstico e tratamento do paciente;
- (v) Atuação dos diferentes serviços em rede, destinados ao atendimento dos casos de acordo com a complexidade, permitindo a transferência de casos complexos de forma ágil e eficiente.

Esta rede pretendeu desenvolver e implementar o sistema pré-hospitalar de urgência e emergência em todas as regionais de saúde do Estado, dado o estágio de implantação do Programa Serviço de Atendimento de Emergência Federal Mobile (SAMU).

O objetivo geral consistiu em “melhorar e reorganizar a infraestrutura de atendimento de urgências e emergências em todas as regiões do Estado até 2015. Para atender a esse objetivo geral foram definidos três objetivos específicos. São eles:

- (i) Adequar estruturas físicas e equipamentos para serviços de urgência e emergência;
- (ii) Qualificar os profissionais de saúde para atender às emergências clínicas e cirúrgicas;
- (iii) Modernizar a gestão e informatizar os procedimentos.

As ações concentraram-se em atender toda a população do Estado da seguinte forma:

- (i) Ampliação da infraestrutura de serviços de atendimento móvel, através:
  - a. Construção de 03 heliportos;
  - b. Disponibilização de um helicóptero;
  - c. 100 ambulâncias equipadas para o transporte intermunicipal.
- (ii) Readequação de equipamentos para o atendimento de serviços especializados de urgência e emergência, viabilizando:

- a. Instalação de 180 leitos em Unidades de Emergência;
  - b. Instalação de 350 leitos em Unidades de Terapia Intensiva, sendo 200 leitos adultos, 50 leitos pediátricos e 100 leitos neonatais;
  - c. Aquisição de equipamentos para 40 salas cirúrgicas;
  - d. Aquisição de 3 tomógrafos e 7 aparelhos de Raio X digitais para Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADTs);
- (iii) Garantia de acesso qualificado dos pacientes à rede de urgência e emergência, com:
- a. Implantação de um Complexo Regulador do SUS;
  - b. 12 centrais de regulação do SAMU, para possibilitar a identificação da necessidade e implementação de equipes assistenciais nos diversos pontos de atenção, voltadas ao atendimento do politrauma, Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) e patologia cerebrovascular;
- (iv) Desenvolvimento e implantação de protocolos assistenciais, embasados em evidências científicas, ajustados às características da rede de serviços do SUS;
- (v) Implantação de modelo cooperativo, por meio de contratos com os prestadores de serviços para o repasse de incentivo financeiro, bem como repasse fundo a fundo para municípios mediante pactuação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB-PR - Deliberação 72/2012), visando à implantação, manutenção e qualificação de equipes especializadas no manejo clínico dos quadros de urgência em 12 SAMUs regionais e 20 hospitais, referenciados pelo complexo regulador;
- (vi) Instituição de um programa de capacitação de urgência e emergência e materno-infantil, prevendo a capacitação técnica de 2 mil profissionais da área de saúde, através de cursos de 12 a 60 horas;
- (vii) Implantação de um programa de capacitação permanente na área de gestão hospitalar, visando melhorar a capacidade de gestão de unidades hospitalares, de 80% dos dirigentes de 20 hospitais participantes da Rede de Urgência e Emergência.

## D.2) Programa Rede Mãe Paranaense

O programa Rede Mãe Paranaense visou implantar ações e serviços de atenção materno-infantil na atenção primária, nos 399 municípios, no tocante às atividades de:

- (i) Busca ativa e precoce à gestante e crianças menores de um ano;
- (ii) Oferta de pré-natal em quantidade, mas principalmente em qualidade;
- (iii) Vinculação das gestantes – de risco intermediário e de alto risco, assim como de crianças de risco – a serviços de hospitais de referência (secundário e terciário) para que o parto ocorra de modo seguro e solidário, o mais natural possível.

A implantação do programa, que se fundamentou no marco conceitual das Redes de Atenção à Saúde, teve como missão garantir o acesso à atenção materno-infantil, promovendo o cuidado seguro e de qualidade na gestação, parto, puerpério e às crianças menores de um ano de idade, por meio de uma rede de atenção organizada em todo o Estado do Paraná.

O objetivo geral consistiu em organizar e qualificar a atenção materno-infantil. Para atender a esse objetivo geral foram definidos três objetivos específicos. São eles:

- (i) Fortalecimento e organização da atenção primária, secundária e terciária para atendimento a gestantes e crianças;
- (ii) Qualificação dos profissionais que atendem às gestantes puérperas e crianças menores de um ano;
- (iii) Padronização e modernização do atendimento

As ações concentraram-se em atender toda a população do Estado da seguinte forma:

- (i) Procedimentos para priorização do atendimento aos municípios, considerando o fato de que as regiões com grande concentração de municípios com baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) geralmente apresentam taxas de mortalidade infantil acima da média estadual, desenvolvendo um Fator de Redução das Desigualdades Regionais para o cálculo dos repasses dos recursos do programa;
- (ii) Repasse financeiro às prefeituras para a melhoria da infraestrutura das unidades básicas de saúde;
- (iii) Aquisição e distribuição de equipamentos para 180 unidades básicas de saúde nos municípios;

- (iv) Incentivo financeiro aos municípios para o custeio das ações de atenção primária à saúde;
- (v) Qualificação de 30 mil profissionais que atuam na atenção primária à saúde;
- (vi) Implantação da carteira da gestante e da criança;
- (vii) Implantação da estratificação de risco das gestantes em três níveis: risco habitual, risco intermediário e alto risco;
- (viii) Vinculação das gestantes a um hospital de referência;
- (ix) Fortalecimento do sistema de monitoramento e avaliação das redes de saúde por meio da contratação de uma consultoria para desenvolver um sistema de informação para monitorar a implementação das redes de saúde, incluindo planejamento, orçamento, indicadores epidemiológicos e módulos de monitoramento e avaliação.

### **1.2.3. COMPONENTE 2 - DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS**

#### **E) SETOR 5: GESTÃO DO SETOR PÚBLICO**

O Componente 2 - Assistência Técnica teve por objetivo geral fornecer assistência técnica e financeira para as atividades de modernização do setor público, ao desenho e implantação iniciais dos elementos chave da estratégia do Estado em todos os cinco setores do Projeto Multissetorial.

A Assistência Técnica correspondeu ao quinto setor do Projeto Multissetorial, para atingir o objetivo geral do Componente 2 foram apoiados os objetivos específicos estruturados em oito subcomponentes:

##### **E.1) Subcomponente 2.1: Qualidade Fiscal**

- (i) Fornecimento de Assistência Técnica para revisar:
  - a. Processo de avaliação e coleta do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA);
  - b. Processo de avaliação e coleta do imposto sobre herança e doação ITCMD;
- (ii) Processo de coleta de impostos atrasados;
- (iii) Todos os fundos públicos segregados.

##### **E.2) Subcomponente 2.2: Modernização Institucional**

- (i) Revisão das estruturas e procedimentos institucionais para a modernização da administração pública do Mutuário;

- (ii) Fortalecimento dos processos orçamentários;
- (iii) Introdução de gestão baseado em resultados e fortalecimento da capacidade de monitoramento e avaliação;
- (iv) Fortalecimento dos procedimentos de controle.

#### E.3) Subcomponente 2.3: Gestão Mais Estratégica e Eficiente dos Recursos Humanos (HRM)

- (i) Fortalecimento dos controles das despesas com o pessoal;
- (ii) Melhora da atração e retenção de pessoal, particularmente nas instituições centrais do governo;
- (iii) Modernização das Unidades Regionais das Diretorias de Gestão dos Recursos Humanos em todo o Estado;
- (iv) Modernização do serviço de saúde ocupacional do Mutuário;
- (v) Fortalecimento da Escola de Governo do Mutuário e incentivo para a administração pública baseada no desempenho.

#### E.4) Subcomponente 2.4: Apoio à Agricultura de Baixo Impacto Ambiental

- (i) Análise dos estudos existentes sobre o impacto dos subsetores agrícolas chave, sobre o meio ambiente (especialmente sobre a água, solo, biodiversidade e emissões de gases do efeito estufa) e realizar análises complementares, caso necessárias;
- (ii) Análise das opções disponíveis para enfrentar os impactos negativos das atividades setoriais identificadas sob o item (i) supramencionado;
- (iii) Análise dos instrumentos de financiamento disponíveis para tornar o setor agrícola mais verde, ou seja, mais ecológico, e de como eles podem ser usados pelo Estado, municípios ou outras subdivisões administrativas.

#### E.5) Subcomponente 2.5: Apoio à Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental

- (i) Realização de estudos e análises relacionados com o monitoramento e obediência às leis ambientais;
- (ii) Modernização dos sistemas de tecnologia da informação (TI);
- (iii) Treinamento relacionado com a abordagem do manejo ambiental fortalecido.

#### E.6) Subcomponente 2.6: Apoio ao Desenvolvimento de um Sistema Estadual de Gestão de Risco de Desastre

- (i) Realização de estudos para o desenvolvimento de diagnósticos, metodologias, planos e procedimentos para a gestão de risco de desastres no território do Mutuário;
- (ii) Capacitação relativa a isto.

#### E.7) Subcomponente 2.7: Educação

- (i) Desenho e estabelecimento de um novo sistema de avaliação de aprendizado;
- (ii) Avaliação de impacto sobre o programa de desenvolvimento da educação do Mutuário para aumentar a eficácia dos professores;
- (iii) Desenvolvimento de um sistema integrado par a gestão da infraestrutura e de equipamentos das escolas do Mutuário.

#### E.8) Subcomponente 2.8: Saúde

- (i) Desenho e estruturação de um sistema de informações robusto para monitorar a implementação das redes de atendimento de saúde, incluindo planejamento, orçamento, indicadores epidemiológicos e monitoramento e avaliação dos módulos;
- (ii) Desenvolvimento e implementação de um plano de comunicação conduzido pelos usuários e profissionais do sistema de saúde do Mutuário;
- (iii) Realização de levantamentos da satisfação do cliente para avaliar a qualidade dos serviços de saúde fornecidos pelos Fornecedores de Serviço de Saúde.

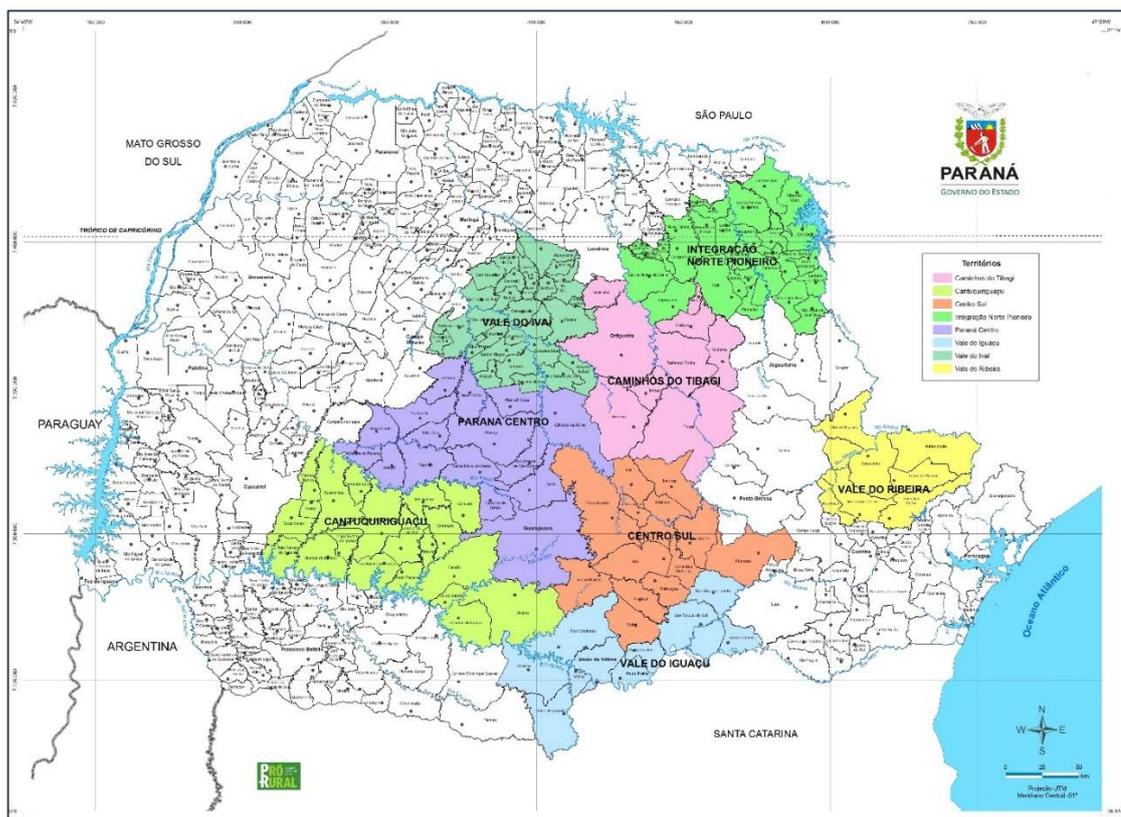
No âmbito da execução do Componente 2, as aquisições e seleções foram realizadas sob a responsabilidade da SEPL por meio de uma comissão de licitação conjunta, incluindo técnicos desta Secretaria e do Departamento de Aquisições de Materiais (DEAM), da Secretaria de Estado de Administração e Previdência (SEAP).

### **1.3. ÁREA DE ABRANGÊNCIA E BENEFICIÁRIOS**

O Projeto apoiou as ações prioritárias das Secretarias Estaduais com objetivo de beneficiar direta e indiretamente toda área e população do Paraná, está estimada na época em 10.439.601 de habitantes (IBGE 2010).

A maioria dos programas contemplados pelo Projeto executou ações em todo o Paraná, exceto o Programa de Desenvolvimento Econômico Territorial, que teve suas ações concentradas na Região Central do Estado e no Vale do Ribeira Paranaense<sup>11</sup>, conforme apresentado na Figura 3. O Programa Gestão de Solos e Água em Microbacias também foi dirigido a áreas geográficas específicas, selecionadas em função de problemas de má gestão de solo e água, denominadas de microbacias.

Figura 3: Territórios de atuação do programa PRÓ-RURAL



Fonte: ITCG, 2014

A tabela 2 resume as informações do projeto em relação a sua área de abrangência e beneficiários.<sup>12</sup>

Tabela 2: Programas, área de abrangência e beneficiários dos mesmos

PROGRAMAS	ÁREA DE ABRANGÊNCIA	BENEFICIÁRIOS
<b>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL (PRÓ-RURAL)</b>	Compreende oito territórios e 132 municípios, os quais se encontram nas áreas mais pobres do Estado e apresentam dificuldades e desafios socioeconômicos semelhantes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultores famílias de forma direta durante a execução</li> <li>• Associações e Cooperativas de Agricultores Familiares</li> </ul>
<b>GESTÃO DE SOLO E ÁGUA EM MICROBACIAS</b>	O Programa será desenvolvido em todo o Estado, com ações em 250 microbacias	Todos que forem beneficiados por uma ou mais ações do Programa, sendo o atendimento voltado aos agricultores familiares existentes nas microbacias selecionadas e Prefeituras Municipais

<sup>11</sup> Manual Operativo - Volume 2 A - Programa de Desenvolvimento Econômico Sustentável (PRÓ-RURAL), 2017.

<sup>12</sup> Informações mais detalhadas estão disponíveis em: Manual Operativo do Projeto (MOP) - Volume 1- Documento Principal, 2017

PROGRAMAS	ÁREA DE ABRANGÊNCIA	BENEFICIÁRIOS
<b>MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL</b>	Todo o Estado do Paraná	Toda a população paranaense, sobretudo os solicitantes de licenciamento e outorga do uso da água
<b>FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS</b>	Todo o Estado do Paraná	Toda a população paranaense principalmente os gestores públicos estaduais e municipais responsáveis pela defesa civil e as pessoas afetadas por desastres naturais e antrópicos
<b>SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM</b>	Escolas da rede pública estadual do Paraná, organizadas em 32 Núcleos Regionais de Educação, no sentido amplo	Professores, técnicos e gestores das escolas públicas estaduais e gestores dos Núcleos Regionais de Educação e da Unidade Central
<b>FORMAÇÃO EM AÇÃO</b>	O Programa atuará nas escolas de Educação Básica da rede pública estadual e nos 32 Núcleos Regionais de Educação	Professores e técnicos participantes do processo de formação continuada e professores do quadro próprio do magistério, Nível II, Classes 8 a 11, em pleno exercício participantes do PDE
<b>RENOVA ESCOLA</b>	Escolas selecionadas de acordo com critérios explicitados no manual operativo	Professores, alunos e funcionários das escolas selecionadas objeto das intervenções e fornecimento de equipamentos (ampliadas e/ou recuperadas e/ou equipadas)
<b>REDE PARANÁ DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA</b>	Todo o estado do Paraná	População atendida na Rede Paraná de Urgência e Emergência
<b>REDE MÃE PARANAENSE</b>	O Programa atuará em todo o Estado do Paraná	Gestantes, puérperas e crianças menores de 1 ano dependentes do Sistema Único de Saúde (SUS) e Prefeituras Municipais

#### 1.4. MODALIDADES DE DESEMBOLSO

Pela primeira vez o Estado do Paraná executou um Projeto na Modalidade de empréstimo SWAP. Os programas com abordagem setorial ampla (SWAPs - Sector-Wide Approaches) são mecanismos para apoiar programas de reformas setoriais baseadas em objetivos de desenvolvimento de longo prazo.

Dentro deste contexto, o financiamento executado junto ao Banco Mundial, foi de U\$ 350 milhões, nos dois componentes já constantes da Figura 2. O primeiro, na modalidade SWAP, voltado a financiar os nove programas de Governo no valor global de U\$ 315 milhões incluindo a taxa de abertura de crédito no valor de U\$ 875.000,00. O segundo componente, no valor de U\$ 35 milhões, destinado a atender ações de assistência técnica foi financiado em 100% pelo Banco Mundial.

Para o recebimento dos recursos do empréstimo, o projeto teve arranjos diferentes de desembolso para cada um dos seus componentes, conforme descrito nos parágrafos seguintes

Os desembolsos realizados pelo Banco relativos ao Componente 1 do projeto, foram previstos para serem realizados duas vezes por ano, visando o reembolso, das despesas efetivadas pelo Estado para a execução das ações dos Programas de Gastos Elegíveis (PGE). Foram planejados nove desembolsos

ordinários, de modo que a liberação integral dos recursos previstos estaria condicionada ao cumprimento das metas financeiras e físicas, sendo estas últimas vinculadas aos indicadores criados para o projeto. Havendo o alcance parcial das referidas metas, o contrato autorizaria o BIRD a reter parcela do desembolso previsto e transferi-las para retiradas subsequentes, desde que houvesse o cumprimento das metas pendentes.

Foram considerados financiáveis os gastos efetuados em conformidade com as regras acordadas com o Banco Mundial para seleção e contratação de consultores e aquisições de bens e contratações de obras ou serviços, ou seja, de acordo com as “Diretrizes para Seleção e Contratação de Consultores Financiadas por Empréstimos do BIRD e Créditos e Doações da AID pelos Mutuários do Banco Mundial” e com as “Diretrizes para Aquisições de Bens e Serviços Técnicos Financiados por Empréstimo do BIRD e Créditos e Doações da AID”, publicadas em janeiro de 2011.

Já os desembolsos (DLIs) para a execução dos gastos elegíveis no componente 2, assistência técnica, foram realizados utilizando-se os mecanismos tradicionais do Banco Mundial para financiamentos internacionais. Assim, os recursos foram adiantados pelo Banco em uma conta designada, cuja administração é de responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL).

O Estado tinha, pelo menos uma vez a cada semestre, que preparar os demonstrativos de despesas para prestar contas ao Banco Mundial dos gastos efetivamente pagos por meio da conta designada e embasar as solicitações de novos adiantamentos.

## 1.5. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO <sup>13</sup>

O plano de monitoramento e avaliação do projeto foi desenvolvido em duas fases: uma inicialmente discutida com o Banco Mundial por ocasião da elaboração do projeto e constante do Project Appraisal Document (PAD)<sup>14</sup> em que se definiram 28 indicadores (5 de desenvolvimento, 13 de desembolso e 10 de monitoramento) e uma segunda pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), sendo utilizada a metodologia de Modelo Lógico<sup>15</sup>. Nesta oportunidade foram definidos 98 indicadores que seriam acompanhados pelo projeto totalizando assim, 126

<sup>13</sup> Manual Operativo do Projeto (MOP) - Volume 1 - Documento Principal, 2014

<sup>14</sup> Project Appraisal Document (PAD) - Documento elaborado durante a preparação do Projeto para fins de avaliação do mesmo pela direção do Banco Mundial.

<sup>15</sup> Desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e disponível no endereço eletrônico: [http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=57](http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=57)

indicadores. Os indicadores de acompanhamento e avaliação complementares resultaram da própria metodologia proposta.

A aplicação da metodologia do modelo lógico resultou em uma síntese de nove Programas de Gastos Elegíveis (PGE), apresentados na forma de diagramas<sup>16</sup>, selecionados e acordados com o Banco Mundial.

O Estado do Paraná e o Banco Mundial, durante o período de negociações do Projeto, estabeleceram que os indicadores de resultados e monitoramento seriam objeto de análise pela equipe de monitoramento e avaliação do Banco Mundial. Essa atividade foi pautada em relatórios elaborados pela Unidade de Gerenciamento do Projeto, orientados para captar, organizar e difundir o alcance do projeto, por meio dos indicadores de desenvolvimento, indicadores intermediários e indicadores de desembolso<sup>17</sup>.

Para atingir ao objetivo estabelecido, o IPARDES organizou entre os meses de março a junho de 2012 uma série de reuniões técnicas que contaram com a presença e colaboração da SEPL/CDG/UGP e dos responsáveis pela execução dos referidos programas.

A principal responsabilidade do monitoramento dos indicadores foi o acompanhamento dos resultados do projeto, principalmente, os ligados ao desembolso. Em cada secretaria e/ou autarquia executora foram definidos técnicos responsáveis para cada programa, que coletavam os resultados e forneciam apoio a UGP no monitoramento dos indicadores. Os relatórios semestrais, registravam e consolidavam os resultados obtidos das diferentes ações e atividades em comparação com os indicadores estabelecidos. Desta forma, a UGP, duas vezes ao ano, encaminhava ao Banco os respectivos relatórios semestrais que contemplavam os indicadores de desembolso, os definidos em conjunto com o Banco e constantes do PAD e os demais indicadores advindos da aplicação do modelo lógico.

## **1.6. POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS**

De acordo com a avaliação realizada na preparação do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, este foi classificado como categoria B, devendo cumprir as seguintes Políticas de Salvaguardas do Banco Mundial:

- (i) Avaliação Ambiental (OP 4.01)

---

<sup>16</sup> Os diagramas 1 e 2 - "Explicação do Problema e Referências Básicas do Programa" organizam as seguintes informações: o problema que o Programa pretende resolver, suas causas e consequências; os objetivos geral e específico; o público-alvo e beneficiários; e os critérios de priorização para o atendimento. O diagrama 3 - "Estruturação do Programa para Alcance de Resultados" apresenta as ações e seus respectivos produtos; os resultados intermediários; e o resultado final. Os diagramas 4 e 5 levantam os impactos e efeitos indiretos da execução do Programa; e os fatores de contexto (positivos e negativos).

<sup>17</sup> Anexo 1 do Project Appraisal Document (PAD)

- (ii) Hábitats Naturais (OP 4.04)
- (iii) Florestas (OP 4.36)
- (iv) Manejo de Pragas (OP 4.09)
- (v) Recursos Físicos (Naturais) e Culturais (OP 4.11)
- (vi) Reassentamento Involuntário (OP 4.12)
- (vii) Povos Indígenas (OP 4.10).

Para tanto foi necessário elaborar os seguintes documentos:

- (i) Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI)
- (ii) Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário
- (iii) Marco de Gestão Ambiental

### 1.6.1. DESENHO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS (EPPI)

A Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI) do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná foi elaborada com base na OP. 4.10 do BIRD, respeitando-se as legislações federal e estadual relativas à questão, mas, sobretudo a partir de um processo de consultas a especialistas e instituições governamentais e não governamentais que trabalham com populações indígenas, e diretamente às lideranças das comunidades indígenas beneficiárias.

A tabela 3 apresenta o escopo da EPPI, apontando os programas que propuseram ações junto às populações indígenas, seus respectivos executores e área das intervenções propostas, assim como os principais beneficiários identificados.

*Tabela 3: Escopo da Estratégia de Participação dos Povos Indígenas do Projeto*

PROGRAMA	EXECUTOR	PRINCIPAIS AÇÕES	ÁREA DE ATUAÇÃO / BENEFICIÁRIOS
<b>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL (PRÓ-RURAL)</b>	SEAB	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitações de técnicos e de indígenas</li> <li>• Serviços de ATER indígena</li> <li>• Apoio de projetos produtivos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 14 terras indígenas localizadas na área do centro expandido do Paraná e no Vale do Ribeira</li> <li>• Aproximadamente 10.000 indivíduos das etnias Kaingang, Guarani, Xetá e Xokleng que representavam 65% da população indígena do Estado, segundo dados da FUNAI (2012)</li> </ul>
<b>FORMAÇÃO EM AÇÃO</b>	SEED	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação de professores de escolas indígenas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 36 escolas estaduais indígenas, abrangendo todos os níveis de ensino               <ul style="list-style-type: none"> <li>• 746 professores</li> <li>• 5.000 alunos</li> </ul> </li> </ul>
<b>RENOVA ESCOLA</b>	SEED	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação e/ou adequação de escolas indígenas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 36 escolas estaduais indígenas, abrangendo todos os níveis de ensino</li> <li>• 5.000 alunos de escolas indígenas</li> </ul>

PROGRAMA	EXECUTOR	PRINCIPAIS AÇÕES	ÁREA DE ATUAÇÃO / BENEFICIÁRIOS
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipar e mobiliar as escolas indígenas</li> </ul>	
<b>REDE MÃE PARANAENSE</b>	SESA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Qualificar profissionais de saúde indígenas;</li> <li>Gestão de caso para gestantes e crianças indígenas;</li> <li>Estratificação de risco de gestantes e referência hospitalar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em todas as terras indígenas do Paraná onde há atuação de equipes de saúde indígena contratadas pela SESA e DSEI Litoral Sul</li> <li>Médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares</li> <li>Agentes de saúde de cada TI</li> <li>350 mulheres indígenas por ano (na gestação, no parto e puerpério)</li> <li>350 crianças indígenas por ano (do nascimento até 1 ano)</li> </ul>

*Fonte: Estratégia de Participação dos Povos Indígenas, 2017.*

Para a implementação da EPPI foi proposto um arranjo institucional composto de um responsável na Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) e responsáveis de cada uma das instituições com ações propostas (SEAB, SEED e SESA).

## 1.6.2. DESENHO DO MARCO REFERENCIAL DA POLÍTICA DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

O Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário adotado pelo Projeto foi elaborado com base na Política de Reassentamento Involuntário do BIRD (OP 4.12) e em experiências de projetos de mesma natureza nos âmbitos estadual e nacional.

Dadas às especificidades e amplitude do escopo do Projeto identificou-se as seguintes ações com potencial mínimo de causar reassentamento involuntário:

- (i) Adequação de Estradas Rurais do PRÓ-RURAL;
- (ii) Instalação de sistemas de abastecimento de água do Programa Gestão de Solos e Água em Microbacias;
- (iii) Reformas e ampliações de prédios escolares do Programa Renova Escola;
- (iv) Reformas e construções de Unidades Básica de Saúde (UBS) do Programa Rede Mãe Paranaense.

As principais funções em relação ao monitoramento da implementação do Marco foram atribuídas a Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), que deveria buscar informações e apoio junto as instituições responsáveis pela execução das ações que acionaram a OP 4.12.

### 1.6.3. DESENHO DO MARCO DE GESTÃO AMBIENTAL

Durante a preparação do Projeto, em 2012, identificou-se que a maioria das ações, atividades e intervenções eram em sua maioria positivas, de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução.

Também nesse momento foi destacada a robustez das exigências da legislação ambiental, sanitária e de segurança pública nas esferas nacional e estadual.

Contudo a elaboração do Marco de Gestão Ambiental do Projeto foi necessária para orientar a aplicação das recomendações do BIRD quanto as seguintes políticas de Salvaguardas Ambientais: Avaliação Ambiental (OP 4.01), Hábitats Naturais (OP 4.04), Florestas (OP 4.36), Manejo de Pragas (OP 4.09), Recursos Físicos (Naturais) e Culturais (OP 4.11).

Na Tabela 4 está apresentado o escopo principal definido no referido Marco de Gestão Ambiental, estando esclarecidas as principais ações de cada programa, identificando-se a política de salvaguarda ambiental acionada e os documentos exigidos para a regularização ambiental.

Tabela 4: Escopo do Marco de Gestão Ambiental

PROGRAMA	EXECUTOR	PRINCIPAIS AÇÕES	POLÍTICA DE SALVAGUARDA ACIONADA	DOCUMENTO REQUISITADO <sup>18</sup>
<b>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL (PRÓ-RURAL)</b>	SEAB	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequação de estradas rurais</li> <li>Apoio a propostas de negócios sustentáveis</li> </ul>	OP 4.01 OP 4.04 OP 4.09 OP 4.11 OP 4.36	DLAE LP LI LO
<b>GESTÃO DE SOLO E ÁGUA EM MICROBACIAS</b>	SEAB	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoio a intervenções nas Microbacias</li> <li>Implantação de sistemas de abastecimentos de água comunitários</li> </ul>		
<b>RENOVA ESCOLA</b>	SEED	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reformas, readequações e ampliações nos prédios escolares</li> <li>Disponibilização de equipamentos para as escolas.</li> </ul>	OP 4.01	DLAE
<b>REDE MÃE PARANAENSE</b>	SESA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBSs)</li> <li>Disponibilização de equipamentos para hospitais e UBSs</li> </ul>		

Fonte: Marco de Gestão Ambiental do Projeto, 2017.

<sup>18</sup> DLAE - Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual; LP - Licença Prévia; LI - Licença de Instalação e LO - Licença de Operação.

Para que os trabalhos pudessem transcorrer de forma harmônica, foi definido que a ação gerencial e de acompanhamento da implementação do Marco de Gestão Ambiental ficaria centralizada na Unidade de Gerenciamento do Projeto, na SEPL, que, em conjunto com as Secretarias de Estado envolvidas na execução do Projeto (SEAB, SEMA, SEED e SESA) e responsáveis por ações que acionaram alguma salvaguarda ambiental do Banco Mundial, formariam um Comitê para dar suporte e apoio às ações preconizadas.

## **1.7. ARRANJO INSTITUCIONAL DO PROJETO**

O Projeto Multissetorial envolveu atividades em cinco setores:

- (i) Gestão do setor público;
- (ii) Desenvolvimento rural sustentável;
- (iii) Gestão ambiental e de riscos de desastres;
- (iv) Saúde;
- (v) Educação.

Devido à natureza, o projeto foi implementado por sete secretarias de estado com apoio das agências associadas resultando em 13 executores<sup>19</sup>.

Com a assinatura do contrato, foram instituídos os mecanismos previstos para a gestão do projeto. Na Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), alocada na Coordenação de Desenvolvimento Governamental (CDG), foi criada a Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), através do Decreto Estadual nº 5.133, de 2 de junho de 2012, cujos integrantes foram nomeados pela Resolução nº 02/2014/SEPL, de 22 de janeiro de 2014, alterada pela Resolução nº 006/2015/SEPL e posteriormente pela Resolução nº 006/2017/SEPL de 14 de agosto de 2017.

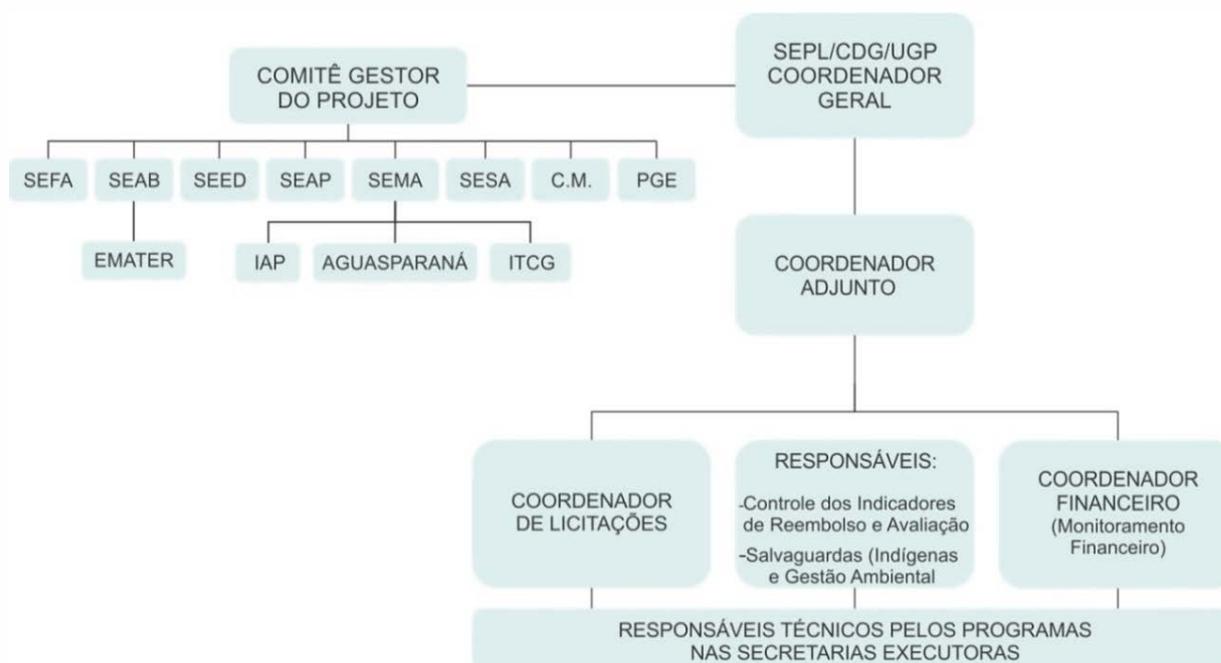
A SEPL ficou com a responsabilidade de coordenação geral junto aos outros executores. Para apoiar o monitoramento da execução do projeto e exercer a supervisão das atividades, foi designado o Comitê Gestor do Projeto (Resolução nº 03/2014/SEPL, de 22 de janeiro de 2014), composto por representantes das instituições envolvidas. O detalhamento do arranjo institucional, com as funções e competências do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, consta no Manual Operativo do Projeto (MOP) – Documento Principal.

Conforme figura 4, todas as instituições constantes da mesma, participaram da implementação e a coordenação geral foi conduzida pela SEPL/CDG, por meio da UGP.

---

<sup>19</sup> Project Appraisal Document (PAD) – Public Disclosure Authorized, setembro, 2012.

Figura 4: Arranjo Institucional do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná



A SEPL foi a interlocutora do Estado com o Banco Mundial, por meio da UGP. Realizou a coordenação e a gestão do projeto, a exemplo da liderança do Comitê Gestor, da condução das negociações e revisões do contrato de financiamento, da promoção de orientações e capacitações dos executores, no intuito de qualificar e melhorar os aspectos relativos à condução dos programas. Além disso, foi responsável por consolidar as informações do Projeto oriundas de todas as secretarias e entidades vinculadas, produziu relatórios técnicos, financeiros, de medidas de salvaguarda, de desembolso, planos de aquisição, entre outros, exigidos pelas políticas do Banco e descritos no Acordo de Empréstimo. A UGP foi responsável pela aquisição dos bens e serviços e seleção das consultorias alocadas no componente de assistência técnica do projeto.<sup>20</sup>

## 1.8. DOCUMENTOS DO PROJETO

Os principais documentos que nortearam a formulação, operacionalização, implementação, acompanhamento, monitoramento e fiscalização do projeto estão relacionados a seguir e disponíveis junto a Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP). Estudos e avaliações, ainda de forma complementar, foram realizadas:

- (i) Project Appraisal Document (PAD) – Public Disclosure Authorized, setembro, 2012;

<sup>20</sup> Project Appraisal Document (PAD) – Public Disclosure Authorized, setembro, 2012.

- (ii) Modelos Lógicos dos Programas do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Junho de 2012:
- a. [Formação em Ação](#)
  - b. [Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos](#)
  - c. [Gestão de Solo e Água em Microbacias](#)
  - d. [Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental](#)
  - e. [Programa Desenvolvimento Econômico Territorial \(PRÓ-RURAL\)](#)
  - f. [Rede de Urgência e Emergência](#)
  - g. [Rede Mãe Paranaense](#)
  - h. [Renova Escola](#)
  - i. [Sistema de Avaliação da Aprendizagem](#)
- (iii) Relatórios de Monitoramento e Avaliação de Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná:
- a. [Relatório de Monitoramento 1º semestre 2014](#)
  - b. [Relatório de Monitoramento 2º semestre 2014](#)
  - c. [Relatório de Monitoramento 1º Semestre 2015](#)
  - d. [Relatório de Monitoramento 2º Semestre 2015](#)
  - e. [Relatório de Monitoramento 1º Semestre 2016](#)
  - f. [Relatório de Monitoramento 2º Semestre 2016](#)
  - g. [Relatório de Monitoramento 1º Semestre 2017](#)
  - h. [Relatório de Monitoramento 2º Semestre 2017](#)
  - i. [Relatório de Monitoramento 1º Semestre 2018](#)
  - j. [Relatório de Monitoramento 2º Semestre 2018](#)
  - k. Relatório de Monitoramento 1º Semestre 2019;
  - l. Relatório de Monitoramento 2º Semestre 2019.
- (iv) Manuais de Salvaguardas Sociais, Ambientais e de Reassentamento Involuntário:
- a. [Marco de Gestão Ambiental Volume I - 2014](#)
  - b. [Marco de Gestão Ambiental Volume II - Anexos - 2014](#)
  - c. [Marco de Gestão Ambiental - Documento Principal - 2017](#)
  - d. [Marco de Reassentamento Involuntário - 2017](#)
  - e. [Estratégia de Participação dos Povos Indígenas - 2017](#)
- (v) Relatórios de Auditoria - Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE):
- a. [Relatório Auditoria - Exercício 2014](#)

- b. [Relatório Auditoria - Exercício 2015](#)
  - c. [Relatório Auditoria - Exercício 2016](#)
  - d. [Relatório Auditoria - Exercício 2017](#)
  - e. [Relatório Auditoria - Exercício 2018](#)
- (vi) Manuais Operativos - versões 2014 e 2017:
- a. [Manual Operativo do Projeto \(MOP\) - Volume 1 - Documento Principal, 2017](#)
  - b. [Manual volume 2 A - Programa de Desenvolvimento Econômico Sustentável - PRÓ-RURAL](#)
  - c. [Manual volume 2 B- Programa de Gestão de Solo e Água em Microbacias](#)
  - d. [Manual volume 3 - Programas de: Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental e Programa de Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos](#)
  - e. [Manual volume 4 - Programas: Formação em Ação, Sistema de Avaliação da Aprendizagem e Renova Escola](#)
  - f. [Manual volume 5 - Programas: Rede Mãe Paranaense e Rede de Urgência e Emergência](#)
- (vii) Contratos de Empréstimo:
- a. [Contrato de Empréstimo, Contrato Garantia e Contragarantia - 14.12.2013](#)
  - b. [Contrato BIRD - Primeira Reestruturação 05.01.2016](#)
  - c. [Contrato BIRD - Segunda Reestruturação 26.05.2017](#)
- (viii) Estudos e Avaliações:
- a. Avaliação Quantitativa do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) - março de 2020;
  - b. Avaliação das Iniciativas de Negócios Sustentáveis do Programa de Desenvolvimento Econômico Territorial (PRÓ-RURAL). IPARDES. Março de 2020;
  - c. Ação de Regularização Fundiária - Programa PRÓ-RURAL. Relatório de Progresso da Avaliação de Impacto. IPARDES, 2018.
  - d. Ação de Regularização Fundiária - Programa PRÓ-RURAL. Avaliação da Sustentabilidade e Continuidade. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Curitiba, fevereiro de 2019.

## 2. REFORMULAÇÃO DO PROJETO

O Projeto teve duas reformulações durante a sua execução.

### 2.1. PRIMEIRA REFORMULAÇÃO - APROVADA EM 25 DE AGOSTO DE 2015

Entre os dias 24 e 27 de fevereiro e 24 e 26 de março de 2014<sup>21</sup>, uma missão do Banco Mundial composta por diversos especialistas visitou o estado do Paraná para discutir, entre outras questões, a possibilidade de solicitação da reformulação do Acordo de Empréstimo junto ao Banco Mundial e Governo Federal / SEAIN.

Entre os pontos discutidos e acordados destacam-se:

- (i) Eliminar a aplicação da regra dos 70% por setor, e passar a utilizá-la de forma global. Isso implicou em estender a regra de execução financeira sobre as despesas elegíveis dos 4 setores conjuntamente;
- (ii) Eliminar a regra dos 30% nos desembolsos no primeiro semestre de cada ano;
- (iii) Modificar a regra do coeficiente de execução para que, em caso de execução parcial da regra dos 70%, o financiamento fosse feito de maneira proporcional ao percentual executado;
- (iv) Modificar o percentual de financiamento de despesas elegíveis (PGE) da categoria 1, de 50% para 100%;
- (v) Mudar o prazo para a entrega dos Relatórios Interinos Financeiros (IFRs) não auditados, de 60 para 90 dias.

O parecer nº 599/2015/GERFI/COPEM/SURIN/STN/MF-DF apresentou, em 25 de agosto de 2015, a aprovação do pedido de alteração contratual dos pontos solicitados referentes à operação de crédito externa, com garantia da União de interesse do Estado do Paraná e do Banco Mundial.

#### 2.1.1. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES COM RELAÇÃO A GESTÃO FINANCEIRA

No decorrer da execução do projeto, observou-se serem necessárias algumas alterações de itens do contrato, da carta de desembolso e do manual operativo, para que fosse possível apresentar os documentos financeiros solicitados pelo Banco Mundial em sua integralidade, e o cumprimento das regras de desembolso.

<sup>21</sup> Anexo 3 - Ajuda Memória do contrato nº 8.201-BR da missão de monitoramento ocorrida em fevereiro e março de 2014

Com relação aos documentos a serem apresentados ao Banco, houve uma alteração no prazo de entrega do relatório semestral do projeto, que passou de 60 para 90 dias após o final do período abrangido.

Com relação aos critérios para desembolsos, foram efetuadas alterações nos percentuais de despesas elegíveis, na regra de execução orçamentária e indicadores de desembolso.

A percentagem de despesas a serem financiadas passou de 50% para 100% das despesas elegíveis, ou seja, de acordo com o contrato original, era necessária a comprovação da execução financeira de, pelo menos, duas vezes o valor a ser desembolsado. Com a alteração, passou a ser necessária uma execução financeira com despesas elegíveis em montante, no mínimo, igual ao valor a ser desembolsado. Tal alteração também se aplicou aos saldos retidos de desembolsos anteriores, não desembolsados por falta do cumprimento das regras no período relativo.

No contrato original, a regra de execução financeira exigia que, para os desembolsos referentes ao primeiro semestre do ano, fosse comprovada a execução financeira de, ao menos, 30% do previsto na LOA do ano. Com a reformulação, tal exigência deixou de ser necessária, observando-se para tais desembolsos apenas a regra de indicadores.

Além disso, a regra de execução financeira exigia que, para os desembolsos referentes ao segundo semestre do ano, cada um dos quatro setores do projeto tivessem uma execução financeira de, no mínimo, 70% do previsto na LOA do ano, ou seja, se algum dos setores não executasse tal mínimo exigido, haveria uma redução no fator de desembolso. Com a reformulação, deixou-se de exigir que cada setor atingisse o mínimo exigido, passando a se observar a execução financeira total do projeto, ou seja, os quatro setores juntos deveriam atingir o mínimo de 70% para que a regra fosse atingida. Caso a execução total do projeto não alcançasse tal percentual, o desembolso seria proporcional ao percentual de execução alcançado.

Com relação aos indicadores de desembolso, foram revistas algumas metas previstas para alguns indicadores, que estavam em desacordo com a realidade de execução. Tais alterações podem ser verificadas na Tabela 13 do item 3.5.3 - Indicadores Vinculados ao Desembolso (DLIs).

## **2.2. SEGUNDA REFORMULAÇÃO - REVISÃO DE MEIO TERMO**

Em maio de 2017, por ocasião de uma segunda reformulação do acordo de empréstimo, chamada de Meio Termo, foi acordado com o agente financiador do projeto alterações relativas aos objetivos de desenvolvimento do

projeto; aos indicadores de resultado; aos indicadores ligados ao desembolso; a algumas atividades do projeto; a data de entrega dos relatórios de auditoria anual das demonstrações financeiras; e a data de encerramento do projeto sofreram alterações a fim de expressar melhor os resultados gerados pelo projeto. Na oportunidade, o período de execução do projeto foi ampliado de 30 de novembro de 2017 para 30 de novembro de 2019. Desta forma, os novos indicadores e algumas metas foram readequadas e todas pré-escaloadas para o novo período de execução do projeto.

Os novos objetivos do projeto, constantes do acordo de empréstimo, passaram a ser:

- (i) Aumentar a taxa de sobrevivência no ciclo final da educação fundamental;
- (ii) Melhorar os serviços de atendimento à saúde materna e de emergência;
- (iii) Promover iniciativas de negócio e melhorar a gestão de recursos naturais em áreas rurais;
- (iv) Contribuir para a construção de capacidade na administração pública, e gestão de riscos de desastres e ambientais<sup>22</sup>.

A extensão da data de encerramento do acordo do empréstimo foi decorrente, entre outros aspectos descritos no parágrafo seguinte, da complexidade dos objetos das contratações pretendidas que exigiam um prazo de execução superior ao cronograma do projeto naquela ocasião e devido à especificidade dos processos de seleção de consultoria e o tempo inerente a aderência dos executores as normas distintas da legislação nacional, principalmente no Componente 2 do projeto.

Devido à redução de despesas financiáveis e ao não cumprimento de alguns DLIs<sup>23</sup> passados, existia na época um total de USD 63.8 milhões retidos. Desse total, USD 42.8 milhões eram provenientes de não cumprimento de DLIs. Com a reestruturação pretendeu-se redistribuir os valores pendentes. Os USD 20.9 milhões restantes, retidos por falta de despesas financiáveis, permaneceram disponíveis para serem desembolsados uma vez que fossem apresentadas as despesas elegíveis necessárias. Para as metas que não foram atingidas, propuseram-se acrescentar dois novos períodos de desembolso e que as metas fossem redistribuídas de forma a ajustar o cronograma. Não foram adicionadas novas metas.

---

<sup>22</sup> Segunda alteração ao acordo de empréstimo, maio de 2017

<sup>23</sup> DLI - Disbursement Linked Indicator (Indicador de Desembolso - ID)

## 2.2.1. AJUSTES NOS PROGRAMAS

Na sequência estão descritos os ajustes feitos nos programas do projeto.

### 2.2.1.1. Programa Desenvolvimento Econômico Territorial (PRÓ-RURAL)

Por ocasião da avaliação de meio-termo houve:

- (i) Redução do número de propostas de iniciativas de negócios sustentáveis aprovadas e financiadas: a proposta inicial do programa previa o apoio a 210 propostas de negócios. Na revisão, a meta foi alterada para 75 propostas de negócios;
- (ii) Aumento do número de beneficiários com processos ajuizados: previa-se o apoio a 4.000 beneficiários sendo alterada para 6.000 beneficiários;
- (iii) Na ação de fortalecimento institucional foi excluído o apoio as prefeituras municipais, por meio do repasse de veículos e equipamentos de informática, em função da impossibilidade financeira destas contratar e oferecer assistência técnica complementar ao EMATER/PR e aos beneficiários do programa.

### 2.2.1.2. Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias

Principais mudanças:

- (iv) Redução da meta no número de sistemas de abastecimento de água para comunidades rurais a serem apoiados de 450 para 350;
- (v) Eliminação da meta de 40 negócios comunitários sustentáveis pelo programa por se sobreporem aos apoios do PRÓ-RURAL;
- (vi) Retirada da proposta de integração do sistema de informações em um cadastro multifinalitário.

### 2.2.1.3. Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental

O Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental não sofreu alterações quanto aos seus objetivos e escopo principal em nenhuma das duas reformulações do projeto, contudo, houveram modificações relacionadas as suas ações ou ao modo como estas eram executadas, ou ainda quanto à gestão do programa e também quanto aos indicadores.

Na primeira reformulação do projeto, ocorrida em 2015, a ação relacionada à instalação de estruturas físicas de acesso a serviços de licenciamento ambiental, denominadas “balcões únicos”, foi substituída pela implementação do Sistema de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos (SIGARH).

O desenvolvimento do Sistema de Informações trouxe como perspectiva a integração de diversos processos do Instituto das Águas do Paraná (ÁGUASPARANÁ) e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), visando permitir aos usuários a requisição de licenças e outorgas e a realização de consultas pela internet, assim como ampliar a transparência e as possibilidades de gestão organizacional mais eficiente. O indicador de desembolso que era relacionado aos balcões únicos passou a ser atrelado à implementação do SIGARH.

Na segunda reformulação do contrato de empréstimo foram incluídas metas para o acompanhamento de resultado do SIGARH relativas à redução de tempo para a entrega de outorga.

Para melhor adequação a realidade de implementação do programa, durante a revisão de meio termo do projeto, foram reformuladas as seguintes ações:

- (i) Reestruturação e integração de sistemas institucionais;
- (ii) Descentralização do licenciamento e fiscalização ambiental aos municípios;
- (iii) Capacitação de servidores. Nesta ocasião foi feita uma avaliação e decidiu-se pela exclusão das ações relativas a reengenharia de processos e legislação ambiental. Por outro lado, decidiu-se pela inclusão da ação de adequação da infraestrutura física da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná (SEMA).

Ao longo da implementação do projeto houveram mudanças na coordenação do programa ou mesmo nas direções das instituições envolvidas tendo impactado na execução das ações.

Em 2019, como parte da reforma administrativa do Estado, a SEMA, instituição responsável pela execução do programa, passou a ser Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST). Assim como o Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ), o Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG) e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), foram consolidados no Instituto Água e Terra (IAT). Essa reestruturação impactou a execução das ações do programa que ainda estavam em andamento em 2019 a medida que provocou mais uma alteração de responsável pela coordenação do Programa.

#### 2.2.1.4. Programa Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos

O escopo principal e os objetivos do Programa Gestão de Riscos e Desastres não foram modificados em nenhuma das duas reformulações do

projeto, porém, durante a revisão de meio termo, foram realizadas algumas alterações relacionadas a inclusão ou exclusão de ações, bem como modificações nos indicadores.

O indicador relativo à melhoria da identificação de riscos de desastres deixou de figurar o quadro de indicadores de objetivos de desenvolvimento do Projeto. Já as metas do indicador de resultado intermediário que dizia respeito ao estabelecimento da política estadual de gestão de riscos e desastres foram postergadas e deixaram de influenciar o desembolso a partir de 2018.

Para o fortalecimento da governança houve a inclusão da ação “Fortalecimento da base física”, que consistiu na proposição da aquisição de cinco (5) veículos para a SEMA e oito (8) para o AGUASPARANÁ, objetivando proporcionar condições favoráveis ao aumento da produtividade.

Das quatro ações originalmente previstas para a gestão de riscos, foi excluída a ação “Realização de estudos para ampliação da base do conhecimento técnico-científico operacional”,

As ações voltadas a resposta a desastres foram rediscutidas e melhor definidas resultando em uma série de modificações. A ação “Ampliação da capacidade de obtenção de informações em áreas atingidas”, a qual previa o desenvolvimento de veículo aéreo não tripulado (VANT) para coleta e transmissão de imagens digitais em tempo real com capacidade de operação em áreas de difícil acesso, foi absorvida pela ação de “Fortalecimento dos Comandos Regionais de Defesa Civil”, que previu a aquisição de VANTs e outros produtos, tais como:

- (i) Aquisição de equipamentos de proteção individual e de resposta para atuação em ocorrências de Salvamento em Águas Rápidas (SARP) e ocorrências de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (BREC);
- (ii) Aquisição de veículos para atuação em SARP e BREC;
- (iii) A aquisição de 32 VANTs.

A ação “Concepção e implantação das salas fixas e móveis para o monitoramento e gerenciamento de desastres” foi qualificada e convertida na ação “Concepção e implantação do Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos de Desastres (CEGERD)”. A ação “Elaboração de planos de contingência e implantação de sistemas locais de alerta precoce” também foi trabalhada e reestruturada em duas novas ações: “Concepção de sistemas locais de alerta precoce de potenciais desastres”, e “Desenvolvimento e implantação de sistemas de radares meteorológicos”.

#### 2.2.1.5. Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem

No programa sistema de avaliação da aprendizagem, a revisão de meio termo previu o desenvolvimento de matrizes de referência para a modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA) e para as línguas Guarani e Kaingang em 2017. Também foi estabelecido a ampliação da divulgação dos resultados das avaliações por outros meios além das revistas pedagógicas, são elas: boletim do aluno e on-line via portal da educação.

Inicialmente, foram previstas a realização de quatro edições do SAEP, as quais correspondiam a uma aplicação das provas da Língua Portuguesa e de Matemática que seriam executadas anualmente. Com a ampliação do prazo do programa, na revisão de meio termo a meta foi ampliada para cinco edições.

#### 2.2.1.6. Programa Formação em Ação

No programa formação em ação, as metas para o indicador do tipo DLI “Participação de professores em treinamento de formação” para os anos 2016, 2017 e 2018 foi ajustada de 90% para 85%.

No programa formação em ação, houve aumento da meta prevista para o indicador “Oficinas anuais realizadas” de 5.300 para 6.000 a partir de 2016; além do aumento das metas anuais de professores e técnicos participantes. Houve também aumento de meta prevista para o indicador “Vagas ofertadas para o aperfeiçoamento técnico-pedagógico”, de um total de 8.400 para 12.400 vagas ofertadas; exclusão do indicador “Escolas contempladas com propostas didático-pedagógicas do PDE”; alteração do indicador “Artigos científicos e materiais didáticos pedagógicos produzidos”, o qual mensurava número de artigos publicados e materiais didático-pedagógicos produzidos, para dois novos indicadores “Cadernos PDE publicados contendo artigos científicos” e “Cadernos PDE publicados contendo materiais didático-pedagógicos produzidos”, com readequação de metas; houve mudança na descrição do protocolo do indicador “Capacitação Acadêmica de Professores em Serviço, Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)” e a meta final do indicador foi definida em 7.689 professores certificados.

#### 2.2.1.7. Programa Renova Escola

Em 2014, no início do Projeto a Superintendência de Desenvolvimento Educacional (SUDE) da SEED era a unidade executora do Programa Renova Escola. Em 2016, a SUDE foi extinta, tendo sido criado o Instituto de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR) que assumiu a execução do Programa.

A estratégia operacional para a contratação dos serviços/obras de reparos de prédios escolares com valores até R\$ 150.000,00 mudou em 2015, deixando de ser realizadas licitações descentralizadas (pelas escolas) na modalidade convite, passando a ser realizados pregões eletrônicos de modo centralizado sob a responsabilidade da SUDE e posteriormente do FUNDEPAR.

A estratégia adotada para a fiscalização das obras também foi alterada em 2016. A FUNDEPAR, adotando orientações da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL), reestruturou a Coordenação de Fiscalização e as atividades que eram feitas pelos engenheiros contratados pela Paraná Educação, passou a ser de profissionais da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e da Paraná Edificações (PRED) disponibilizados por meio de termo de cooperação técnica firmados entre as instituições.

Durante a Revisão de Meio Termo do Projeto, a meta final para o indicador “Escolas Estaduais reformadas e/ou ampliadas” que era prevista para o ano de 2017 foi postergada para 2019 e ajustada de 340 para 450.

#### 2.2.1.8. Programa Rede de Urgência e Emergência

No programa Rede de Urgência e Emergência, alguns indicadores sofreram alteração a partir da revisão de meio termo:

- (i) Inclusão do indicador de PDO, “Diminuição da taxa de mortalidade por causas externas, exceto violência”;
- (ii) Substituição do indicador “Aumento percentual do número de leitos de UTI no Estado do Paraná” por outros dois indicadores de resultado intermediário: “Taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares (por faixa etária)” e “Porcentagem da população com acesso a serviços de saúde de urgência e emergência”.

Foi suprimida a ação de ampliação da infraestrutura de atendimento móvel, por meio da construção de 8 heliportos nos hospitais de referência, tendo em vista a inviabilidade de sua implementação no período de vigência do Projeto. Esta supressão não compromete as prerrogativas técnicas do programa, visto que outras iniciativas neste sentido estão sendo financiadas com outros recursos e o estado tem ajustado e redesenhado a sua atual infraestrutura de logística para atender a demanda vinculada a esta intervenção.

#### 2.2.1.9. Programa Rede Mãe Paranaense

No caso da Rede Mãe Paranaense, não houve inclusão ou supressão de nenhuma das ações já previstas no Projeto.

Foi mantido o indicador da “Razão de Mortalidade Materna” por entender que é um indicador da qualidade de saúde, influenciada diretamente pelo grau

de desenvolvimento econômico-cultural-tecnológico e da organização do seu sistema de saúde. Variações positivas deste indicador normalmente são associadas à falta de qualidade dos serviços de assistência à gestação, parto e puerpério.

Por sugestão do Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas Estadual (TCE), foram discutidas iniciativas de gestão interna para mitigar as ressalvas apresentadas e garantir o adequado monitoramento e documentação das intervenções apoiadas, das quais as seguintes já estão em implementação:

- (i) Criação de um grupo de monitoramento, acompanhamento e avaliação responsável pelo monitoramento técnico e operacional das intervenções do componente, com objetivo de estabelecer e fortalecer ações e mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação dos processos administrativos que envolvem despesas elegíveis atuais e novas ou ampliadas, de aplicação direta pela SESA ou indireta, pelo projeto/componentes 1 - SWAP e 2 Assistência Técnica;
- (ii) Atendimento dos propósitos do projeto e do Banco;
- (iii) Observância das diretrizes do Banco Mundial, nas despesas elegíveis atuais e novas ou ampliadas, de aplicação direta pela SESA ou indireta, por meio de apoio e suporte às unidades técnicas dos Programas Rede Paraná Urgência e Emergência e Rede Mãe Paranaense.

Nesta direção, foi iniciado em novembro de 2015 um processo amplo de treinamento dos municípios executores sobre as condições de execução do projeto e a formalização de um termo de cooperação entre a Secretaria Estadual de Saúde e a Paraná Edificações, órgão da Secretaria de Infraestrutura e Logística, para a fiscalização das obras financiadas no âmbito do projeto, em todas as suas etapas.

## **2.2.2. INDICADORES CHAVE<sup>24</sup>**

A Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) no uso de suas atribuições, com o apoio técnico da equipe do Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do IPARDES, para a revisão de meio termo assinada em maio de 2017, realizou reuniões de monitoramento com gestores e executores em duas etapas: o primeiro ciclo de reuniões de reuniões no período de abril a maio de 2016 para a revisão do cronograma de metas dos indicadores

---

<sup>24</sup> Relatório semestral - 1º semestre de 2014

de produto do modelo lógico, e dos quadros com os indicadores de desenvolvimento intermediários e de desembolso. E outro ciclo, no período de junho a julho do mesmo ano, para a compatibilização das metas físicas, financeiras e a coleta das informações requeridas na mensuração e verificação do cumprimento dos indicadores previstos para o período. Esses procedimentos permitiram atestar o desempenho das metas priorizadas e dos indicadores acordados, bem como, identificar necessidades de correções e buscar soluções, de forma colaborativa, adotando medidas de ajustes em face da realidade da execução.

As discussões da Revisão de Meio Termo (RMT) do projeto, envolveram as equipes executoras dos programas, a UGP e o Banco Mundial. Nesse processo, no sentido de buscar soluções e adotar medidas de ajustes em face da realidade da execução, foram realizadas reflexões a respeito dos indicadores e metodologia que vinham sendo utilizadas, assim como as responsabilidades quanto ao monitoramento do projeto.

No processo da RMT, para atender aos objetivos vigentes do projeto, foram definidos 6 indicadores de desenvolvimento setorial (PDO)<sup>25</sup>, relacionados na tabela 5.

Os Indicadores de Resultados Intermediários (IRI) - tabelas 6 e 7, foram construídos para monitorar as ações dos Programas de Gastos Elegíveis (PGE) do Componente 1, ou ações do Componente 2 do projeto.

Foram realizadas análises setoriais a respeito dos indicadores de resultados intermediários, tendo em vista as lições aprendidas no processo de monitoramento realizado até então, sendo validada a maioria dos indicadores e inseridos alguns novos. Dos 26 indicadores que compõem o quadro de resultados intermediários do projeto, 13 deles são também de desembolso (DLI).

Os indicadores de desembolso (tabelas 8 e 9), identificados e selecionados entre os indicadores de resultados intermediários, conforme as normas do financiamento, estão relacionados aos repasses de recursos do Banco Mundial ao Estado no âmbito do projeto.

O monitoramento e avaliação acompanhou ainda dois indicadores sociais para ações da Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI): um relativo ao PRÓ-RURAL; e outro ao Programa Formação em Ação, relacionados na tabela 10. Esses indicadores já vinham sendo monitorados semestralmente considerando-se acordos obtidos entre a UGP e Banco Mundial em missão de monitoramento do projeto desde 2015<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> [Manual Operativo do Projeto \(MOP\) - Volume 1- Documento Principal, 2017](#)

<sup>26</sup> [Manual Operativo do Projeto \(MOP\) - Volume 1- Documento Principal, 2017](#)

Tabela 5: Indicadores de Desenvolvimento Social (PDO)

ANTES DA RMT		DEPOIS DA RMT
Receita de dívidas fiscais como parcela do estoque de dívidas fiscais	ALTERAÇÃO NA REDAÇÃO	Receita de impostos em atraso como uma parte do estoque de impostos atrasados
Grupos produtores atendidos pelo projeto com acesso melhorado e integração aos mercados de saída	AJUSTADO PARA	Grupos de produtores apoiados pelo projeto com iniciativas de negócios implementadas
	NOVO INDICADOR	Hectares apoiados pelas intervenções do Plano de Ação em microbacias
Identificação de Riscos de Desastres Melhorada	EXCLUÍDO MOVIDO PARA Indicador de Monitoramento (IM)	
Taxa de sobrevivência no ciclo final do ensino fundamental em escolas estaduais	SEM ALTERAÇÕES	Taxa de sobrevivência no ciclo final da educação fundamental em escolas estaduais
Redução na taxa de mortalidade materna	SEM ALTERAÇÕES	Redução na taxa de mortalidade materna
	NOVO INDICADOR	Diminuição na taxa de mortalidade por causas externas, exceto violência

Tabela 6: Indicadores de Resultados Intermediários (IRI)

ANTES DA RMT		DEPOIS DA RMT
Número de agricultores capacitados ou recebendo assistência técnica	SEM ALTERAÇÕES	Número de agricultores capacitados ou recebendo assistência técnica
	NOVO INDICADOR	Beneficiários de processos de regularização fundiária legalmente concluídos
	NOVO INDICADOR	Planos de gestão e conservação de estradas rurais elaborados
	NOVO INDICADOR	Número de pessoas em áreas rurais providas de acesso a fontes melhoradas de água no âmbito do projeto
Fortalecimento da capacidade de Monitoramento de Risco de Desastre e Sistema de Alerta para eventos Hidrometeorológicos	SEM ALTERAÇÕES	Fortalecimento da capacidade de Monitoramento de Risco de Desastre e Sistema de Alerta para eventos Hidrometeorológicos
Capacitação acadêmica de professores em serviço, Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)	SEM ALTERAÇÕES	Capacitação acadêmica de professores em serviço, Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)
	NOVO INDICADOR:	Diminuição na taxa de mortalidade infantil.

Tabela 7: Indicadores de Resultados Intermediários (IRI)

ANTES DA RMT		DEPOIS DA RMT
Aumento percentual do número de leitos de UTI no Estado do Paraná	SUBSTITUÍDO POR OUTROS 2	Taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares (por faixa etária)
		Porcentagem da população com acesso a serviços de saúde de urgência e emergência
Desenvolvimento e implementação de uma política de saúde ocupacional	AJUSTADO PARA	Redução de saídas ou ausências devido a doenças ou lesões associadas ao trabalho
Número de municípios com um sistema descentralizado de licenciamento e monitoramento ambiental	SEM ALTERAÇÕES	Número de municípios com um sistema descentralizado de licenciamento e monitoramento ambiental
Gestão melhorada das infraestruturas físicas das escolas da SEED	SEM ALTERAÇÕES	Gestão melhorada das infraestruturas físicas das escolas da SEED
Fortalecimento da capacidade da SEED de avaliar programas de treinamento para professores	SEM ALTERAÇÕES	Fortalecimento da capacidade da SEED de avaliar programas de treinamento para professores

Tabela 8: Indicadores de Desembolso (DLI)

ANTES DA RMT		DEPOIS DA RMT
Número de propostas aprovadas e que serão financiadas	ALTERAÇÕES SÓ NO NÚMERO DE PROPOSTAS	Número de propostas aprovadas e que serão financiadas
Número de planos de ação de microbacias elaborados	APENAS AJUSTE DE METAS	Número de planos de ação de microbacias elaborados
Implementação de um Subsistema de Recursos Hídricos do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos.	ALTERAÇÃO DAS METAS. POSTERGADAS	Implementação de um Subsistema de Recursos Hídricos para o Sistema Integrado de Gerenciamento Ambiental e Recursos Hídricos
Estabelecimento de uma Política Estadual de Gestão de Riscos e Desastres	ALTERAÇÕES DOS RESULTADOS FINAIS	Estabelecimento de uma Política Estadual de Gestão de Riscos e Desastres
Sistema de Avaliação de Ensino e Aprendizagem do Aluno	ALTERAÇÕES DAS METAS. POSTERGADAS	Sistema de Avaliação de Ensino e Aprendizagem do Aluno
Participação de professores em treinamento de formação	SEM ALTERAÇÕES. METAS ANUAIS	Participação de professores em treinamento de formação
Escolas estaduais reformadas e/ou ampliadas	SEM ALTERAÇÕES. METAS ADICIONAIS NÃO DLI	Escolas estaduais reformadas e/ou ampliadas.

Tabela 9: Indicadores de Desemboço (DLI)

ANTES DA RMT		DEPOIS DA RMT
Percentual de mulheres grávidas identificadas com alto risco de complicações no parto referenciadas por Unidades Básicas de Saúde (UBS) à um hospital que faça parte da Rede Mãe Paranaense	SEM ALTERAÇÕES	Percentual de mulheres grávidas identificadas com alto risco de complicações no parto referenciadas por Unidades Básicas de Saúde (UBS) à um hospital que faça parte da Rede Mãe Paranaense
Proporção de nascidos vivos de mulheres grávidas que participaram de 07 ou mais consultas pré-natal	SEM ALTERAÇÕES	Proporção de nascidos vivos de mulheres grávidas que participaram de 07 ou mais consultas pré-natal
Revisão dos processos de gestão fiscal	SUBSTITUÍDO POR	Melhoria do Sistema de gestão fiscal do Estado (Mutuário).
Melhorar as competências essenciais dos funcionários públicos.	APENAS METAS POSTERGADAS	Melhorar as competências essenciais dos funcionários públicos.
Fortalecimento da Capacidade do Estado para a Construção de Políticas baseada em Evidência	AJUSTADO PARA	Fortalecimento da capacidade do estado para monitorar e avaliar políticas públicas
Fortalecimento do Sistema de Controle Interno	SEM ALTERAÇÕES APENAS METAS POSTERGADAS	Fortalecimento do Sistema de Controle Interno

Tabela 10: Indicadores Sociais (IS)

ANTES DA RMT		DEPOIS DA RMT
Número de professores capacitados que trabalham em escolas indígenas	SEM ALTERAÇÕES	Número de professores capacitados que trabalham em escolas indígenas
Terras indígenas com projetos produtivos apoiados	SEM ALTERAÇÕES	Terras indígenas com projetos produtivos apoiados

### 2.2.3. POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS

#### 2.2.3.1. Reformulação da Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI)

Em 2014, na primeira missão de supervisão do Projeto que contou com a participação da especialista em Salvaguardas Sociais do Banco Mundial, foi detectada a necessidade da elaboração de Plano Plurianual (PPA) da Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI) para cada um dos programas com atuação junto a estas populações, visando identificar claramente as metas anuais para cada uma das ações com o intuito de facilitar o acompanhamento da implementação da EPPI.

No ano de 2015, o Banco e o Estado acordaram sobre a inclusão dos seguintes indicadores sociais no quadro de indicadores de monitoramento e resultados do Projeto:

- (i) Número de terras indígenas com projetos produtivos apoiados (Programa PRÓ-RURAL);
- (ii) Número de professores de escolas indígenas capacitados (Programa Formação em Ação).

No âmbito da Revisão de Meio Termo do Projeto a Estratégia de Participação dos Povos Indígenas foi rediscutida, visando incluir as metas atualizadas das ações definidas nos POPs dos programas e o novo arranjo institucional para a implementação da EPPI, que passou a incluir uma rede de instituições de apoio, bem como representantes das populações indígenas.

A versão atualizada da EPPI foi aprovada pelo Banco Mundial em 2017, tendo sido publicada no sítio eletrônico da SEPL.

### 2.2.3.2. Reformulação do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário

Em 2014, no transcorrer da primeira missão de supervisão do projeto que contou com a participação da Especialista em Salvaguardas Sociais do Banco Mundial, foi verificado que o Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário do Projeto não esclarecia com exatidão, os limites físicos das intervenções previstas e possíveis demandas por aquisições de terra<sup>27</sup> e realocação de famílias decorrentes dessas intervenções.

Neste contexto, foi sugerida a elaboração de uma Ficha de Verificação de Reassentamento Involuntário para compor o processo de contratação e execução de obras ou serviços com potencial de aplicação da política de reassentamento involuntário do Banco Mundial (OP 4.12).

Na missão do Banco Mundial, realizada em setembro de 2015, foram analisados os fluxos operacionais das ações, no sentido de identificar exatamente quando (em que etapas do trabalho) e como as exigências da OP 4.12 poderiam ser aplicadas à realidade específica de execução do Projeto, principalmente para aquelas ações com maior potencial de causar reassentamento involuntário (readequação de estradas rurais e instalação de sistemas de abastecimento de água).

Assim, ressaltou-se a necessidade de qualificação do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário para expressar da melhor maneira possível todas as etapas da operacionalização das ações do projeto, os possíveis impactos das intervenções, sobretudo no que se refere à necessidade de aquisição de terras, e aplicabilidade das exigências da OP 4.12 do Banco

---

<sup>27</sup> Nesse texto foi admitido o conceito de "terra" estabelecido na Política de Reassentamento Involuntário do Banco Mundial (OP 4.12), onde "terra" significa "qualquer coisa que cresça ou esteja permanentemente ligada ao solo, tais como edifícios ou cultivos."

Mundial, com destaque para a elaboração de planos de reassentamento involuntário.

Em 2016, o Estado havia concluído uma versão atualizada do Marco, mas as discussões sobre o conteúdo do documento foram retomadas no primeiro semestre de 2017, depois da missão de supervisão da Especialista em Salvaguardas do Banco Mundial que incluiu visitas a sistemas de abastecimento de água apoiados com recursos do Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias e trechos de estradas rurais que seriam readequadas com as patrulhas rurais disponibilizadas pelo PRÓ-RURAL.

Os principais pontos do documento que mereceram revisão tinham respeito à necessidade de elaboração de Planos de Reassentamento Involuntário (PRI) e ao conteúdo mínimo desses planos.

Para pacificar os entendimentos de todos os atores envolvidos (Banco Mundial, UGP/SEPL e SEAB enquanto executora das ações) e respaldar a finalização do documento, bem como as ações em andamento, acordou-se sobre a necessidade de elaboração de um parecer jurídico. Tal parecer foi elaborado pelo Estado em novembro de 2017, tendo sido referendado pelo Banco Mundial em janeiro de 2018.

Em maio de 2018 a versão atualizada do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário do Projeto foi considerada aceita pelo Banco Mundial, sendo providenciada a publicação do documento no sítio eletrônico da SEPL.

#### 2.2.3.3. Reformulação do Marco de Gestão Ambiental

Durante as discussões realizadas no processo de Revisão de Meio Termo do Projeto, foram identificados pontos de melhoria no Marco de Gestão Ambiental, assim o documento foi reelaborado para tornar mais claros os impactos das ações e as medidas adotadas para atenuar ou corrigir eventuais danos ao meio ambiente. O Marco de Gestão Ambiental atualizado foi publicado em 2017 no sítio eletrônico da SEPL.

### **2.2.4. GESTÃO FINANCEIRA DO COMPONENTE 2: ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

No Componente 2, foram contempladas atividades de apoio técnico e financeiro à implantação do Componente 1, de modernização da gestão da administração pública, desenvolvimento regional e os recursos alocados correspondentes a 35 milhões de dólares.

Quando o Acordo de Empréstimo nº 8201-BR foi negociado, cada dólar correspondia a cotação de R\$ 2,00 (dois reais), na ocasião da assinatura do

Contrato com o BIRD em 13 de dezembro de 2013 a moeda americana equivalia a R\$ 2,33 (dois reais e trinta e três centavos)<sup>28</sup>. Neste contexto, os recursos financeiros destinados as atividades do Componente 2 do projeto foram afetados por sucessivas alterações na cotação do dólar. Em caráter exemplificativo, apenas no período de abril a novembro de 2015, a taxa de cambio variou de R\$ 2,89 (dois reais e oitenta e nove centavos) em 28 de abril de 2015 a R\$ 4,19 (quatro reais e dezenove centavos) em 24 de setembro de 2015.

A disponibilidade de recursos em reais devido à variação da taxa de cambio permitiu o incentivo ao planejamento e desenvolvimento de atividades dentro do escopo do Projeto por parte dos executores e dos especialistas do BIRD. Considerando todas as atividades previstas em 2016, ultrapassavam a totalidade dos recursos disponíveis, sem qualquer margem para possíveis variações cambiais.

Além disso, das atividades programadas para a Assistência Técnica, sete processos estavam com o cronograma de execução contratual somado ao prazo da realização da aquisição ou da seleção muito próximos de ultrapassar a vigência do Acordo de Empréstimo e outros 6 (seis) processos ultrapassavam a data limite de 30 de novembro de 2017.

Diante do exposto, foram adotadas algumas medidas para cada caso. Para as ações cujo cronograma de execução, acrescido do prazo estimado para a licitação ou seleção, ultrapassasse o prazo de vigência do Acordo de Empréstimo com o Banco, 30 de novembro 2017, os processos foram revisados; aqueles com possibilidade de compatibilização do escopo e do cronograma foram readequados a data limite do Projeto, (anterior à revisão de meio termo). De forma geral, o risco de incompatibilidade de cronograma foi mitigado a partir da revisão de meio termo e da prorrogação da vigência do Acordo de Empréstimo nº 8.201-BR para 30 de novembro de 2019.

Quanto ao comprometimento dos recursos disponíveis em relação às atividades já programadas ou contratadas, foram adotadas as seguintes providências:

- (i) Das programadas, foram mantidas exclusivamente aquelas com a especificação técnica ou termo de referência avaliado pela UGP e com manifestação de não objeção do gerente do Projeto (BIRD);

<sup>28</sup> Histórico das cotações do dólar americano, Banco Central do Brasil - BACEN, disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>

- (ii) As demais atividades em elaboração e sem aprovação, parte foi alocada no Componente 1 e outra parte teve condicionada sua execução a uma eventual disponibilidade de recursos financeiros.

### **2.2.5. GESTÃO FINANCEIRA DO PROJETO**

Com a realização da RMT, prevista em contrato, verificou-se a necessidade de alterações em alguns prazos de entrega, valores previstos de execução, indicadores e cronograma de desembolso.

O Projeto Multissetorial passou por auditoria de suas demonstrações financeiras, com a periodicidade de um exercício fiscal, e, posteriormente, fornecê-las ao Banco. Ao longo do projeto observou-se a necessidade de expandir o prazo de apresentação das demonstrações ao Banco, sendo alterado de seis para oito meses após o final do período.

Por conta da significativa variação cambial ao longo do projeto, verificou-se a necessidade de alteração dos valores do Programa de Gastos Elegíveis, com o aumento do valor global previsto do programa de R\$ 1.356.479.553 para R\$ 2.185.253.467. Os valores detalhados de cada setor do projeto estão apresentados na tabela 20, do capítulo 3.

Outra alteração realizada durante a RMT foi a mudança de um dos indicadores de desembolso e o ajuste de valores de algumas metas de indicadores já existentes, conforme tabela 18, apresentado no capítulo 3.

Por fim, foram realizadas alterações no cronograma de desembolsos, passando de sete para nove o número de desembolsos previstos em contrato. Os valores de desembolso foram redistribuídos de acordo com as metas alinhadas.

### **2.2.6. AVALIAÇÃO ECONÔMICA**

Como parte da Revisão de Meio Termo, foi realizada uma avaliação econômica para verificar se as intervenções do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná eram economicamente viáveis, isto é, se os benefícios esperados justificavam os custos esperados. A avaliação foi conduzida com base na análise do custo-benefício para os setores incluídos no projeto, que são: desenvolvimento rural sustentável, gerenciamento ambiental e de riscos e desastres, educação e saúde.

A abordagem para medir os benefícios variou de acordo com a intervenção. O custo evitado foi usado no caso da saúde, medido através da razão da redução de mortalidade de grávidas e da melhoria dos tratamentos. Para a educação, os benefícios foram medidos como aumento de ganhos,

quando estudantes se graduam na idade certa e professores recebem treinamentos apropriados. Gerenciamento de riscos e desastres foi avaliado usando duas abordagens: (i) simulação do ponto de ruptura de perdas evitadas que faz a intervenção viável; e, (ii) técnica de aferição. O componente rural foi avaliado mostrando o retorno que os agricultores estavam obtendo, que foram mais altos que antes das atividades terem sido implementadas.

Para conduzir essa avaliação, todos os preços foram transformados para 2012 para fazer as comparações com as avaliações previstas. Para tanto, o custo das atividades foi distribuído entre as categorias e moedas correntes. Isto é importante porque a moeda brasileira variou muito durante o período em que o projeto foi implementado (de 2013 a meados de 2016).

Os benefícios e custos dos cenários foram projetados no tempo de vida dos trabalhos usando uma taxa de desconto de 6%, conforme orientações estabelecidas pelo Grupo de Desenvolvimento Sustentável do Banco Mundial.

#### 2.2.6.1. Setor 1: Desenvolvimento Rural Sustentável

Esta análise foi dividida em duas atividades:

- (i) Desenvolvimento econômico territorial (PRÓ-RURAL), com foco no melhoramento da competitividade de pequenos produtores rurais na Região Central;
- (ii) Gestão de Solo e Água em Microbacias, para promoção da adoção de agricultura sustentável, práticas de gerenciamento de recursos naturais e acesso à água potável por comunidades muito pobres em áreas prioritárias.

Durante a preparação da avaliação foi realizada uma entrevista com alguns agricultores, que apontaram os seguintes benefícios dos programas:

- (i) Melhores práticas de agricultura aprendidas no treinamento;
- (ii) Melhoria do uso do solo e da água;
- (iii) Melhor aplicação dos fertilizantes;
- (iv) Culturas diversificadas;
- (v) Uso de equipamentos e ferramentas que aumentavam a produtividade.

Na entrevista realizada com os agricultores foram levantadas informações a respeito das receitas e despesas, e o aumento dos ganhos após a aplicação de melhores práticas. Desta forma observou-se um resultado positivo das culturas cultivadas por pequenos agricultores, com variação de 6% a 20% de retorno sobre o investimento, de acordo com a região analisada.

Com relação aos planos de negócios, as associações de agricultores receberam assistência técnica para a elaboração de diferentes tipos de planos de negócios. Conforme dados apresentados pelas associações, os retornos sobre o investimento foram de:

- (i) 21% na melhoria de armazéns para receber, processar e distribuir a produção;
- (ii) 23,3% na coleta de leite e produção de produtos lácteos;
- (iii) 64,9% para coleta de leite, refrigeração e distribuição;
- (iv) 96,6% na produção e processamento de vegetais orgânicos;
- (v) 25,2% na produção de uva e processamento de suco de uva;
- (vi) 136,5% para o processamento de vegetais.

#### 2.2.6.2. Setor 2: Gestão ambiental e de Riscos e Desastres

A avaliação econômica foi realizada com foco nas atividades de Gestão de Riscos e Desastres, que teve objetivo de melhorar a capacidade de resposta e identificar riscos no curto e médio prazo durante o desenvolvimento de uma política de gestão de riscos e desastres integrada para médio e longo prazo.

Os benefícios calculados foram os danos evitados graças à intervenção, que eram esperados que fossem significativos, porém foram incertos e intangíveis. Sendo assim, não foi possível demonstrá-los totalmente, a menos que um risco ocorra. Por conta da falta de informações suficientes para executar a análise de risco e nenhum modelo de simulação para estimar o impacto da intervenção, o setor foi avaliado por meio de duas abordagens:

- (i) Abordagem parcial retroativa;
- (ii) Técnica de benchmarking.

Para a abordagem parcial retroativa, foram utilizados dados da Defesa Civil a respeito de eventos ocorridos de 2006 a 2015, sendo considerados apenas os eventos relacionados ao clima, que representaram 80% dos desastres registrados no período. Neste caso, os benefícios não foram refletidos na forma de perdas que foram evitadas pelas medidas mitigadoras implementadas no âmbito da ação. Dessa forma, os resultados da avaliação mostraram que para perdas evitadas acima de 2% dos custos de danos, o projeto seria viável. Quanto mais alta a perda evitada maior o retorno. Para perdas evitadas com redução de custo de 2%, haveria um benefício líquido de US\$ 1 milhão e um retorno do investimento de 7%, enquanto que para perdas com redução de custo de 5% o benefício líquido seria de US\$ 52 milhões e um retorno de 28%.

A avaliação baseada na técnica de benchmarking avaliou o benefício potencial baseado no PIB de acordo com os resultados do estudo de Hallegatte,

ou seja, redução de perdas patrimoniais, humanas e benefícios econômicos, tais como melhoria da produtividade. Os resultados baseados nesta avaliação demonstraram que sob baixas estimativas a intervenção foi viável economicamente e os benefícios resultantes corresponderam a 2% dos custos dos danos anuais médios registrados pela Defesa Civil, que foi semelhante ao ponto de equilíbrio obtido na abordagem retroativa.

### 2.2.6.3. Setor 3: Educação

Na Educação, a avaliação econômica foi realizada para os três programas como um todo, e um destaque no programa de formação de professores. A intervenção proposta para a Educação teria benefícios diretos e indiretos, sendo os diretos:

- (i) Graduação dos estudantes na idade correta;
- (ii) Melhora dos salários dos professores com treinamento profissional;

E os benefícios indiretos que impactariam positivamente o balanço fiscal do governo:

- (i) Aumento do recolhimento de impostos, visto os ganhos mais elevados das pessoas;
- (ii) Redução da despesa pública com saúde, uma vez que, de modo geral, pessoas mais instruídas tendem a ser mais saudáveis;
- (iii) Aumento do consumo de mercadorias e serviços, fato que dá origem a efeitos fiscais além do imposto de renda e das contribuições de seguridade social. Para a avaliação apenas os benefícios diretos foram considerados, visto a impossibilidade de se estimar os benefícios indiretos.

Os benefícios do programa de formação e ação estavam ligados com as atividades implementadas pelo programa de desenvolvimento de professores, e apenas esta intervenção específica foi avaliada por si só. Os benefícios do aumento da taxa de sobrevivência foram devido às atividades implementadas na educação toda e como tal, foi avaliado como um programa abrangente incluindo todas as atividades.

Os resultados mostraram benefícios esperados de US\$ 117 milhões para o Programa Formação e Ação, US\$ 192 milhões para o setor, considerando apenas a taxa de sobrevivência, e de US\$ 309 milhões para a Educação como um todo.

A avaliação econômica da Educação mostrou que os benefícios foram duas a três vezes mais altos que os custos da intervenção. Os benefícios líquidos esperados foram de US\$ 85 milhões para o Programa Formação e Ação, US\$ 55 milhões para o subcomponente, considerando-se apenas a taxa de

sobrevivência, e de US\$ 173 milhões para o total do subcomponente, e o retorno para o projeto foi de 33%, 11% e 19%, respectivamente, sendo, em todos os casos, mais alto que os 6% de taxa de desconto.

Os benefícios reais foram maiores que aqueles incluídos nesta avaliação, uma vez que apenas benefícios diretos foram contabilizados. Os benefícios adicionais que vieram da graduação no tempo certo e o decréscimo associado ao abandono escolar impactaria positivamente a sociedade, ainda que eles não fossem quantificados nesta avaliação.

#### 2.2.6.4. Setor 4: Saúde

Na Saúde, foi realizada a avaliação econômica do Programa Rede Mãe Paranaense, que teve objetivo de reduzir mortes maternas e infantis através da sua implementação. Os benefícios estimados desta intervenção foram relatados com:

- (i) Redução da razão de mortalidade de gestantes e bebês recém-nascidos;
- (ii) Economia nos custos dos tratamentos quando uma maior atenção é dada para a gestante e bebês através dos cuidados primários ao invés dos centros de urgência. A redução da razão de mortalidade melhoraria a qualidade de vida da família trazendo benefícios econômicos e sociais.

Os benefícios totais corresponderam a soma do custo evitado de mortes prematuras de gestantes e bebês recém-nascidos mais a economia nos custos de tratamento. Os resultados mostraram benefícios esperados de US\$ 187 milhões, 80% de redução da razão de mortalidade e 20% de redução dos custos de tratamento.

A avaliação econômica mostrou que os benefícios são 38% mais altos que os custos da intervenção. Os benefícios líquidos esperados foram de US\$ 52 milhões, e o retorno para o projeto foi de 11%, que é mais alto que os 6% de taxa de desconto. Os resultados foram conservadores, uma vez que o custo da morte prematura foi estimado de acordo com o salário mínimo e não é avaliada a importância da vida de uma mãe na qualidade de vida familiar e todas as consequências sociais e econômicas que acompanham.

#### 2.2.6.5. Impacto no Desenvolvimento Econômico

Os resultados mostraram que o projeto tem trazido investimentos rentáveis, uma vez que teve e terá um impacto positivo no desenvolvimento do Estado do Paraná. Todos os programas são economicamente viáveis com retorno mais alto que 6%. Os rendimentos globais do projeto geram um retorno

de 15% e cerca de US\$ 226 milhões de dólares de benefício líquido (Tabela 11). O total dos benefícios são 73% mais altos que os custos, dando um amplo espaço para incertezas ao longo do ciclo de vida das intervenções.

A tabela 11 apresenta um resumo dos resultados da avaliação econômica dos setores e programas selecionados demonstrando que a Taxa Interna de Retorno média é de 15%. De maneira geral, o projeto provou ser um investimento rentável. Os resultados da avaliação mostraram que todos os programas são economicamente viáveis com retornos mais altos que os 6% utilizado como taxa de desconto.

*Tabela 11: Resumo da avaliação econômica dos setores programas envolvidos*

SETORES /PROGRAMAS	VALOR PRESENTE DOS FLUXOS (1.000 US\$)			TIR %
	CUSTOS	BENEFÍCIO	BENEFÍCIO LÍQUIDO	
<b>DESENVOLVIMENTO INTEGRADO</b>				
Desenvolvimento Rural Sustentável				
Gestão Ambiental de Riscos e Desastres	33.173	33.561	388	6,3%
<b>DESENVOLVIMENTO HUMANO</b>				
<b>EDUCAÇÃO</b>	136.597	309.627	173.030	19%
<b>SAÚDE</b>				
<b>REDE MÃE PARANAENSE</b>	135.472	187.765	52.292	11%
<b>TOTAL</b>	<b>305.241</b>	<b>530.952</b>	<b>225.711</b>	<b>15%</b>

## 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

### 3.1. PRINCIPAIS RESULTADOS DO COMPONENTE 1

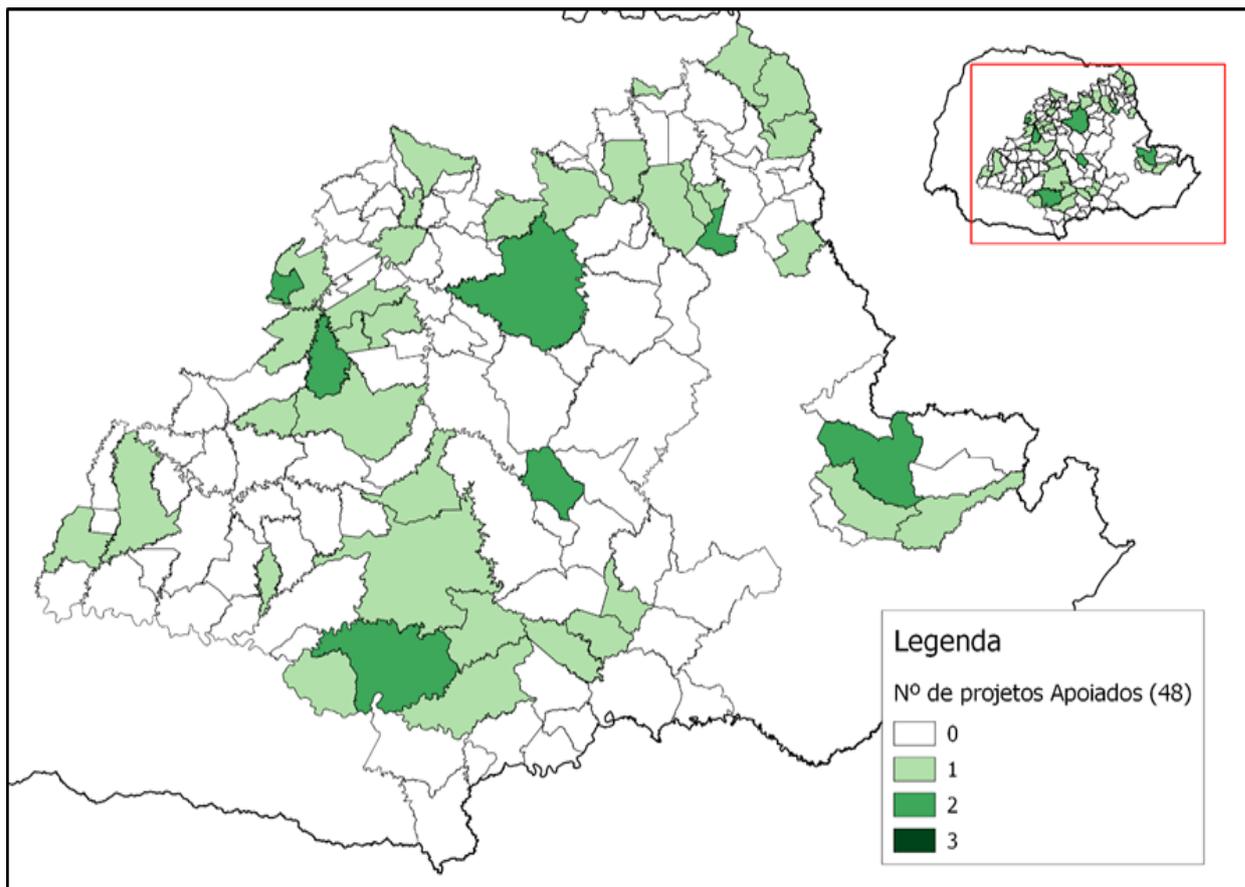
Os itens seguintes deste capítulo descrevem os principais resultados de cada um dos programas do Componente 1.

#### 3.1.1. PROGRAMA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL (PRÓ-RURAL)

Entre os principais resultados destacam-se:

- (i) Apoio a 52 propostas de iniciativas de negócios sustentáveis. Estas organizações representam 40% do total de associações e cooperativas (130 organizações - fonte: MDA, 2019) existentes na área de atuação do Programa, envolvendo 5.242 famílias de agricultores familiares tendo como cadeias produtivas principais olericultura, fruticultura e leite (Figura 5);
- (ii) Foram assistidos, sem repetição, pelo programa 27.800 (142,4% na meta) agricultores familiares e capacitados nos mais diversos temas, 110.000;
- (iii) Apoio com o repasse de patrulhas rodoviária para adequação de estradas rurais a oito consórcios intermunicipais envolvendo 40 municípios. Foram elaborados 849,46 km de projetos de estradas e adequados 675,98 km com estes equipamentos. Criou-se e implantou-se, de forma piloto, um plano de gestão de estradas municipais que será replicado para toda área do programa;
- (iv) Em regularização fundiária, foram atendidos 40 municípios (30% da área de abrangência) com ações de regularização fundiária em área privadas, ajuizando ações envolvendo 2.702 famílias de agricultores familiares em parceria com a Defensoria Pública. Esses números representam 45% do total de famílias previstas até o final da execução (6.000 famílias). Porém, o ITCG responsável pela atividade já realizou o trabalho de Georreferenciamento em 6.907 propriedades, representando uma execução física de 115% da meta prevista.

Figura 5: Distribuição espacial das organizações apoiadas na área do PRÓ-RURAL e localização da área de abrangência dentro do Estado do Paraná



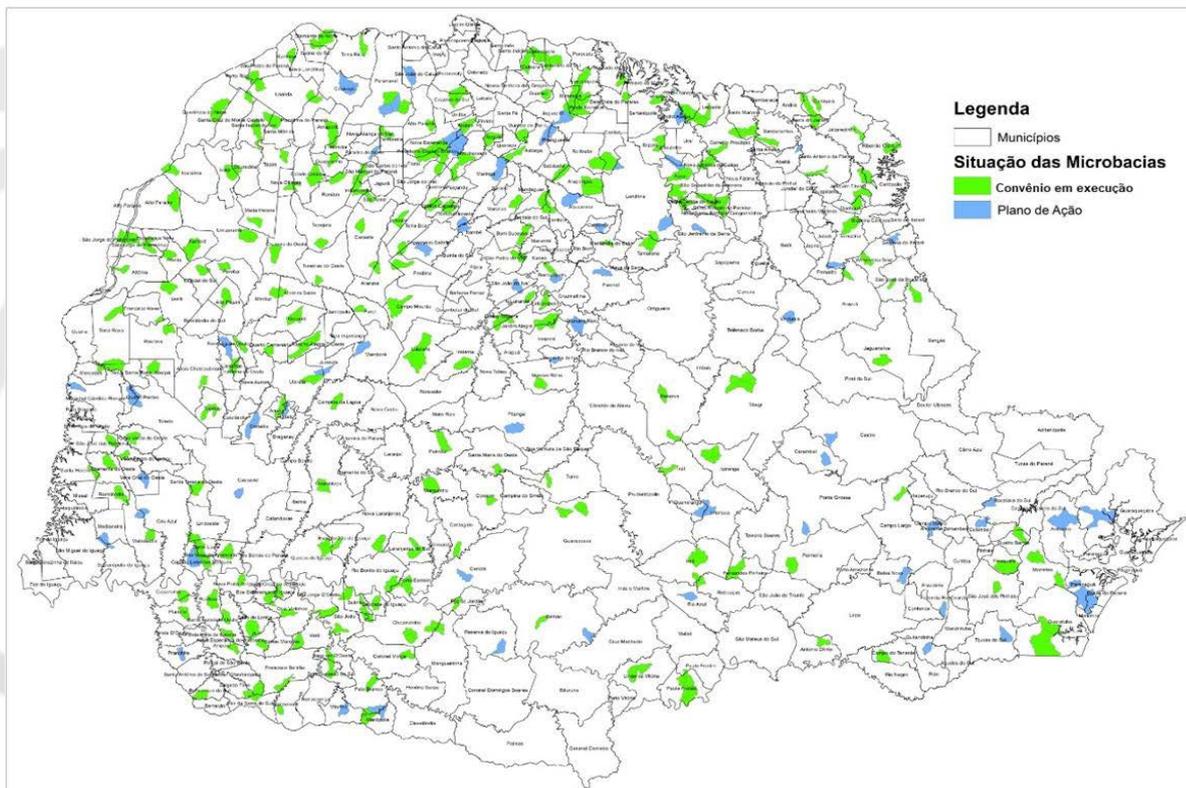
### 3.1.2. PROGRAMA GESTÃO DE SOLO E ÁGUA EM MICROBACIAS

Entre os principais resultados destacam-se a elaboração de 321 planos de ação de microbacias, dos quais para 256, foram repassados recursos financeiros, por meio de convênio, no montante de R\$ 45,56 milhões (Figura 6).

Estes planos beneficiaram mais de 60% dos 399 municípios existentes no Estado do Paraná. Os recursos financeiros repassados foram utilizados, principalmente, na implantação de:

- (i) Práticas mecânicas de redução do escoamento superficial de água como terraceamento (45%);
- (ii) Aumento da cobertura do solo como adubo orgânico e calcário (20%);
- (iii) Cercas para a proteção de mananciais e áreas de preservação permanente (10%);
- (iv) Redução da poluição pelo apoio a construção de esterqueiras, homogeneizadores e distribuidores de esterco (5%).

Figura 6: Distribuição espacial das microbacias trabalhadas pelo programa



Junto às 326 microbacias trabalhadas pelo programa, foram envolvidas:

- (i) 23.370 propriedades, com área total de 1,3 milhões de ha;
- (ii) Capacitados 16.680 produtores rurais;
- (iii) Capacitados 4.400 técnicos (serviços de assistência técnica pública e privado);
- (iv) Implantados 115 sistemas de abastecimento de água no meio rural, beneficiando 3.946 famílias de produtores, sendo 2.628 delas com acesso a água tratada com cloro;
- (v) Realizado monitoramento superficial de água em duas microbacias, de microinvertebrados em duas microbacias, propriedades químicas do solo em 20 microbacias e de turbidez da água em 10 microbacias.

### 3.1.3. PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Dentre os principais resultados alcançados pelo Programa Modernização do Licenciamento Ambiental, destacam-se:

- (i) Descentralização da prestação de serviços ambientais pelo compartilhamento do licenciamento e fiscalização ambiental com 30 municípios paranaenses;

- (ii) Melhoria das condições de trabalho, tanto para a unidade técnica do programa como também para os demais servidores, considerando a reestruturação da base física da SEMA (redesenho do layout interno, disponibilização de mobiliários e reforma da cobertura do prédio, das instalações sanitárias e do piso do subsolo) e a atualização de equipamentos de informática (51 supercomputadores, 53 licenças de softwares, readequação da rede lógica com switches);
- (iii) Avanços na capacidade de monitoramento e fiscalização ambiental do AGUASPARANÁ e IAP, tendo em vista a ampliação das redes de coleta de dados ambientais:
  - a. 7 estações de monitoramento do ar;
  - b. 60 estações hidrológicas GOES;
  - c. 40 estações hidrológicas GPRS;
  - d. 15 estações meteorológicas;
  - e. 9 sondas paramétricas;
  - f. 1 medidor doppler de vazão fluvial);
  - g. Qualificação da frota de veículos para o deslocamento de equipes - 10 veículos Duster, 27 veículos, 14 barcos
  - h. Modernização de 4 laboratórios do IAP pela viabilização de equipamentos, além da implantação de sistema de transmissão, recepção e armazenamento de dados.
- (iv) Desenvolvimento e implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e Sistema de informações de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos (SIGARH), baseado em geotecnologias para a emissão de licenciamento ambiental e outorga da água, monitoramento de recursos hídricos e efluentes e ainda gestão de bacias hidrográficas.

Parte das condições técnicas operacionais para aumentar a agilidade e a transparência na prestação de serviços ambientais foram estabelecidas com a execução das ações do programa. No que se refere a redução de tempo para o licenciamento e outorga, vale informar que a implantação do SGA e SIGARH foi realizada próximo ao período de encerramento do contrato de empréstimo impossibilitando o monitoramento de dados por tempo suficiente para a produção de evidências do atingimento das metas. Como exceção destaca-se os casos dos processos de Dispensa do Licenciamento Ambiental Estadual (DLAE) e dispensa de outorga que foram automatizadas tendo reduzido o tempo de emissão destes documentos para um dia.

No âmbito do desenvolvimento do SIGARH foram alcançados também alguns resultados indiretos significativos tais como, a redefinição dos fluxos e procedimentos operacionais para a outorga, a revisão e atualização da legislação correlata, a ampliação da integração com órgãos estaduais e federais.

A maioria das ações previstas no escopo do programa foram realizadas tendo apresentado produtos que estão alinhados aos objetivos preconizados. Apenas as ações relacionadas a capacitação e a Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) não foram finalizadas.

### **3.1.4. PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS**

A implementação das ações do Programa possibilitaram a entrega de inúmeros produtos que em conjunto contribuiram para o alcance de resultados alinhados aos objetivos preconizados:

- (i) Estabelecimento do arcabouço jurídico, o fortalecimento institucional da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e das instâncias de governança centrais para a gestão de riscos e resposta a desastres no Estado do Paraná, tendo em vista:
  - a. Institucionalização do Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPRODEC) por meio do Decreto Estadual nº 9.557/2013;
  - b. Implementação da Política Estadual de Proteção e Defesa Civil, pela publicação da Lei Estadual nº 18.519/2015
  - c. Elaboração das diretrizes para o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil e aprovação pelo CEPRODEC em 2017;
- (ii) A estruturação e operacionalização do Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CEGERD) devido a:
  - a. Instalações prediais (ar condicionado, rede elétrica e lógica);
  - b. Disponibilização de mobiliários e de equipamentos, de software, de hardware;
  - c. Instalação de telefonia IP e ativos de rede entre comando central e postos fixos;
- (iii) Ampliação da capacidade técnica e operacional dos Comandos Regionais da Coordenação Estadual de Proteção e Defesa Civil, considerando a disponibilização de:
  - a. 48 veículos - 16 veículos Vans Master com geradores e 32 pick-up com tração 4x4);

- b. Capacitação dos agentes de Defesa Civil, viabilizada com o desenvolvimento de sistemas Moodle;
  - c. Montagem de estúdio para EAD;
  - d. Disponibilização de servidores TI e desenvolvimento do portal da REDESASTRE.
- (iv) Melhoria nas condições de coleta de dados e identificação dos riscos de desastres com o desenvolvimento e operacionalização do Sistema de Previsão e Estimativa de Chuva (SIPREC), com:
- a. Operacionalização da Sala de Monitoramento Meteorológico (SIGRISCO);
  - b. Instalação e operação de dois sensores de raios para monitoramento de descargas atmosféricas, em parceria com o Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (SIMEPAR);
  - c. Adensamento da rede de monitoramento de dados hidrometeorológicos do AGUASPARANÁ;
  - d. Mapeamentos, tais como, o levantamento cartográfico planialtimétrico das áreas suscetíveis a desastres no litoral paranaense em escala 1:10.000 que mapeou 2.134,56 Km<sup>2</sup>, o mapeamento geológico-geotécnico na escala 1:20.000, a setorização de riscos e a organização de dados para a gestão de riscos nos municípios da região metropolitana de Curitiba que mapeou 1.576 Km<sup>2</sup> e o levantamento do uso e da cobertura da terra em toda a área do Estado, perfazendo 199.873,04 Km<sup>2</sup> na escala 1:25.000;
- (v) Fortalecimento da capacidade de monitoramento do risco de desastres e emissão de alertas para eventos hidrometeorológicos, tendo em vista:
- a. Implantação da Sala de Monitoramento e Gestão de Desastres do CEGERD, onde a Defesa Civil com base nos dados disponibilizados pelo SIMEPAR e AGUASPARANÁ e contando com o Sistema de Monitoramento, Alerta e Alarme de Desastres da Defesa Civil do Paraná (SISMAAD) vem realizando o acompanhamento em tempo real e emitindo alertas aos gestores regionais e municipais de defesa civil e a população paranaense cadastrada para o recebimento de mensagens SMS

a respeito de eventos como tempestades, inundações e deslizamentos.

### **3.1.5. PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

Para este programa foram definidos cinco indicadores de monitoramento, os quais apontaram os seguintes resultados ao longo do projeto:

- (i) Coordenação de planejamento e avaliação em funcionamento – coordenação vinculada ao Departamento de Educação Básica e ligada à Diretoria de Políticas e Programas Educacionais, atingindo 100,0%;
- (ii) Sistema de Avaliação da Educação Básica operando, atingindo 100,0%;
- (iii) Matrizes de referência elaboradas nas duas disciplinas para avaliação: elaboradas matrizes de língua portuguesa e matemática para o ensino regular e para a modalidade EJA, no entanto, não foram elaboradas as matrizes de referência para provas em Guarani e Kaingang em função da falta de profissionais qualificados para a adaptação dos conteúdos para os idiomas indígenas;
- (iv) Avaliação de alunos das escolas da rede pública estadual nas disciplinas de língua portuguesa e matemática – 1.091.057 alunos avaliados, atingindo 76,8% (verificar dados finais);
- (v) Resultados das avaliações publicados e divulgados, resultados de todas as avaliações divulgados online e através de revista impressa, atingindo 100,0% da meta.

A aplicação da avaliação e divulgação dos resultados possibilita aos gestores da rede o desenvolvimento de políticas públicas, a criação de metas de qualidade e equidade educacionais e ações de formação continuada de professores.

A inclusão do resultado da avaliação no boletim do estudante possibilitou à família e à comunidade escolar o acompanhamento individual do desempenho, informou sobre a qualidade da educação ofertada na instituição de ensino e ofereceu ao gestor da escola um diagnóstico de aprendizagem individualizado, bem como o monitoramento da qualidade de ensino, possibilitando a identificação de fragilidades para a formulação de plano de ação.

### 3.1.6. PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

O desempenho das ações relacionadas a formação por oficinas foi acompanhado com base em metas anuais. Até 2018, as metas estipuladas para realização de oficinas em todos os NREs, participação de técnicos da educação e participação de professores foram cumpridas na grande maioria dos períodos avaliados, com destaque para o indicador “participação de professores em treinamento de formação”, um DLI, o qual apresentou bom desempenho tanto antes quanto após a alteração de meta quando da revisão de meio-termo.

A partir de 2019, com a implementação do programa Conexão Professor em Ação, foram aferidos resultados inferiores aos patamares anteriormente verificados devido a alterações estratégicas na formação continuada, citam-se: mudança no formato de formação de presencial para híbrida (presencial e à distância), o início tardio das atividades de formação e a falta de previsão das atividades no calendário escolar.

O PDE, por sua vez, ofertou um total de 10.400 vagas, o que representa 83,9% da meta estimada. A suspensão das atividades do PDE em 2016 impediu o atingimento da meta estabelecida previamente. Por outro lado, destaca-se o desempenho do número de concluintes (IRI) superior ao programado, com 9.835 professores formados, o que representa 127,9% da meta, e o atingimento da meta estabelecida para a elaboração de cadernos com artigos e práticas didático-pedagógicas. Foram publicados 5 cadernos PDE de artigos científicos e 5 cadernos PDE de produções didático-pedagógica.

Todos os cadernos com artigos e materiais didático-pedagógicos estão disponíveis no portal da web da SEED para consulta e apropriação por todos os docentes da rede.

Porém, em avaliação realizada pelo IPARDES, concluída em março de 2020, é mostrado um indicativo de que não há existência de um efeito da proporção de professores PDE na nota média das escolas nas disciplinas de português e matemática fato que deverá ensejar, por parte do Governo Estadual e da Secretaria da Educação, uma revisão do programa<sup>29</sup>.

### 3.1.7. PROGRAMA RENOVA ESCOLA

No Programa Renova Escola, os principais resultados alcançados foram:

- (i) Desenvolvimento e aplicação de critérios para a elegibilidade e priorização dos estabelecimentos de ensino atingiu 100% da meta;

29 Avaliação Quantitativa do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Março, 2020.

- (ii) 1.322 escolas contempladas com equipamentos e mobiliários, o que representa 146,9% da meta programada;
- (iii) 466 escolas reformadas ou ampliadas atingindo um total de 103,6% da meta;
- (iv) Sistema para gestão e monitoramento da infraestrutura física das escolas implantado e operando, atingindo 100% da meta do indicador denominado “Gestão melhorada das infraestruturas físicas das escolas da SEED”.

Fica destacado que ao longo da execução do Programa 1.322 escolas saíram do nível crítico, sendo atendidas com mais de 7 itens de equipamentos ou mobiliários, extrapolando em 46% a meta física total cumulativa de 900 escolas.

Quanto ao sistema obras online, verificou-se que as metas estabelecidas para esse indicador foram atingidas no período até dezembro de 2015, com o desenvolvimento e implementação dos seguintes módulos:

- (i) Diagnóstico e planejamento de obras centralizadas (construções, melhorias e ampliações) e de reparos;
- (ii) Acompanhamento da execução das obras centralizadas.

Destaca-se a implantação do Business Intelligence, que possibilita a organização e a estratificação dos dados, que podem ser acessados através de ferramentas de visualização como dashboards, relatórios e mapas temáticos, contribuindo de modo determinante para a melhoria da gestão das infraestruturas físicas das escolas da rede estadual de ensino.

Além dos resultados apresentados, ressalta-se que durante a implementação do programa Renova Escola, no primeiro semestre de 2017, foi dado início ao Programa Brigada Escolar que é focado na:

- (i) Adequação das instalações físicas;
- (ii) Fornecimento de equipamentos específicos;
- (iii) Formação de brigadistas nas escolas;
- (iv) Elaboração de plano de abandono de cada escola.

Todas as escolas da rede estadual de ensino foram analisadas e classificadas de acordo com a graduação de 1 a 5, estabelecida pelo Corpo de Bombeiros. A grande maioria das escolas está classificada em grau 1 e 2, ou seja, com necessidades de adequações mais simples. Até o final do segundo semestre de 2018, 78 escolas foram priorizadas para o atendimento pelo Programa Brigada Escolar. Destas, 34 já apresentam Certificado de Vistoria em Estabelecimento - CVE.

### 3.1.8. PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

A Rede de Urgência e Emergência tem o seguinte fundamento: “paciente CERTO, local CERTO, tempo CERTO”<sup>30</sup>.

O conjunto de ações e serviços destinados ao atendimento de todas as regiões de saúde do Paraná, procurou abranger sua integração macrorregional, voltado às necessidades de saúde da população em situação de urgência e emergência: trauma, acidente de trânsito, IAM (Infarto Agudo do Miocárdio), AVC (Acidente Vascular Cerebral), problemas clínicos agudos, etc.

Os investimentos priorizados foram em infraestrutura, para viabilizar a reorganização da oferta do serviço com aumento no tempo de resposta, como a aquisição de helicóptero e ambulâncias vinculados ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) /Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergências (SIATE), incluindo o transporte aéreo de pacientes críticos com aeronave qualificada.

Ao longo do desenvolvimento do projeto, o programa apresentou alguns resultados:

- (i) 257 ambulâncias adquiridas;
- (ii) 246 kits para equipar as ambulâncias;
- (iii) 1935 leitos de UTI habilitados disponíveis para a RUE, atingindo 98,3% da meta prevista e 158 leitos de emergência equipados;
- (iv) 04 caminhonetes de resgate disponibilizadas;
- (v) 241 hospitais com incentivo financeiro através de contratos ou repasse fundo a fundo - HOSPSUS I, II e III;
- (vi) Intensificação das atividades de qualificação profissional, resultando em 12.049 profissionais de saúde capacitados em cursos de 12 a 60 horas, atingindo 133,9% da meta prevista.

O complexo regulador do SUS com sistema operacional de regulação em 4 macrorregionais de saúde, ampliou a cobertura regional, com regramento pelo Ministério da Saúde. O atendimento aeromédico é demandado exclusivamente pelo complexo regulador, através das centrais de regulação médica de urgência e de leitos especializados. Essa estratégia possibilitou a implantação de 12 centrais de regulação com 90% de cobertura. A média diária de atendimento no último ano foi de: 2.170 solicitações de atendimento; 1.740 ocorrências; 243 acionamentos de equipes médicas; 1.250 pacientes diários para serviços de emergência e 7,7 atendimentos aeromédicos por dia. Importante ressaltar que

<sup>30</sup> SESA, 2020 - apresentação dos resultados finais do Programa.

o atendimento aeromédico corresponde a 3,1% do total diário de pacientes críticos.

Com o conhecimento e localização do paciente é possível acionar o meio de transporte e direcionar para o local mais adequado, reduzindo o tempo de chegada até o local de atendimento.

Em se tratando de indicadores de resultados, a redução da taxa de mortalidade por causas externas exceto violência (PDO), superou as expectativas em 104,59%. A meta prevista era 48,57 óbitos por causas externas em relação à 100.000 habitantes, porém o indicador alcançou 46,34 óbitos para a mesma base. Isso representa uma redução de 19,61% do número absoluto de óbitos evitados no período de 2010 a 2018 somando 1.204 pacientes.

Outro indicador relevante para o projeto na rede de urgência e emergência e que teve resultado exitoso diz respeito ao indicador de resultado intermediário (IRI): taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares (por faixa etária) que alcançou 110,12% da meta (previsto 76,20 óbitos por doenças cardiovasculares em relação à 100.000 habitantes e alcançado 68,49 para a mesma base), representando uma redução de 17,39% do número absoluto de óbitos cardiovasculares evitados no período de 2010 a 2018, somando 1.184 pacientes.

Apenas para o último indicador de resultados (IRI) “100% da população dos municípios com SAMUs integrados ao sistema de regulação” não foi alcançado o resultado esperado e permaneceu com 90,25% de cobertura em 343 municípios do Estado. Esse fato ocorreu devido a incapacidade de implantação do SAMU regional por parte dos municípios.

### **3.1.9. PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE**

A implantação do programa Rede Mãe Paranaense fundamentou-se no marco conceitual das redes de atenção à saúde. Teve como missão garantir o acesso à atenção materno-infantil, promovendo o cuidado seguro e de qualidade na gestação, parto, puerpério e às crianças menores de um ano de idade, por meio de rede de atenção organizada em todo o Estado do Paraná.

O conjunto de ações que fundamentaram o fortalecimento e organização da atenção primária foram a hierarquização dos 391 municípios com base no fator de redução das desigualdades para atendimento da demanda priorizada e o incentivo financeiro para que esses municípios pudessem fazer o atendimento adequado nas APSs; as 380 UBS construídas, reformadas e/ou ampliadas e as 597 instituições beneficiadas com equipamentos para o melhor atendimento das demandas, representando para esses dois indicadores um

resultado de 173,53% e 130,35% respectivamente além da meta prevista. Para a melhoria e padronização do atendimento às gestantes e crianças de até um ano de idade, foram qualificados 59.415 profissionais, extrapolando a meta de 47.005 capacitações e extrapolando também à meta de gestantes (119%) e crianças (104,3%) com carteira.

Na organização dos processos de atenção, como o acolhimento precoce das gestantes no pré-natal, estratificação de risco e vinculação correspondente ao hospital mais adequado de assistência ao parto, foram definidos 04 indicadores que obtiveram resultados favoráveis no decorrer do projeto. São eles: diminuição da taxa de mortalidade materna (PDO) que previa no período baixar de 57,11 (base 2015) óbitos maternos em relação a 100.000 nascidos vivos para 47,18 em 2019. Esse indicador alcançou o índice de 43,35 para cada 100.000 nascidos vivos, superando a meta em 108,12%.

Outro resultado importante diz respeito ao indicador de resultado intermediário (IRI): “redução da taxa de mortalidade infantil”, que alcançou o valor de 10,30 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos, um índice acima do previsto para o período que era de 10,50. Logo, a meta foi superada em 101,90%. A realização de diversas capacitações, o monitoramento dos indicadores de mortalidade materna, as ações desenvolvidas embasadas nas análises epidemiológicas, para conhecer o cenário de atuação e a priorização das regionais de saúde, foram atividades fundamentais para o desempenho da ação.

Dois indicadores ligados ao desembolso (ID) também obtiveram resultados positivos, como o “percentual de mulheres grávidas identificadas com alto risco de complicações no parto referenciadas por Unidades Básicas de Saúde (UBS) à um hospital que faça parte da Rede de Saúde Materna e Infantil - Rede Mãe Paranaense”, cuja meta era alcançar 90% das gestantes, superou em 115,22%<sup>31</sup>. Para o indicador referente à “proporção de nascidos vivos de mulheres grávidas que participaram de 07 ou mais consultas pré-natal”, de 90% previsto foi atingido 100% da estimativa de nascidos vivos.

## **3.2. RESULTADOS DAS POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS**

### **3.2.1. RESULTADOS ALCANÇADOS DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS (EPPI)**

Os principais produtos resultantes da implementação da Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI) do PRÓ-RURAL foram os seguintes:

<sup>31</sup> Os valores citados são referentes a estimativas de mulheres grávidas identificadas com informações dos SINASC. Este fato muitas vezes ocasiona um valor maior que 100%.

- (i) 249 indígenas capacitados através de cursos em diversas temáticas de interesse das populações indígenas, tais como:
  - a. Manejo da agrobiodiversidade florestal
  - b. Proteção de fontes de água;
  - c. Turismo;
- (ii) 10 técnicos do Instituto EMATER/PR capacitados para o trabalho com as populações indígenas;
- (iii) 12 profissionais disponíveis para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) indígena em tempo parcial;
- (iv) 2 projetos produtivos de terras indígenas apoiados pelo programa, sendo um relacionado ao turismo em terra indígena Guarani e um outro relativo ao cultivo de peixes em terra indígena Kaingang. A meta atingida ficou bem aquém daquela inserida no quadro de indicadores de monitoramento e resultados do projeto que era de apoiar 8 projetos produtivos de terras indígenas.

Conforme previsto na EPPI do Programa Formação em Ação, foram ofertadas semestralmente oficinas de capacitação aos professores das 36 escolas indígenas, sendo 748 o número médio de participantes até 2019, sendo este resultado bastante expressivo à medida que representa 99,7% de participação do quadro efetivo médio de professores dessas escolas. Por vezes, quando necessário, os materiais das oficinas foram adaptados para atender as necessidades dos professores que atuam no ensino e aprendizagem de alunos indígenas.

Ao longo da implementação do Programa Renova Escola, oito escolas indígenas foram contempladas com obras ou serviços de reparos. Em 2013, no período retroativo do Projeto, antes mesmo da assinatura do contrato de empréstimo com o Banco Mundial, duas escolas indígenas foram beneficiadas com serviços de reparos. Em 2017, já como parte da implementação dos compromissos assumidos na EPPI do Programa, foram finalizadas 4 obras de ampliação e adequação de escolas indígenas. E em 2018 houve intervenções em 2 escolas indígenas, sendo uma atendida com ampliação e uma outra com reparo. Ainda no âmbito da implementação da EPPI do Programa Renova Escola houve a disponibilização de equipamentos às 36 escolas indígenas.

O Programa Rede Mãe Paranaense implementou a EPPI, obtendo-se como resultado a entrega dos seguintes produtos:

- (i) Profissionais de saúde capacitados para o cuidado a saúde de mulheres indígenas na gestação, no parto e puerpério, e ainda o

cuidado às crianças indígenas do nascimento até um ano de idade. As capacitações envolveram tanto profissionais de equipes que atuam diretamente nas aldeias indígenas como também as equipes dos hospitais onde as mulheres indígenas poderiam ser acolhidas para a realização do parto. Desde 2014 foram realizados todos os anos algum tipo de evento de capacitação, como por exemplos cursos, oficinas e seminários. O maior número de profissionais de saúde capacitados aconteceu em 2017 quando os eventos envolveram 116 profissionais de saúde;

- (ii) Gestantes indígenas com classificação de risco de intercorrências no parto referenciadas a hospitais da Rede Mãe Paranaense. Todas as gestantes indígenas eram classificadas a priori como de risco intermediário e como alto risco dependendo de sua situação específica. O número médio por ano de gestantes indígenas com classe de risco determinada e com referência hospitalar foi de 503 no período de 2015 a 2019;
- (iii) Gestantes indígenas, puérperas e crianças até um ano acompanhadas de acordo com a estratégia de gestão de casos. Em 2015 a meta era acompanhar os casos de alto risco. A partir de 2018, decidiu-se pelo acompanhamento de todos os casos, tendo sido realizadas a gestão de 457 casos nesse ano.

Vale ressaltar que a responsabilidade pelo atendimento à saúde indígena é do Governo Federal, mais especificamente do Ministério da Saúde (MS) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Sendo assim, a implementação da EPPI do Programa Rede Mãe Paranaense somente foi factível dada à parceria estabelecida entre a SESA e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) do MS e com o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) da FUNAI.

Para além dos produtos diretos já apresentados, a implementação da EPPI do Programa Rede Mãe Paranaense contribuiu para o atingimento dos seguintes resultados:

- (i) Redução das taxas de mortalidade materna e infantil da população indígena paranaense;
- (ii) Aumento dos partos normais hospitalares nessa população;
- (iii) Aumento do aleitamento materno até 6 meses após o nascimento.

### **3.2.2. RESULTADOS ALCANÇADOS DO MARCO REFERENCIAL DA POLÍTICA DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO**

Os produtos da implementação dos programas PRÓ-RURAL, Gestão do Solo e Água em Microbacias, Renova Escola e Rede Mãe Paranaense já foram apresentados neste relatório. Mesmo assim, aqueles produtos resultantes das ações que acionaram a OP 4.12 do Banco Mundial serão reapresentados aqui neste tópico com o objetivo de evidenciar a implementação das orientações/determinações previstas no Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário do Projeto.

A execução da ação do PRÓ-RURAL relativa à readequação de estradas rurais resultou nos seguintes produtos:

- (i) 8 consórcios intermunicipais contemplados com patrulhas rodoviárias;
- (ii) 8 projetos de obras/serviços de readequação de estradas rurais aprovados pelo Banco;
- (iii) 849,46 Km de estradas com projetos aprovados pela Unidade Técnica do Programa;
- (iv) 675,98 Km de estradas readequados pelos consórcios intermunicipais.

Vale salientar que os procedimentos acordados na versão atualizada do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário foram adotados na implementação de todas as etapas de operacionalização das obras e serviços realizados, ou seja, todas as consultas aos lindeiros<sup>32</sup> que estavam previstas foram realizadas de maneira que os mesmos pudessem decidir livremente e consentir ou não sobre a execução das intervenções, sendo todos os acordos obtidos devidamente registrados pelos consórcios intermunicipais e arquivados pela Unidade Técnica do Programa na SEAB.

Destaca-se também o fato do Banco Mundial ter analisado e aprovado (em 10 de maio de 2018) os processos completos dos oito primeiros trechos de estradas rurais readequados com as patrulhas disponibilizadas pelo PRÓ-RURAL.

O Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias, com a execução da ação referente à instalação de sistemas de abastecimento de água entregou os seguintes produtos<sup>33</sup>:

- (i) 185 poços perfurados;

<sup>32</sup> Lindeiro nesse texto significa proprietário, posseiro, arrendatário ou qualquer pessoa que tenha qualquer tipo de domínio da terra do entorno das estradas.

<sup>33</sup> Dados do Relatório Executivo 2019 do AGUASPARANÁ.

- (ii) 115 sistemas com poço, casa H, adutora, reservatório e rede de distribuição de água;
- (iii) 3.946 famílias com acesso a água, sendo 2.628 delas com acesso a água tratada com cloro.

Aqui vale esclarecer que as licitações que resultaram na contratação de empresas que executaram a perfuração dos 185 poços foram realizadas pelo AGUASPARANÁ em 2012, justificadas pelo Decreto 3.651/2012 que estabeleceu a situação de emergência em virtude da redução dos índices pluviométricos no Estado, antes mesmo da assinatura do contrato de empréstimo com o Banco Mundial para a execução do Projeto. Contudo, a maioria dos pagamentos e das entregas das obras se deram em 2013 (período retroativo do projeto) e 2014 (primeiro ano de execução do projeto). Assim, foi consenso entre o Estado e o Banco Mundial que esses poços poderiam ser apropriados na prestação de contas do Projeto tanto das metas físicas como financeiras.

Nesse contexto, algumas etapas de operacionalização da ação não foram realizadas exatamente conforme descrito no Volume 2 do Manual Operativo do Projeto (MOP) que trata do Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias e no Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário, uma vez que tais documentos tiveram as primeiras versões concluídas em 2014.

Não obstante, vale resgatar que o Estado do Paraná possui experiência na instalação de sistemas de abastecimento de água e inclui dentre os procedimentos historicamente adotados a realização de reuniões com as comunidades para apresentar e discutir o projeto de engenharia, assim como conversas com os agricultores diretamente afetados<sup>34</sup> pelas intervenções, visando obter acordos entre as partes envolvidas antes do início das obras/serviços.

Vale frisar que o processo de discussão para a elaboração da versão atualizada do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário contribuiu para o Estado realizar reflexões e propor melhorias aos procedimentos previstos para todas as etapas de operacionalização da ação de instalação de sistemas de abastecimento de água.

A SEAB através dos técnicos do EMATER/PR, no momento de planejamento das microbacias, levantou de modo participativo junto às comunidades rurais as demandas por instalações de novos sistemas de abastecimento de água.

---

<sup>34</sup> Aqui se entende por "afetado" todo a pessoa com o domínio da terra privada onde foi realizada a intervenção, seja na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou outra.

Por sua vez, o AGUASPARANÁ trabalhou na elaboração de um novo edital de licitação para a contratação de empresas para a realização de novas obras e/ou prestação de serviços, tendo recebido orientações tanto da UGP como do Banco Mundial, visando incluir no documento licitatório as orientações do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário que se aplicassem às relações e responsabilidades do AGUASPARANÁ e empreiteiras nas etapas de elaboração de projeto de engenharia e execução das intervenções.

Ainda, cita-se a revisão das minutas dos convênios que foi realizada para refletir as orientações do referido Marco de modo a evidenciar as responsabilidades de todas as instituições envolvidas (AGUASPARANÁ, SEAB, EMATER/PR e Municípios) nas diversas etapas de operacionalização da ação.

Apesar disso, nenhuma nova intervenção foi realizada, uma vez que o novo edital não foi lançado, tendo sido interrompida a sua elaboração em 2018, em atenção ao Parecer da Procuradoria Geral do Estado (Informação nº 269/2018 – ATJ/GAB-PGE) que desaconselhou o lançamento de editais e contratações cujos cronogramas de execução ultrapassassem a data de encerramento do acordo de empréstimo em 30 de novembro de 2019.

Quanto à regularização dos terrenos, o Relatório da Auditoria interna realizada em 2017 pelo AGUAPARANÁ e SEPL apontou que aproximadamente 30% dos 185 poços perfurados com recursos do Microbacias estavam sob terrenos regularizados<sup>35</sup>.

E avaliação amostral de 42 sistemas de abastecimento de água realizada em 2019 pelo IPARDES revelou que tanto a área de construção do poço e como também do reservatório foram, em grande medida, regularizadas. Da amostra trabalhada, 24 (63%) poços tiveram sua área regularizada por meio de algum tipo de consentimento em área privada. O mesmo acontece com os reservatórios, em que houve 23 (60%) sistemas enquadrados nesta categoria. As outras duas formas de regularização – área pública e área privada desapropriada – representam poucos sistemas. Já a falta de regularização atingiu 7 (18%) poços e 11 (28%) reservatórios.

No âmbito da implementação do Programa Renova Escola, reafirma-se o número de 466 escolas reformadas ou ampliadas.

Em conformidade com a legislação afetas a questão, e tendo em vista as recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE), os procedimentos

---

<sup>35</sup> Nesse texto é considerado “regularizado” o terreno privado afetado pela obra ou atividade que possuir qualquer forma legalmente aceitável de obtenção e certificação de domínio, incluindo, entre outras, a doação voluntária e a desapropriação.

adotados para a operacionalização do Programa garantiu a realização de intervenções em prédios escolares localizados em terrenos regulares.

Também vale informar que as discussões para a elaboração do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário provocaram aprimoramentos nos procedimentos adotados pelo FUNDEPAR. Para exemplificar, cita-se o Relatório de Vistoria do Terreno, que foi alterado para incluir questões relacionadas a sua regularidade e identificar possíveis impactos das intervenções relacionados a reassentamento involuntário, tais como impedimento de acesso a estruturas de lazer ou a fontes de água. Tal relatório passou a ser preenchido pelos engenheiros do FUNDEPAR antes da elaboração do projeto da obra.

No que se refere à implementação do Programa Rede Mãe Paranaense, ratifica-se o número de 380 Unidades Básicas de Saúde (UBSs) construídas, reformadas e/ou ampliadas.

Tendo em vista as determinações da legislação que tratam da matéria, e considerando as recomendações do TCE, a SESA exigiu dos municípios, antes do repasse de recursos financeiros, comprovações quanto à regularidade dos terrenos públicos em que as UBSs estão localizadas quando já existente (no caso das reformas e ampliações) ou onde seriam construídas (no caso de unidades novas).

Considerando a implementação do projeto de um modo geral, e em especial as ações dos programas que previamente acionaram a OP 4.12, anuncia-se que durante a execução das ações não foram identificados casos em que fosse necessária a elaboração de planos específicos de reassentamento involuntário, conforme o Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário.

Declara-se também que não foram recebidos reclames relacionados a reassentamento involuntário no âmbito da execução das ações do projeto, nem pela Ouvidoria Pública do Estado, nem pela Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) e nem por nenhuma das unidades técnicas dos programas.

Por outro lado, informa-se que os fluxos operacionais das ações foram sendo aprimorados ao longo da execução do Projeto para incorporar as recomendações do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário, ampliando-se os momentos de interação e diálogo entre os atores envolvidos, em especial executores, beneficiários e pessoas afetadas pelas intervenções.

### **3.2.3. RESULTADOS ALCANÇADOS DO MARCO DE GESTÃO AMBIENTAL**

As ações implementadas no âmbito da execução do Projeto foram realizadas em conformidade com a legislação ambiental, sanitária e de segurança pública das esferas nacional e estadual, tendo sido realizados os procedimentos apontados no Marco de Gestão Ambiental do Projeto.

O arcabouço legal para a atuação das secretarias na execução das ações já estavam estabelecidos antes do início do projeto, não obstante vale declarar que a elaboração do Marco de Gestão Ambiental e o monitoramento do cumprimento das Políticas de Salvaguardas Ambientais do Banco Mundial privilegiou o cumprimento das determinações legais.

Assim, ao longo da execução do Projeto, não foram relatados impactos ambientais negativos significativos decorrentes das ações apoiadas, nem tão pouco a ocorrência de acidentes e incidentes ambientais decorrentes das atividades do Projeto. Pelo contrário, a implementação de alguns programas contribuiu para trazer ganhos ao meio ambiente paranaense.

Nessa perspectiva destaca-se o Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias da SEAB que executou ações que favoreceram diretamente a conservação do uso da água e do solo, como exemplos cita-se o apoio a práticas para a proteção de fontes de água em comunidades rurais e controle da erosão dos solos paranaenses.

Também ressalta-se as ações implementadas no âmbito da execução dos Programas da SEMA (a partir de 2019, denominada de SEDEST), Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental e Fortalecimento da Gestão de Riscos de Desastres que auxiliaram na preservação e conservação dos recursos naturais, assim como ajudaram a evitar, atenuar e mitigar perdas em situação de desastres, à medida que fortaleceram as capacidades institucionais para o monitoramento e fiscalização ambiental, e resposta a desastres.

### **3.3. PRINCIPAIS RESULTADOS DO COMPONENTE 2**

No âmbito do Componente 2 – assistência técnica, foram alocadas as atividades realizadas por meio de seleção de consultorias e aquisição de bens e serviços, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL), tendo por beneficiários os executores do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná. Na tabela 12 estão relacionadas às atividades executadas, consolidando o montante equivalente a US\$ 19.311.800 (dezenove milhões e trezentos e onze mil e oitocentos dólares), conforme consta a seguir:



Tabela 12: Componente 2: Assistência Técnica

CONTRATOS EXECUTADOS											
N	ID*	EXECUTOR	CONTRATO	DATA CONTRATAÇÃO	PRAZO EM MESES	DATA DE CONCLUSÃO ESTIMADA	OBJETO	VALOR CONTRATADO			% EXEC
								DÓLAR	EURO <sup>1</sup>	REAIS <sup>2</sup>	
1	22	SEPL	007/2016 008/2016 009/2016	03/08/2016 04/08/2016 15/08/2016	1	03/09/2016 04/09/2016 15/09/2016	Contratos diversos <b>AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA</b> (SEAP, SEPL, IPARDES, CGE e SEMA) - Ata Reg. Preços 19/05/2016 - Pregão Eletrônico 632/15	-	-	R\$ 3.340.259	100%
2	22	SEPL/ SEAP	004/2016	16/03/2016	33	15/12/2018	<b>CONTRATO HIPARKHOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ.</b>	-	-	R\$ 14.499.865	
							a) Apostilamento: Valor do Contrato reajustado pelo IPCA	-	-	R\$ 14.688.477	
							b) Aditivo I - acréscimo de 660 cadastros e respectivo valor	-	-	R\$ 3.525.955	
							c) Aditivo II - 377 imóveis - total 4.037 levantamentos.	-	-	-	
							d) Valor final do contrato <sup>3</sup>	-	-	R\$ 18.214.433	100%
3	23	SEPL/ SEAP	001/2016	29/02/2016	30	20/11/2018	<b>CONTRATO INSTITUTO PUBLIX CAPACITAÇÃO ESTRATÉGICA NAS MODALIDADES PRESENCIAL E A DISTÂNCIA.</b>	-	-	R\$ 4.900.000	
							a) Aditivo I - acréscimo de cursos e turmas	-	-	R\$ 1.220.275	
							b) Aditivo II - adequação de escopo	-	-	-	
							c) Valor final do contrato	-	-	R\$ 6.120.275	100%
4	22	SEPL/ SEAP/ IPARDES	444/2017 468/2017 451/2017 478/2017	20/02/2017 21/02/2017 24/02/2017 24/02/2017	1	19/03/2017 20/03/2017 20/03/2017 23/03/2017	Contrato diversos <b>AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO</b> para SEPL, IPARDES e SEAP - Pregão Eletrônico 90/16	-	-	R\$ 81.119	100%
5	22	SEPL/ SEAP/ IPARDES	2473/2017 2472/2017 2572/2017	27/10/2017 27/10/2017 10/11/2017	1	27/11/2017 27/11/2017 10/12/2017	Contrato diversos <b>AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO</b> para SEPL, IPARDES e SEAP - Pregão Eletrônico 1390/16	-	-	R\$ 415.729	100%
6	22	SEPL/ CGE	001/2017	30/06/2017	12	30/06/2018	<b>CONSÓRCIO STRATEGIA</b>	-	-	R\$ 5.670.000	100%

CONTRATOS EXECUTADOS											
N	ID*	EXECUTOR	CONTRATO	DATA CONTRATAÇÃO	PRAZO EM MESES	DATA DE CONCLUSÃO ESTIMADA	OBJETO	VALOR CONTRATADO			% EXEC
								DÓLAR	EURO <sup>1</sup>	REAIS <sup>2</sup>	
							<b>DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO INTEGRADA PARA CGE-PR</b>				
7	24	SEPL/SEMA	002/2017	21/09/2017	24 (+ 6 meses de garantia)	27/04/2020	<b>SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA GESTÃO AMBIENTAL E DE RECURSOS HÍDRICOS - SIGARH</b>				
							a) Aditivo I - acréscimo de 9 meses				
							b) Valor Total por Moeda	US\$ 21.086,42	-	R\$ 8.159.570	100%
8	22	SEPL/SEPL	004/2017	19/12/2017	22 meses	28/11/2019	<b>PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO ESTADO DO PARANÁ</b>				
							a) Aditivo I - prazo - 6 meses - aprovado BIRD				
							b) Aditivo II - prazo - 2 meses - aprovado BIRD				
							c) Aditivo III - prazo - 45 dias - aprovado BIRD				
							d) Aditivo VI - prazo - 27 dias - aprovado BIRD				
e) Valor Total por Moeda	-	€485.558	R\$ 3.260.118	100%							
9	22	SEPL/SEPL	001/2018	21/03/18	19 meses	22/11/2019	<b>PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES DE LONDRINA, APUCARANA E MARINGÁ</b>				
							a) Aditivo - prazo - 6 meses - aprovado BIRD				
							b) Aditivo II - prazo - 50 dias - aprovado BIRD				
c) Valor Total por Moeda	-	-	R\$ 3.510.120	100%							
10	26	SEPL/SEMA	002/2018	03/08/2018	15	25/10/19	<b>SISTEMA METODOLÓGICO E MAPEAMENTO DE USO E COBERTURA DA TERRA</b>	-	-	R\$ 2.891.276	100%

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

CONTRATOS EXECUTADOS											
N	ID*	EXECUTOR	CONTRATO	DATA CONTRATAÇÃO	PRAZO EM MESES	DATA DE CONCLUSÃO ESTIMADA	OBJETO	VALOR CONTRATADO			% EXEC
								DÓLAR	EURO <sup>1</sup>	REAIS <sup>2</sup>	
11	2.1	SEPL/ SEFA	003/2017	30/11/2017	36	30/11/2022	<b>SISTEMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA - SGT</b>				
							a) Aditivo I - prazo e transferência para SEFA <sup>4</sup>	-	-	R\$ 27.949.620	41%
-	-	<b>TOTAL <sup>5</sup></b>						<b>US\$</b>	<b>€</b>	<b>R\$</b>	
-	-	<b>TOTAL EM DÓLAR</b>						<b>21.086,42</b>	<b>485.558</b>	<b>79.612.518</b>	<b>-</b>
								<b>US\$ 19.311.800</b>			

\* Identificador do subcomponente do Projeto.

1 - Fonte: Banco Central do Brasil - Bacen. Cotação taxa de compra do dólar em 29/11/2019 - EUR 1,1026

2 - Fonte: Banco Central do Brasil - Bacen. Cotação taxa de compra do dólar em 29/11/2019 - R\$ 4,2234

3 - O Valor executado corresponde a R\$ 18.019.371, conforme a quantidade de levantamentos realizados por classe de imóvel nos termos do contrato.

4 - O Contrato foi parcialmente executado no âmbito do Projeto, a partir de dezembro de 2019 passou a ser executado pela SEFA com recursos do tesouro do Estado.

5 - Valores executados até 29/11/2019.

### **3.4. RESULTADOS DOS INDICADORES FÍSICOS DO PROJETO**

Os resultados do desempenho dos indicadores Sociais (IS), de Desenvolvimento Setorial (IDS/PDO), Resultados Intermediários (IRI), Desembolso (ID) e de Monitoramento (IM) que somam 131 indicadores, estão incluídos no Anexo I – Tabelas 18 a 22.

Os resultados demonstraram que 68% destes indicadores atingiram 100% ou mais da meta prevista e 14% alcançou um índice superior a 50% da meta, o que equivale dizer que, do volume monitorado, 82% tiveram resultados bastante positivos para o projeto.

### **3.5. RESULTADOS FINANCEIROS**

A Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL) foi responsável pela gestão do Projeto Multissetorial para o desenvolvimento do Paraná, o qual envolve secretarias e autarquias públicas estaduais. Para tanto, foi instituída, uma Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP).

A UGP tinha, entre outras, as seguintes atribuições, segundo o contido no manual operativo, volume I:

- (i) Orientar, acompanhar e supervisionar as instituições envolvidas na implementação das ações do Componente 1 do projeto;
- (ii) Executar as ações previstas no Componente 2 do projeto, envolvendo as demais instituições executoras, quando for o caso;
- (iii) Garantir que as aquisições e contratações feitas no âmbito da execução do Projeto sejam realizadas de acordo com as regras e procedimentos acordados com o Banco Mundial, incluindo a preparação do plano de aquisições;
- (iv) Consolidar relatórios encaminhados pelas instituições envolvidas na execução do Projeto, quanto ao progresso da execução financeira, atingimento de indicadores físicos e cumprimento das políticas de salvaguardas (ambientais e sociais);
- (v) Coordenar e promover reuniões do comitê gestor, visando ao monitoramento das ações do projeto.

#### **3.5.1. CONTROLES INTERNOS**

O ambiente do controle interno do projeto proposto mostrou-se adequado. Todo o processo de transação usou instituições, processos e sistemas que dispunham em relação à separação nítida de deveres, à supervisão, à revisão de controle de qualidade, à conciliação e às auditorias

externas independentes e satisfizeram as necessidades do projeto. Os fluxos dos processos estavam claros e bem compreendidos pelo pessoal. Todos os orçamentos do projeto e as transações contábeis foram realizados por meio do Sistema de Contabilidade Pública do Estado (SIAF). Todos os pagamentos seguiram a rotina oficial de empenho, liquidação e pagamento. Tais funções são executadas pelo Departamento de Administração e Finanças ou pelo Grupo Financeiro Setorial (GFS) de cada entidade geradora de despesa. O MOP documentou esses processos e serviu como uma fonte importante para os passos a serem seguidos durante a implementação do projeto

O suporte à gestão do projeto foi dado por meio da elaboração de diversos relatórios, tais como, relatório de execução dos planos operativos anuais, relatórios financeiros, relatórios dos indicadores de desembolso, planos de aquisições, relatórios de acompanhamento das salvaguardas sociais e ambientais do Banco Mundial e relatórios de monitoramento do projeto.

### **3.5.2. SISTEMAS DE INFORMAÇÕES**

A SEPL, junto à Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), desenvolveu o Sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Acompanhamento de Projetos e Programas (SIGMA-PP) para atender as demandas estratégicas do Estado, entre as quais, o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná. O sistema tem seu funcionamento atrelado à extração da base de dados do novo Sistema Integrado de Finanças Públicas (SIAF), gerenciado pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), que contém o registro centralizado de dados de natureza orçamentária, patrimonial, financeira e contábil de todos os órgãos da administração direta e de algumas entidades da administração indireta do Estado do Paraná.

O objetivo do SIGMA-PP foi fazer o monitoramento, acompanhamento físico financeiro e a avaliação do projeto por meio de dados do SIAF complementados por dados gerenciais alimentados por diferentes órgãos da administração. O desenho do sistema permitiu o acompanhamento mais detalhado da execução financeira das iniciativas, além de agilizar a emissão de todos os relatórios financeiros exigidos pelo Banco Mundial.

Em um primeiro momento, conforme definido no PAD, os relatórios financeiros do projeto seriam preparados pela Secretaria da Fazenda e enviados à UGP, pertencente a SEPL. Porém, a UGP tomou a decisão de implementar o SIGMA-PP.

O SIGMA-PP foi utilizado para a emissão de Relatório de Gastos (SOE) e de Relatório Interino Financeiro (IFR) não auditado, em sua integralidade. As bases de pagamentos do SIGMA-PP, advindas da integração com o SIAF, foram os principais insumos para a preparação dos relatórios de prestação de contas e para auditoria do Projeto.

### **3.5.3. INDICADORES VINCULADOS AO DESEMBOLSO (DLIS)**

Foram identificados 13 Indicadores Vinculados aos Desembolsos (DLIs) e acordados entre o Estado e o Banco Mundial. As metas foram identificadas para cada DLI e para cada desembolso. Para cada desembolso houve uma especificidade e/ou mudanças no período de execução, como pode ser visto, de forma resumida, na Tabela 18, todos os indicadores e suas devidas alterações:



Tabela 13: Indicadores de Desembolso e alterações procedidas (1º e 2º Aditivo)

METAS DE DESEMBOLSO															
#	ALTERAÇÕES	INDICADORES DE DESEMBOLSO VINCULADOS	UNIDADE DE MEDIDA	2	3	4	5	6	7	8	9	PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO FONTE DE INFORMAÇÃO			
	PAD			FEV 2013	AGO 2013	FEV 2014	AGO 2014	FEV 2015	AGO 2015	N/A	N/A				
	CONTRATO			AGO 2014	FEV 2015	AGO 2015	FEV 2016	AGO 2016	FEV 2017						
	1º ADITIVO												AGO 2017	FEV. 2018	
<b>SETOR 1: DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL</b>															
01	Contrato	Número de proposta de negócios aprovados e a serem financiadas (cumulativo)	Número	0	30	50	100	150	210	N/A	N/A	Lista dos acordos assinados com as Associações e amostra de contratos publicados no Diário Oficial do Estado.			
	1º Aditivo					27	75	110	150						
	2º Aditivo					-	-	15	-				40	-	
02	Contrato	Número de planos de ação de microbacias elaborados (cumulativo)	Número	20	50	100	150	250	350	N/A	N/A	Lista de planos de ação de microbacias (elaborado de acordo com o Manual Operativo do Projeto) e amostras de planos			
	1º Aditivo							170	190				-	-	
	2º Aditivo														
<b>SETOR 2: GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES</b>															
03	Contrato	Número de balcões regionais únicos para acesso ao serviço de licenciamento ambiental instalado (cumulativo)	Número	0	1	2	3	5	5	N/A	N/A	Demonstrativos e relatórios do Mutuário com a fotografia do balcão (loja) e relatório com o número de todos os processos registrados em cada balcão. Se o novo sistema de tecnologia da informação estiver instalado em um ou mais balcões, fornecimento de cópias de relatórios gerados pelo sistema e amostra de protocolo.			
	1º Aditivo	Estabelecimento de um Subsistema de Recursos Hídricos no Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos	Texto	-	-	TDRs para o planejamento e implementação do subsistema e seus módulos	Contrato assinado e processo de mapeamento iniciado	Relatório do planejamento do projeto terminado	Um dos quatro módulos do subsistema implementado	N/A	N/A	Desembolso 4: TDRs para o planejamento e implementação do Subsistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos. Desembolsos 6 e 7: Relatório demonstrando que um ou mais módulos está/estão implementados.			
	2º Aditivo						-	-	Contrato assinado e processo de mapeamento iniciado	Relatório do planejamento do projeto terminado	Um dos quatro módulos do subsistema implementado	Desembolso 4: TDRs para a concepção e implementação de um Subsistema Integrado para Gestão Ambiental e Recursos Hídricos. Desembolso 7e 9: Relatório, demonstrando que um ou mais módulos estão implementados.			
04	Contrato	Estabelecimento de políticas de gestão de riscos e desastres (DRM) do Estado	Texto	Ordem oficial para o estabelecimento de um grupo de trabalho sobre o manejo de risco de desastre	Minuta da estrutura da Política de DRM considerado satisfatório pelo Banco	Plano de DRM aprovado pelo Banco	Minuta da Lei Estadual que estabelece a estrutura da Política estadual de DRM satisfatória ao Banco	Lei Estadual estabelecendo a estrutura da Política de do Estado DRM publicado em Diário Oficial do Mutuário	-	N/A	N/A	Política: Relatório descrevendo quadro das políticas, atores participantes e acordos estabelecidos para fazer com que a política seja operacionalizada; Plano de GRD do Estado: Relatório definindo ações específicas para a implementação do Quadro de Políticas; Ato Legal; Cópia do Documento			
	1º Aditivo														
	2º Aditivo											-	Comitê Estadual de Proteção e Defesa Civil legalmente estabelecido	Diretrizes para a elaboração de um Plano Estadual de Defesa Civil	-

## METAS DE DESEMBOLSO

#	ALTERAÇÕES		INDICADORES DE DESEMBOLSO VINCULADOS	UNIDADE DE MEDIDA	2	3	4	5	6	7	8	9	PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO FONTE DE INFORMAÇÃO
	PAD				FEV 2013	AGO 2013	FEV 2014	AGO 2014	FEV 2015	AGO 2015	N/A	N/A	
	CONTRATO				AGO 2014	FEV 2015	AGO 2015	FEV 2016	AGO 2016	FEV 2017			
	1º ADITIVO										AGO 2017	FEV. 2018	
2º ADITIVO								submetido ao Comitê					
<b>SETOR 3: EDUCAÇÃO</b>													
05	Contrato		Sistema de Avaliação do Aprendizado do Aluno operacional	Texto	Avaliação Piloto realizada	Primeira Avaliação realizada	Publicação e disseminação dos resultados da primeira avaliação	Segunda Avaliação realizada	Publicação e disseminação dos resultados da segunda avaliação	Terceira Avaliação realizada	N/A	N/A	Avaliação: Relatório da SEED incluindo o número de escolas, alunos, resultados da avaliação, etc. Publicação e Disseminação: Relatório e publicação.
	1º Aditivo						-	Quarta Avaliação realizada	Publicação e disseminação dos resultados da quarta avaliação	Quinta Avaliação realizada			
	2º Aditivo						-	-	-	Quarta Avaliação realizada			
06	Contrato		Professores participante do Treinamento par-a-par (peer-to-peer) em serviço	%	80%	80%	85%	85%	90%	90%	N/A	N/A	Para os desembolsos ocorridos em fevereiro: verificação da participação do professor nas oficinas realizadas entre julho e dezembro (a percentagem do número total de professores contratados em julho de acordo com a folha de pagamento e as listas de participação no treinamento. Para os desembolsos em agosto: verificação da participação do professor nas oficinas realizadas entre janeiro e junho (a percentagem do número total de professores contratados em janeiro de acordo com a folha de pagamento e listas de participação de treinamento.
	1º Aditivo												

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

METAS DE DESEMBOLSO														
#	ALTERAÇÕES		INDICADORES DE DESEMBOLSO VINCULADOS	UNIDADE DE MEDIDA	2	3	4	5	6	7	8	9	PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO FONTE DE INFORMAÇÃO	
	PAD				FEV 2013	AGO 2013	FEV 2014	AGO 2014	FEV 2015	AGO 2015	N/A			N/A
	CONTRATO				AGO 2014	FEV 2015	AGO 2015	FEV 2016	AGO 2016	FEV 2017	AGO 2017			FEV. 2018
	1º ADITIVO													
2º ADITIVO														
													segundo semestres do ano, dividido pelo número médio de professores contratados conforme registrado na folha de pagamento no primeiro e no segundo semestre daquele ano. Para desembolsos ocorridos em agosto: a verificação da participação dos professores nas oficinas considerará o número médio de professores participantes nas oficinas do segundo semestre do ano anterior e do primeiro semestre daquele ano e o número médio de professores registrados na folha de pagamento no mês em que as oficinas aconteceram.	
		2º Aditivo											A verificação da participação de professores na oficina considerará o número médio de professores participantes nas oficinas do primeiro e segundo semestres do ano, dividido pelo número médio de professores contratados conforme registrado na folha de pagamento no primeiro e no segundo semestre daquele ano.	
07	Contrato	Escolas Estaduais restauradas e/ou ampliadas (cumulativo)	Numero	50	85	160	205	300	340	N/A	N/A	Restauração e/ou expansão: Obras completadas com certificado assinado pelo Secretário da SEED, com a companhia e o arquiteto para indicar que as obras acabaram.		
	1º Aditivo													
	2º Aditivo													
<b>SETOR 4: SAÚDE</b>														
08	Contrato	Porcentagem de mulheres grávidas identificadas com alto risco de complicações referenciadas pelas unidades de atendimento primário a um hospital que é parte da Rede de Atendimento de Saúde Materna e Infantil (Rede Mãe Paranaense)	%	5.5%	10%	15%	30%	40%	50%	N/A	N/A	Relatório comparando os dados dos dois sistemas: Sistema de Informação de Pré-natal(SIS PRENATAL) e Sistema de Informação Hospitalar		
	1º Aditivo													
	2º Aditivo													
09	Contrato	Proporção entre nascidos vivos e mulheres gestantes que passaram por mais de 7 consultas de pré-natal	%	80%	82%	83%	84%	85%	86%	N/A	N/A	SIS-PRENATAL		
	1º Aditivo													
	2º Aditivo													

## METAS DE DESEMBOLSO

#	ALTERAÇÕES		INDICADORES DE DESEMBOLSO VINCULADOS	UNIDADE DE MEDIDA	2	3	4	5	6	7	8	9	PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO FONTE DE INFORMAÇÃO	
	PAD				FEV 2013	AGO 2013	FEV 2014	AGO 2014	FEV 2015	AGO 2015	N/A	N/A		
	CONTRATO				AGO 2014	FEV 2015	AGO 2015	FEV 2016	AGO 2016	FEV 2017				
	1º ADITIVO										AGO 2017	FEV. 2018		
2º ADITIVO														
<b>SETOR 5: ASSISTÊNCIA TÉCNICA GESTÃO DO SETOR PÚBLICO</b>														
10	Contrato		Modernização da Gestão da folha de pagamento do poder executivo do Mutuário	Texto	Termos de referência das auditorias da folha de pagamento aprovados pelo Banco	-	Relatório da auditoria da folha de pagamento completado e aceito pelo Banco	-	Relatório documentando as medidas para o fortalecimento dos controles das despesas de pessoal completado e aceito pelo Banco	Implementação da folha de pagamento automatizada e descentralizada para o setor de saúde	N/A	N/A	Desembolso 2: TORs; Desembolso 4: Relatório de Auditoria da Folha de Pagamento; Desembolso 6: Relatório; Desembolso 7: Relatório da Implementação	
	1º Aditivo		Melhorar as competências essenciais do Servidor Público	Texto	-	-	Contratação de serviços de consultoria para o treinamento estratégico de servidores públicos	Plano de Desenvolvimento de Competências preparado, incluindo cronogramas, atividades e metodologia	8.000 servidores públicos certificados através da participação em módulos de treinamento presenciais ou online	4.000 servidores públicos certificados através da participação em módulos de treinamento presenciais ou online	N/A	N/A	Desembolso 4: Contrato; Desembolso 5: Plano de Desenvolvimento de Competências; Desembolso 6: Número de servidores públicos capacitados, relatado por gênero; Desembolso 7: Número de servidores públicos capacitados, relatado por gênero, não acumulado com os anteriores	
	2º Aditivo				-	-		-	Plano de Desenvolvimento de Competências preparado, incluindo cronogramas, atividades e metodologia	-	8.000 servidores públicos certificados através da participação em módulos de treinamento presenciais ou online	12.000 servidores públicos certificados através da participação em módulos de treinamento presenciais ou online	Desembolso 4: Contrato; Desembolso 6: Plano de Desenvolvimento de Competências; Desembolso 8: Número de servidores públicos capacitados, relatado por gênero; Desembolso 9: Número de servidores públicos capacitados, relatado por gênero, acumulado com os anteriores	
11	Contrato		Fortalecimento dos Sistemas de Controle Interno	Texto	TORs para o desenvolvimento dos métodos e procedimentos do controle interno aprovados pelo Banco		Consultoria para o desenvolvimento dos métodos de controle interno contratados de acordo com os procedimentos definidos na Seção III do Anexo 2 do acordo de empréstimo		Minuta dos métodos e procedimentos para controle interno finalizados e aceitos pelo Banco	Métodos e procedimentos para os controles internos adotados	Auditoria Interna treinados nos novos métodos e procedimentos para controle interno	N/A	N/A	Desembolso 2: TORs; Desembolso 3: Contrato de Consultores; Desembolso 4: Relatório da Minuta; Desembolso 6: Decreto ou resolução interna; Desembolso 7: Relatório de Treinamento

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

METAS DE DESEMBOLSO													
#	ALTERAÇÕES		INDICADORES DE DESEMBOLSO VINCULADOS	UNIDADE DE MEDIDA	2	3	4	5	6	7	8	9	PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO FONTE DE INFORMAÇÃO
	PAD				FEV 2013	AGO 2013	FEV 2014	AGO 2014	FEV 2015	AGO 2015	N/A	N/A	
	CONTRATO				AGO 2014	FEV 2015	AGO 2015	FEV 2016	AGO 2016	FEV 2017			
	1º ADITIVO				AGO 2017	FEV. 2018							
2º ADITIVO													
	1º Aditivo				Consultoria para o desenvolvimento dos métodos de controle interno contratados	-	Relatório de Avaliação da capacidade da função de controle interno	Plano Estratégico para a CGE (Controladoria Geral do Estado) aprovado	Sistema de informações para os sistemas de controle interno implantado			Desembolso 2: TORs; Desembolso 3: Contrato de Consultor; Desembolso 5: Relatório de Avaliação; Desembolso 6: Plano Estratégico; Desembolso 7: Sistema de informações implementado	
	2º Aditivo				-	-	-	Consultoria para o desenvolvimento dos métodos de controle interno contratados	Relatório de Avaliação da capacidade da função de controle interno	Plano Estratégico para a CGE (Controladoria Geral do Estado) aprovado	80% dos usuários treinados para utilização do novo sistema	Desembolso 2: TORs; Desembolso 6: Contrato de Consultor; Desembolso 7: Relatório de Avaliação; Desembolso 8: Plano Estratégico; Desembolso 9: Sistema de informações implementado	
12	Contrato		Fortalecimento da Capacidade do Estado para a definição de políticas baseadas em evidência	Texto	Preparação de Modelos Lógicos para todos os PGE	Proposta para o desenho de uma avaliação de impacto relacionada à dois PGE	Relatórios da linha de base completados	Relatórios de avaliação de impacto intermediários completados	Pesquisas de acompanhamento de avaliação de impacto intermediária completada de modo aceitável pelo Banco	Relatório de avaliação de impacto final completado e disseminado de modo aceitável pelo Banco	N/A	N/A	Desembolso 2: Relatório com os Modelos Lógicos; Desembolso 3: Relatório com proposta; Desembolso 4: Relatório da Linha de Base; Desembolso 5: Relatórios de Avaliação de Impacto Intermediária, Desembolso 6: Relatório dos resultados das pesquisas, Desembolso 7: Relatórios da Avaliação de Impacto da final.
	1º Aditivo						Relatório de referência para a Avaliação de Regularização Fundiária completo	Relatório do alcance dos indicadores intermediários de performance dos modelos lógicos para todos os PGEs	Relatório de Progresso da Avaliação de Impacto	Relatório com recomendações a respeito de sustentabilidade e continuidade das atividades de regularização fundiária			Desembolso 2: Relatório de modelos lógicos; Desembolso 3: Relatório com a proposta; Desembolso 4: Relatório de Referência; Desembolso 5: Relatórios do alcance de indicadores; Desembolso 6: Relatório de Progresso; Desembolso 7: Relatório com Recomendações
	2º Aditivo						-	Relatório de Progresso da Avaliação de Impacto	Relatório com recomendações a respeito de sustentabilidade e continuidade das atividades de regularização fundiária	Desembolso 2: Relatório de modelos lógicos; Desembolso 3: Relatório com a proposta; Desembolso 4: Relatório de Referência; Desembolso 5: Relatórios do alcance de indicadores; Desembolso 7: Relatório de Progresso; Desembolso 8: Relatório com Recomendações			

## METAS DE DESEMBOLSO

#	ALTERAÇÕES	INDICADORES DE DESEMBOLSO VINCULADOS	UNIDADE DE MEDIDA	2	3	4	5	6	7	8	9	PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO FONTE DE INFORMAÇÃO	
	PAD			FEV 2013	AGO 2013	FEV 2014	AGO 2014	FEV 2015	AGO 2015	N/A	N/A		
	CONTRATO			AGO 2014	FEV 2015	AGO 2015	FEV 2016	AGO 2016	FEV 2017				
	1º ADITIVO			AGO 2017	FEV. 2018								
13	Contrato	Revisão dos processos de gestão de impostos	Texto	Preparação de TORs para a contratação de consultores para revisão de processos de coleta de impostos aprovados pelo Banco	Contratação de consultores para a revisão dos processos de coleta de impostos	Relatório do Progresso dos Consultores e minuta do Plano de Ação para revisão dos processos de coleta de impostos	Plano de Ação para a revisão dos processos de coleta de impostos aceitos pelo Banco	Relatório de Progresso sobre o Plano de Ação aceito pelo Banco	Relatório de Progresso sobre o Plano de Ação aceito pelo Banco	N/A	N/A	Desembolso 2: TORs; Desembolso 3: Contrato de Consultores; Desembolso 4: Relatório de Progresso; Desembolso 5: Plano de Ação; Desembolso 6: Relatório de Progresso sobre o Plano de Ação; Desembolso 7: Relatório de Progresso sobre o Plano de Ação	
	1º Aditivo												
	2º Aditivo	Melhoria do Sistema de Gestão Fiscal do Mutuário								-	-		Software instalado e configurado e plano de execução do projeto entregue

O contrato de empréstimo foi assinado em 12 de dezembro de 2013 e teve seu encerramento em 30 de novembro de 2019. Foram solicitados até o período de graça (30 de março de 2020) do contrato 12 desembolsos relativos ao Componente 1. Além disso, foram realizados seis adiantamentos à conta designada para financiar as ações de assistência técnica do Componente 2.

Conforme consta do Relatório Interino Financeiro (IFR) não auditado referente ao 2º semestre de 2019, a execução financeira do Componente 1 totalizou R\$ 3,29 bilhões, superando o valor de R\$ 2,185 bilhões previsto para os seis anos de duração do projeto.

A execução financeira do Componente 2, totalizou aproximadamente R\$ 65 milhões, equivalente a 93% de um total de R\$ 70 milhões, utilizando a taxa de câmbio de 2 USD/BRL da data de aprovação do empréstimo, previstos para os seis anos de duração do projeto.

Observa-se que o valor total desembolsado alcançou 95% do montante do empréstimo, ou seja, foram desembolsados mais de USD 333 milhões, conforme Tabela 14.

Tabela 14: Desembolsos realizados no projeto

RETIRADAS	VALORES PREVISTOS DE DESEMBOLSO (US\$)		VALORES DESEMBOLSADOS (US\$)	PART.
	CONTRATO	REVISÃO DE MEIO TERMO		
DESEMBOLSO 01	50.000.000,00	50.000.000,00	50.000.000,00	100%
DESEMBOLSO 02	44.125.000,00	44.125.000,00	44.125.000,00	100%
DESEMBOLSO 03	50.000.000,00	37.019.230,77	37.019.230,77	100%
DESEMBOLSO 04	65.000.000,00	58.500.000,00	34.459.218,54	59%
DESEMBOLSO 05	55.000.000,00	25.384.615,38	28.478.125,58	112%
DESEMBOLSO 06	35.000.000,00	19.179.900,75	36.930.521,88	193%
DESEMBOLSO 07	15.000.000,00	25.573.200,99	15.983.250,62	63%
DESEMBOLSO 08	-	28.769.851,13	15.983.250,62	56%
DESEMBOLSO 09	-	25.573.200,98	25.573.200,98	100%
DESEMBOLSO 10	-	-	12.786.600,51	-
DESEMBOLSO 11	-	-	-	-
DESEMBOLSO 12	-	-	9.589.950,50	-
DESEMBOLSO 13	-	-	3.196.650,00	-
FRONT END FEE	875.000,00	875.000,00	875.000,00	100%
<b>SUBTOTAL COMPONENTE 1 - PGE</b>	<b>315.000.000,00</b>	<b>315.000.000,00</b>	<b>315.000.000,00</b>	<b>100%</b>
ADIANTAMENTO 1			5.813.591,35	
ADIANTAMENTO 2			2.771.702,58	
ADIANTAMENTO 3			3.197.228,93	
ADIANTAMENTO 4			3.603.721,60	
ADIANTAMENTO 5			3.018.601,70	
ADIANTAMENTO 6			221.521,25	
<b>SUBTOTAL COMPONENTE 2 - AT</b>	<b>35.000.000,00</b>	<b>35.000.000,00</b>	<b>18.626.367,41</b>	<b>53%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>350.000.000</b>	<b>350.000.000</b>	<b>333.626.367</b>	<b>95,32%</b>
<b>SALDO NÃO DESEMBOLSADO</b>			<b>16.373.633</b>	<b>4,68%</b>

O Componente 1, foi 100% desembolsado. Já no Componente 2, totalizou o montante desembolsado de R\$ 60 milhões. Se consideradas as oscilações cambiais, quase atingiu o valor previsto no PAD, convertido em reais de R\$ 70 milhões.

O detalhamento do Programa de Gastos Elegíveis (PGE) bem como a execução financeira anual do projeto é apresentado nas Tabelas 15 e 16.



Tabela 15: Programa de Gastos Elegíveis (PGE)

EIXO SETOR DO PROJETO PGE	EXECUTOR CO-EXECUTOR	CÓDIGO DO ORÇAMENTO	ANO 1 (2014)	ANO 2 (2015)	ANO 3 (2016)		ANO 4 (2017)		ANO 5 (2018)		TOTAL	
			CONTRATO	CONTRATO	CONTRATO	ADITIVO	CONTRATO	ADITIVO	CONTRATO	ADITIVO	CONTRATO	ADITIVO
<b>SETOR 1: DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL</b>												
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL (PRÓ-RURAL)	SEAB	3028	47.022.183	46.912.157	36.936.562	43.600.000	-	36.080.000	-	19.940.000	130.870.902	193.554.340
	EMATER/PR	3033										
	SEMA ITCG	3034										
GESTÃO DE SOLO E ÁGUA EM MICROBACIAS	SEAB	3027	21.639.776	34.705.205	34.235.330	28.615.000	-	18.430.000	-	18.430.000	90.580.311	121.819.981
	EMATER/PR	3029										
	ÁGUAS PARANÁ	3037										
<b>SETOR 2: GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES</b>												
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	SEMA	3045	800.000	12.860.000	3.520.000	11.907.972	-	14.511.897	-	-	17.180.000	40.079.869
	IAP	3035										
	ÁGUAS PARANÁ	3046										
FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS	IAP	3044	12.750.000	10.467.500	4.537.500	12.391.741	-	29.574.638	-	-	27.755.000	65.183.879
	SEMA	3043										
	ÁGUAS PARANÁ	3036										
	CM	3008										
<b>SETOR 3: EDUCAÇÃO</b>												
SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	SEED	3018	5.232.800	4.670.000	5.520.000	5.770.000	-	9.652.800	-	-	15.422.800	25.325.600
FORMAÇÃO EM AÇÃO	SEED	3017	32.030.670	31.980.000	31.980.000	17.272.327	-	18.581.081	-	19.995.935	95.990.670	119.860.013
RENOVA ESCOLA	SEED	4094	61.052.550	97.000.000	103.600.000	50.000.000	-	67.275.441	-	46.717.319	261.652.550	322.045.310
<b>SETOR 4: SAÚDE</b>												
REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	SESA	4161	142.179.420	134.410.000	63.790.000	172.633.000	16.830.000	269.430.000	-	190.674.000	357.209.420	909.326.420
REDE MÃE PARANAENSE	SESA	4162	115.408.900	108.115.000	86.279.000	58.280.749	50.015.000	58.280.749	-	47.972.657	359.817.900	388.058.055
<b>TOTAL</b>	<b>---</b>	<b>----</b>	<b>438.116.299</b>	<b>481.119.862</b>	<b>370.398.392</b>	<b>400.470.789</b>	<b>66.845.000</b>	<b>521.816.606</b>	<b>-</b>	<b>343.729.911</b>	<b>1.356.479.553</b>	<b>2.185.253.467</b>

Tabela 16 : Execução Financeira por ano do período de 2013-2019 e percentual de execução

**INVESTIMENTO 2013 - RETROATIVO**

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO 2013 (R\$) - RETROATIVO
	EXECUTADO
<b>COMPONENTE 1 - PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS (PGES)</b>	
3028/3033/3034 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL (PRÓ-RURAL)	4.469.447
3027/3029/3037 - GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS	10.537.423
<b>SUBTOTAL</b>	<b>15.006.871</b>
3045/3035/3046 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	3.994.681
3044/3043/3036/3008 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS	5.313.520
<b>SUBTOTAL</b>	<b>9.308.201</b>
3018 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	5.712.927
3017 - FORMAÇÃO EM AÇÃO	11.045.067
3391/4094 - RENOVA ESCOLA	70.278.891
<b>SUBTOTAL</b>	<b>87.036.884</b>
4161 - REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	100.581.706
4162 - REDE MÃE PARANAENSE	40.781.720
<b>SUBTOTAL</b>	<b>141.363.426</b>
Total Componente 1	252.715.382
<b>COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA (AT)</b>	
3039 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA UMA GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>252.715.382</b>



**INVESTIMENTO 2014**

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO 2014 (R\$)			EXECUTADO / PREVISTO (%)	
	PREVISTO CONTRATO	PREVISTO LOA	EXECUTADO	CONTRATO	LOA
<b>COMPONENTE 1 - PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS (PGES)</b>					
3028/3033/3034 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL (PRÓ-RURAL)	47.022.183	68.912.100	2.296.217	5%	3%
3027/3029/3037 - GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS	21.639.776	36.205.300	29.134.052	135%	80%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>68.661.959</b>	<b>105.117.400</b>	<b>31.430.269</b>	<b>46%</b>	<b>30%</b>
3045/3035/3046 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	800.000	10.222.000	1.149.880	144%	11%
3044/3043/3036/3008 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS	12.750.000	19.259.895	951.930	7%	5%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>13.550.000</b>	<b>29.481.895</b>	<b>2.101.810</b>	<b>16%</b>	<b>7%</b>
3018 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	5.232.800	4.670.000	3.058.928	58%	66%
3017 - FORMAÇÃO EM AÇÃO	32.030.670	31.980.000	11.767.796	37%	37%
3391/4094 - RENOVA ESCOLA	61.052.550	96.856.990	60.287.898	99%	62%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>98.316.020</b>	<b>133.506.990</b>	<b>75.114.622</b>	<b>76%</b>	<b>56%</b>
4161 - REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	142.179.420	154.020.000	154.474.091	109%	100%
4162 - REDE MÃE PARANAENSE	115.408.900	100.260.000	97.396.401	84%	97%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>257.588.320</b>	<b>254.280.000</b>	<b>251.870.492</b>	<b>98%</b>	<b>99%</b>
Total Componente 1	438.116.299	522.386.285	360.517.194	82%	69%
<b>COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA (AT)</b>					
3039 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA UMA GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ	-	30.000.000	-	-	0%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>438.116.299</b>	<b>552.386.285</b>	<b>360.517.194</b>	<b>82%</b>	<b>65%</b>

## INVESTIMENTO 2015

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO 2015 (R\$)			EXECUTADO / PREVISTO (%)	
	PREVISTO CONTRATO	PREVISTO LOA	EXECUTADO	CONTRATO	LOA
<b>COMPONENTE 1 - PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS (PGES)</b>					
3028/3033/3034 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL (PRÓ-RURAL)	46.912.157	73.912.150	5.799.878	12%	8%
3027/3029/3037 - GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS	34.705.205	34.705.210	4.135.221	12%	12%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>81.617.362</b>	<b>108.617.360</b>	<b>9.935.099</b>	<b>12%</b>	<b>9%</b>
3045/3035/3046 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	12.860.000	10.160.000	721.000	6%	7%
3044/3043/3036/3008 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS	10.467.500	37.256.610	1.086.675	10%	3%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>23.327.500</b>	<b>47.416.610</b>	<b>1.807.675</b>	<b>8%</b>	<b>4%</b>
3018 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	4.670.000	6.448.710	966.193	21%	15%
3017 - FORMAÇÃO EM AÇÃO	31.980.000	7.834.600	18.659.412	58%	238%
3391/4094 - RENOVA ESCOLA	97.000.000	38.404.590	14.672.702	15%	38%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>133.650.000</b>	<b>52.687.900</b>	<b>34.298.307</b>	<b>26%</b>	<b>65%</b>
4161 - REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	134.410.000	260.580.000	190.830.128	142%	73%
4162 - REDE MÃE PARANAENSE	108.115.000	111.790.000	202.534.586	187%	181%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>242.525.000</b>	<b>372.370.000</b>	<b>393.364.714</b>	<b>162%</b>	<b>106%</b>
Total Componente 1	481.119.862	581.091.870	439.405.795	91%	76%
<b>COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA (AT)</b>					
3039 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA UMA GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ	-	40.000.000	-	-	0%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>481.119.862</b>	<b>621.091.870</b>	<b>439.405.795</b>	<b>91%</b>	<b>71%</b>

**INVESTIMENTO 2016**

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO 2016 (R\$)				EXECUTADO / PREVISTO (%)		
	PREVISTO CONTRATO	PREVISTO ADITIVO	PREVISTO LOA	EXECUTADO	CONTRATO	ADITIVO	LOA
<b>COMPONENTE 1 - PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS (PGES)</b>							
3028/3033/3034 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL (PRÓ-RURAL)	36.936.562	43.600.000	48.600.000	27.535.757	75%	63%	57%
3027/3029/3037 - GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS	34.235.330	28.615.000	29.150.000	6.412.142	19%	22%	22%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>71.171.892</b>	<b>72.215.000</b>	<b>77.750.000</b>	<b>33.947.898</b>	<b>48%</b>	<b>47%</b>	<b>44%</b>
3045/3035/3046 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	3.520.000	11.907.972	9.000.000	6.335.000	180%	53%	70%
3044/3043/3036/3008 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS	4.537.500	12.391.741	31.850.000	5.591.372	123%	45%	18%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>8.057.500</b>	<b>24.299.713</b>	<b>40.850.000</b>	<b>11.926.372</b>	<b>148%</b>	<b>49%</b>	<b>29%</b>
3018 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	5.520.000	5.770.000	5.770.000	-	0%	0%	0%
3017 - FORMAÇÃO EM AÇÃO	31.980.000	17.272.327	16.184.426	8.184.318	26%	47%	51%
3391/4094 - RENOVA ESCOLA	103.600.000	50.000.000	62.119.521	14.959.858	14%	30%	24%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>141.100.000</b>	<b>73.042.327</b>	<b>84.073.947</b>	<b>23.144.176</b>	<b>16%</b>	<b>32%</b>	<b>28%</b>
4161 - REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	63.790.000	172.633.000	208.053.404	344.086.080	539%	199%	165%
4162 - REDE MÃE PARANAENSE	86.279.000	58.280.749	86.309.572	205.430.854	238%	352%	238%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>150.069.000</b>	<b>230.913.749</b>	<b>294.362.976</b>	<b>549.516.934</b>	<b>366%</b>	<b>238%</b>	<b>187%</b>
Total Componente 1	370.398.392	400.470.789	497.036.923	618.535.380	167%	154%	124%
<b>COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA (AT)</b>							
3039 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA UMA GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ	-	-	80.005.500	4.385.783	-	-	5%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>370.398.392</b>	<b>400.470.789</b>	<b>577.042.423</b>	<b>622.921.164</b>	<b>168%</b>	<b>156%</b>	<b>108%</b>

## INVESTIMENTO 2017

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO 2017 (R\$)				EXECUTADO / PREVISTO (%)		
	PREVISTO CONTRATO	PREVISTO ADITIVO	PREVISTO LOA	EXECUTADO	CONTRATO	ADITIVO	LOA
<b>COMPONENTE 1 - PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS (PGES)</b>							
3028/3033/3034 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL (PRÓ-RURAL)	-	36.080.000	39.079.250	6.452.519	-	18%	17%
3027/3029/3037 - GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS	-	18.430.000	29.150.000	17.412.224	-	94%	60%
<b>SUBTOTAL</b>	-	<b>54.510.000</b>	<b>68.229.250</b>	<b>23.864.743</b>	-	<b>44%</b>	<b>35%</b>
3045/3035/3046 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	-	14.511.897	9.000.000	-	-	0%	0%
3044/3043/3036/3008 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS	-	29.574.638	31.850.000	13.399.915	-	45%	42%
<b>SUBTOTAL</b>	-	<b>44.086.535</b>	<b>40.850.000</b>	<b>13.399.915</b>	-	<b>30%</b>	<b>33%</b>
3018 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	-	9.652.800	10.036.790	-	-	0%	0%
3017 - FORMAÇÃO EM AÇÃO	-	18.581.081	6.977.965	8.519.534	-	46%	122%
3391/4094 - RENOVA ESCOLA	-	67.275.441	30.258.213	20.349.018	-	30%	67%
<b>SUBTOTAL</b>	-	<b>95.509.322</b>	<b>47.272.968</b>	<b>28.868.553</b>	-	<b>30%</b>	<b>61%</b>
4161 - REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	16.830.000	269.430.000	301.666.062	286.485.015	1702%	106%	95%
4162 - REDE MÃE PARANAENSE	50.015.000	58.280.749	113.481.178	291.737.658	583%	501%	257%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>66.845.000</b>	<b>327.710.749</b>	<b>415.147.240</b>	<b>578.222.673</b>	<b>865%</b>	<b>176%</b>	<b>139%</b>
Total Componente 1	66.845.000	521.816.606	571.499.458	644.355.884	964%	123%	113%
<b>COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA (AT)</b>							
3039 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA UMA GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ	-	-	80.000.000	15.567.293	-	-	19%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>66.845.000</b>	<b>521.816.606</b>	<b>651.499.458</b>	<b>659.923.177</b>	<b>987%</b>	<b>126%</b>	<b>101%</b>

**INVESTIMENTO 2018**

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO 2018 (R\$)				EXECUTADO / PREVISTO (%)		
	PREVISTO CONTRATO	PREVISTO ADITIVO	PREVISTO LOA	EXECUTADO	CONTRATO	ADITIVO	LOA
<b>COMPONENTE 1 - PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS (PGES)</b>							
3028/3033/3034 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL (PRÓ-RURAL)	-	19.940.000	30.000.000	15.436.048	-	77%	51%
3027/3029/3037 - GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS	-	18.430.000	33.400.000	22.309.743	-	121%	67%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>-</b>	<b>38.370.000</b>	<b>63.400.000</b>	<b>37.745.791</b>	<b>-</b>	<b>98%</b>	<b>60%</b>
3045/3035/3046 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	-	-	3.700.000	-	-	-	0%
3044/3043/3036/3008 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS	-	-	31.830.000	922.557	-	-	3%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>35.530.000</b>	<b>922.557</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3%</b>
3018 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	-	-	9.992.800	12.738.468	-	-	127%
3017 - FORMAÇÃO EM AÇÃO	-	19.995.935	16.054.616	2.309.586	-	12%	14%
3391/4094 - RENOVA ESCOLA	-	46.717.319	23.202.971	16.885.612	-	36%	73%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>-</b>	<b>66.713.254</b>	<b>49.250.387</b>	<b>31.933.665</b>	<b>-</b>	<b>48%</b>	<b>65%</b>
4161 - REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	-	190.674.000	310.629.755	285.854.470	-	150%	92%
4162 - REDE MÃE PARANAENSE	-	47.972.657	88.816.902	224.003.617	-	467%	252%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>-</b>	<b>238.646.657</b>	<b>399.446.657</b>	<b>509.858.087</b>	<b>-</b>	<b>214%</b>	<b>128%</b>
Total Componente 1	-	343.729.911	547.627.044	580.460.100	-	169%	106%
<b>COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA (AT)</b>							
3039 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA UMA GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ	-	-	70.000.000	24.787.530	-	-	35%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>-</b>	<b>343.729.911</b>	<b>617.627.044</b>	<b>605.247.630</b>	<b>-</b>	<b>176%</b>	<b>98%</b>

## INVESTIMENTO 2019

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO 2019 (R\$)				EXECUTADO / PREVISTO (%)		
	PREVISTO CONTRATO	PREVISTO ADITIVO	PREVISTO LOA	EXECUTADO	CONTRATO	ADITIVO	LOA
<b>COMPONENTE 1 - PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS (PGES)</b>							
3028/3033/3034 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL (PRÓ-RURAL)	-	-	9.700.000	2.112.923	-	-	22%
3027/3029/3037 - GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS	-	-	6.420.000	1.860.949	-	-	29%
<b>SUBTOTAL</b>	-	-	<b>16.120.000</b>	<b>3.973.872</b>	-	-	<b>25%</b>
3045/3035/3046 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	-	-	1.015.000	0	-	-	0%
3044/3043/3036/3008 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS	-	-	20.515.000	1.372.146	-	-	7%
<b>SUBTOTAL</b>	-	-	<b>21.530.000</b>	<b>1.372.146</b>	-	-	<b>6%</b>
3018 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	-	-	3.565.724	0	-	-	0%
3017 - FORMAÇÃO EM AÇÃO	-	-	0	6.951	-	-	-
3391/4094 - RENOVA ESCOLA	-	-	45.000	17.616.240	-	-	39147%
<b>SUBTOTAL</b>	-	-	<b>3.610.724</b>	<b>17.623.191</b>	-	-	<b>488%</b>
4161 - REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	-	-	330.160.000	264.452.843	-	-	80%
4162 - REDE MÃE PARANAENSE	-	-	174.344.268	108.464.341	-	-	62%
<b>SUBTOTAL</b>	-	-	<b>504.504.268</b>	<b>372.917.184</b>	-	-	<b>74%</b>
Total Componente 1	-	-	545.764.992	395.886.392	-	-	73%
<b>COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA (AT)</b>							
3039 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA UMA GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ	-	-	70.000.000	20.146.230	-	-	29%
<b>TOTAL GERAL</b>	-	-	<b>615.764.992</b>	<b>416.032.622</b>	-	-	<b>68%</b>

**INVESTIMENTO TOTAL**

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO TOTAL (R\$)				EXECUTADO / PREVISTO (%)		
	PREVISTO CONTRATO	PREVISTO ADITIVO	PREVISTO LOA	EXECUTADO	CONTRATO	ADITIVO	LOA
<b>COMPONENTE 1 - PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS (PGES)</b>							
3028/3033/3034 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL (PRÓ-RURAL)	130.870.902	193.554.340	274.672.947	64.102.789	49%	33%	23%
3027/3029/3037 - GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS	90.580.311	121.819.981	179.567.933	91.801.754	101%	75%	51%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>221.451.213</b>	<b>315.374.321</b>	<b>454.240.881</b>	<b>155.904.543</b>	<b>70%</b>	<b>49%</b>	<b>34%</b>
3045/3035/3046 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	17.180.000	40.079.869	47.091.681	12.200.561	71%	30%	26%
3044/3043/3036/3008 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS	27.755.000	65.183.879	177.875.025	28.638.115	103%	44%	16%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>44.935.000</b>	<b>105.263.748</b>	<b>224.966.706</b>	<b>40.838.676</b>	<b>91%</b>	<b>39%</b>	<b>18%</b>
3018 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	15.422.800	25.325.600	46.196.951	22.476.517	146%	89%	49%
3017 - FORMAÇÃO EM AÇÃO	95.990.670	119.860.013	90.076.674	60.492.663	63%	50%	67%
3391/4094 - RENOVA ESCOLA	261.652.550	322.045.310	321.166.176	210.378.522	80%	65%	66%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>373.066.020</b>	<b>467.230.923</b>	<b>457.439.800</b>	<b>293.347.701</b>	<b>79%</b>	<b>63%</b>	<b>64%</b>
4161 - REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	357.209.420	909.326.420	1.665.690.927	1.626.764.332	455%	179%	98%
4162 - REDE MÃE PARANAENSE	359.817.900	388.058.055	715.783.640	1.170.349.178	325%	302%	164%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>717.027.320</b>	<b>1.297.384.475</b>	<b>2.381.474.567</b>	<b>2.797.113.510</b>	<b>390%</b>	<b>216%</b>	<b>117%</b>
Total Componente 1	1.356.479.553	2.185.253.467	3.518.121.954	3.287.204.430	242%	150%	93%
<b>COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA (AT)</b>							
3039 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA UMA GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ	70.000.000	70.000.000	370.005.500	65.143.350	93%	93%	18%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.426.479.553</b>	<b>2.255.253.467</b>	<b>3.888.127.454</b>	<b>3.352.347.779</b>	<b>235%</b>	<b>149%</b>	<b>86%</b>

## 4. FATORES QUE AFETARAM A IMPLEMENTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

### 4.1. TEMPO ENTRE O DESENHO DO PROJETO E INÍCIO DA EXECUÇÃO

O tempo em que transcorreu a negociação do contrato em justaposição ao desenho do Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná de certa forma redefiniu prioridades, e isto pode ser explicado por algumas regras contratuais intrínsecas à modalidade de empréstimo praticada, a qual está associada à programação orçamentária expressa no Plano Plurianual (PPA), o que comprometeu o Estado em sua execução. Outro fator a ser considerado refere-se à regra contratual que previu a possibilidade de reembolso das despesas ocorridas no âmbito do projeto em até 12 meses pretéritos. As situações apontadas, somadas à alteração do período de vigência do contrato, inicialmente previsto para o período 2012-2015, sendo readequado para o período 2014-2017, formaram o cenário em que o Projeto Multissetorial foi executado.

### 4.2. COMPONENTE 1

#### 4.2.1. PROGRAMA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL (PRÓ-RURAL)

Os principais entraves foram:

- (i) Apoio a iniciativas de negócios sustentáveis - regularização fundiária: o maior entrave do processo de regularização fundiária esteve vinculado as etapas de ajuizamento e trâmite no Poder Judiciário que fogem da governabilidade do programa<sup>36</sup>;
- (ii) O atraso e redução das metas previstas das iniciativas de negócios sustentáveis deu-se em função dos seguintes problemas:
  - a. Projetos produtivos com necessidades de ajustes técnicos, elaboração de projetos de engenharia e obtenção de licenças ambientais;
  - b. Dificuldade das associações e/ou cooperativas de apresentar a documentação exigida pela legislação vigente;
  - c. Dificuldades administrativas e técnicas do Estado em virtude das mudanças legislativas federal e estadual impostas a partir

<sup>36</sup> d. Ação de Regularização Fundiária - Programa PRÓ-RURAL - Avaliação da Sustentabilidade e Continuidade - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Curitiba, fevereiro de 2019.

de 2016 (Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Estadual nº 3.513/2016);

- (iii) Processo de aquisição, através de licitação internacional, das patrulhas rurais a serem repassadas aos consórcios intermunicipais foi mais demorado do previstos (ao redor de 3 anos) retardando o repasse das mesmas aos municípios e o início dos trabalhos em nível de campo que se deu apenas no quarto ano de execução do Projeto.

#### **4.2.2. PROGRAMA GESTÃO DE SOLO E ÁGUA EM MICROBACIAS**

Implantação de sistemas de abastecimento de água:

- (i) Não cumprimento das obrigações pactuadas com as prefeituras municipais, através de convênio, que previa a conclusão dos sistemas de abastecimento de água na parte de distribuição aos beneficiários;
- (ii) Não envolvimento da comunidade em sistemas de abastecimento implantados, em desacordo com as normas do manual operativo, ocorrido em função de evento de seca em que um conjunto de municípios do Estado entrou em calamidade pública necessitando do fornecimento de água, para algumas comunidades rurais, de forma emergencial e urgente.

#### **4.2.3. PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

O remanejamento de pessoal e alteração de instâncias provocados pelas reformas administrativas que afetaram órgãos envolvidos no programa, como MINEROPAR, ITCG, AGUASPARANA e IAP, atual IAT, e SEMA - atual SEDEST, provocaram mudanças na composição das equipes, o que acarretou em alguns atrasos e dilação de prazos. Durante a realização do projeto, foi relatado pela então SEMA como um dos principais fatores restritivos de execução das metas do Programa a demora nos processos de elaboração e aprovação dos Termos de Referência e demais documentos envolvidos, demandando auxílio e orientação da UGP e da equipe do Banco para ajustes nos protocolos.

#### **4.2.4. PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS**

A falta de padronização dos processos e documentos foi um dos principais problemas enfrentados. Elaborados inicialmente conforme a legislação brasileira, termos de referência, pedidos de licitação e aquisição de bens e serviços foram, posteriormente, readequados conforme padrão exigido pelo Banco Mundial, o que gerou retrabalho e dilação dos prazos. Também influenciaram o desempenho do programa as reformas administrativas na estrutura governamental, da qual a maioria das instituições participantes do programa estavam envolvidas. Um ponto que dificultou a aprovação do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil, meta do programa, foi a dependência da aprovação do Plano Federal que nortearia todos os Planos estaduais o que acabou não acontecendo até os dias de hoje. Nesse contexto o Estado elaborou as diretrizes para a elaboração do Plano Estadual e aprovou no CEPRODEC.

#### **4.2.5. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

A estratégia de execução do SAEP foi revista, assim como as metas foram redimensionadas, em função da dificuldade de contratação da instituição para a aplicação das provas a partir de 2014. No entanto, o trabalho de análise dos resultados obtidos em avaliações anteriores e orientação dos gestores, pedagogos e docentes continuou tendo sido ofertadas oficinas e elaboração de estudos para melhorar o processo de ensino-aprendizagem nas salas de aula e também o fortalecimento e amadurecimento da importância do SAEP e da sua continuidade. Outros problemas enfrentados pelo SAEP foram:

- (i) Concorrência entre as atividades de rotina da secretaria com a execução do programa;
- (ii) Mudança de prioridades dos dirigentes sobre a pertinência da ação.

#### **4.2.6. FORMAÇÃO EM AÇÃO**

A alta rotatividade de técnicos, responsáveis e dirigentes da unidade executora aliada a mudanças de escopo no termo de referência e a concorrência entre as atividades de rotina da secretaria acabaram por comprometer a operacionalização e gestão da ação de assistência técnica. Assim sendo, a contratação de consultoria para a realização de avaliação qualitativa do PDE e avaliação comparativa com outros países e estados do Brasil, conforme o planejamento inicial do projeto, não foi realizada. Ressalta-se, no entanto, que a

SEED, em conjunto com o IPARDES, realizou uma avaliação quantitativa do PDE.

#### **4.2.7. RENOVA ESCOLA**

São fatores que influenciaram a execução do programa:

- (i) Dificuldade de aplicação dos critérios de priorização por concentrar a execução em obras de recuperação e reparos de pequeno porte;
- (ii) Adequação às normas de Licitação exigidas pelo Banco Mundial;
- (iii) Dificuldade de acompanhamento e fiscalização da execução das obras por falta de recursos humanos;
- (iv) Reestruturação da SEED em 2016, com a criação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR), que assumiu as responsabilidades da antiga SUED.

Apesar dos problemas de execução e gestão enfrentados, os resultados do programa Renova Escola demonstram um desempenho superior ao planejado previamente. Ressalta-se o impacto positivo na gestão da infraestrutura física das escolas com a implantação do sistema obras on-line, o qual possibilitou o diagnóstico e o acompanhamento da estrutura física da rede.

#### **4.2.8. PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE**

Os recursos do Banco Mundial potencializaram o planejamento da SESA no programa rede de urgência e emergência, principalmente para o SAMU. No início de 2011 a SESA atendia apenas 15 municípios com o serviço do SAMU, passando a atender no decorrer dos 06 anos do projeto a 343 municípios. Ainda na logística de locomoção, o serviço aeromédico foi implantado como mais uma ferramenta de locomoção rápida para paciente e órgãos para transplante. A implantação do serviço aeromédico que previa a aquisição de 5 helicópteros com recursos do financiamento, foi revista, optando o Governo do Estado pela contratação dos referidos serviços.

Outro fato que se refletiu na estagnação e/ou redução dos resultados alcançados nos anos de 2014/2015 foi a degradação da situação econômica do Estado que refletiu diretamente no repasse de recursos aos municípios (via fundo a fundo da saúde) fazendo com que estes reduzissem as atividades de sua responsabilidade na implementação dos dois programas. Fato este, que veio a ser superado e regularizado nos anos seguintes.

O que demonstrou a eficiência desse projeto foi identificar os pontos críticos dos dois programas para obter resultados positivos, dando a continuidade do projeto em duas gestões governamentais.

### **4.3. IMPLEMENTAÇÃO DAS SALVAGUARDAS DO PROJETO**

#### **4.3.1. ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS**

As ações previstas na Estratégia de Participação dos Povos Indígenas dos programas foram em sua maioria atingidas, com destaque para aquelas contempladas no Rede Mãe Paranaense por apresentarem resultados significativos já descritos neste relatório.

A atuação com foco para o atendimento das especificidades culturais das populações indígenas e a parceria estabelecida pela SESA com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde e com o Distrito Sanitário Indígena (DSEI) da FUNAI foram fatores que determinaram o atingimento dos resultados positivos. Para exemplificar, destaca-se que a parceria entre as instituições permitiu a capacitação pela SESA das equipes contratadas pela SESA para atuarem dentro das aldeias indígenas. Ressalta-se também que o foco nas especificidades culturais justificou a SESA a classificar a priori toda gestante indígena como de risco intermediário e atuar para sensibilizar as equipes de saúde e até customizar o ambiente hospitalar para o acolhimento da parturiente indígena e toda a sua família.

As poucas metas não alcançadas são relativas ações do escopo da EPPI do PRÓ-RURAL. Inclusive, a ação relativa ao apoio a projetos produtivos de terras indígenas foi destacada como indicador social e inserida no quadro de indicadores de monitoramento e resultados do projeto, tendo sido definida uma meta final de 8 projetos apoiados, e até o encerramento do projeto haviam sido apoiados apenas 2 (a construção de um centro cultural indígena para o recebimento de turistas em uma terra Guarani e o cultivo de peixes em terra Kaingang).

Os fatores que contribuíram para o não cumprimento da meta do referido indicador social foram:

- (i) A falta de capacidade das organizações sociais indígenas na elaboração de propostas produtivas e de atenderem todas as exigências dos trâmites estabelecidos no edital de chamada pública. Já no primeiro edital lançado pelo Programa foram estabelecidas condições especiais para esta população. No segundo edital foram realizadas alterações ao instrumento de

chamada pública para facilitar ainda mais a participação, mesmo assim conclui-se que esta estratégia não é adequada para apoiar esse público beneficiário;

- (ii) Falta de disponibilidade de técnicos do Instituto EMATER/PR para a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em tempo integral às terras indígenas, conforme era a expectativa na fase de elaboração do projeto, quando havia a perspectiva de contratação de técnicos para o Instituto EMATER/PR por meio de concurso público. Corrobora com essa explicação o fato dos dois projetos apoiados serem oriundos de terras indígenas em que houve a prestação de serviços de ATER, mesmo que em tempo parcial, tendo sido uma terra indígena assistida por técnico do EMATER/PR e a outra por profissional de instituição parceira;
- (iii) O não lançamento do terceiro edital para chamada pública de projetos em 2018 impossibilitou a última tentativa de ampliar a meta do indicador.

No documento Estratégia de Participação dos Indígenas do Projeto foram previstas algumas ações gerais, dentre elas a criação de um canal no sítio eletrônico da SEPL específico para receber reclames a respeito da implementação da EPPI. Essa ação não foi realizada, tendo em vista que foi implantada em 2014 a Ouvidoria do Estado do Paraná junto à Controladoria Geral do Estado - CGE, sendo um canal reconhecido para todo tipo de reclame relativo a implementação de políticas públicas e programas de governo.

Os mecanismos de reclame estabelecidos pela Ouvidoria do Estado e as informações sempre disponíveis no site da SEPL foram suficientes para garantir que chegassem até a UGP comentários e pedidos de esclarecimentos de dúvidas a respeito das ações do Projeto. Com relação a EPPI destaca-se os contatos realizados pela FUNAI, do Centro de Apoio Operacional as Promotorias (CAOP) de Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná e da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPIN-SUL).

Também vale salientar que o fluxo operacional das ações previstas na EPPI de cada um dos programas evidenciam a participação e o diálogo direto com os beneficiários das ações dos programas.

### 4.3.2. MARCO DA POLÍTICA DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

A identificação de pontos<sup>37</sup> que precisavam de aprimoramento no Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário foi realizada precocemente em 2014, durante a primeira missão da Especialista em Salvaguardas Sociais do Banco Mundial. Entretanto a construção de consenso quanto ao conteúdo das modificações que deveriam ser realizadas no documento foi um processo moroso que perdurou ao longo da implementação do projeto, tanto que a versão atualizada do documento só foi aceita pelo Banco Mundial em 2018.

As explicações para a morosidade do processo estão atreladas aos seguintes fatores:

- (i) A ausência de Especialista em Salvaguardas Sociais do Banco nos momentos de preparação e de declaração de efetividade do projeto, tendo como consequência a fragilidade da primeira versão do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário;
- (ii) A complexidade da operacionalização das ações, sobretudo daquelas relacionadas à readequação de estradas rurais e instalação de sistemas de abastecimento de água, por envolver inúmeras etapas e diversos atores sociais;
- (iii) A falta de detalhamento do fluxo operacional das ações no Manual Operativo do Projeto para tornar claros os impactos perante os beneficiários e demais pessoas afetadas;
- (iv) As diferenças entre a legislação nacional e OP 4.12, com destaque para maior amplitude da Política de Reassentamento do Banco Mundial no conceito de aquisição de terra e na proteção as pessoas com posses irregulares.

A cada missão de supervisão do projeto que contou com a participação da Especialista de Salvaguardas Sociais do Banco o tema da atualização do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário era retomado e aprofundado, sempre no sentido de identificar os momentos e esclarecer como as exigências da OP 4.12 poderiam ser aplicadas ao contexto específico de execução das ações do Projeto.

Nesses momentos foi evidenciada a complexidade do fluxo operacional da ação de adequação de estradas rurais prevista no PRÓ-RURAL<sup>38</sup>, tendo sido

<sup>37</sup> Conforme já apontado no tópico desse relatório relativo à reformulação do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário, foi identificado (em 2014) que o documento não esclarecia com exatidão, os limites físicos das intervenções previstas e possíveis demandas por aquisições de terra e realocação de famílias decorrentes dessas intervenções.

<sup>38</sup> O fluxo operacional completo pode ser visualizado no [Manual Operativo, volume 2A, Programa de Desenvolvimento Econômico Sustentável \(PRÓ-RURAL\)](#). Os principais atores envolvidos e etapas de trabalho são: SEAB faz a

identificada a impossibilidade de tratar das questões afetas a política de reassentamento involuntário antes de realizada a aquisição dos equipamentos que comporiam as patrulhas rodoviárias.

Do mesmo modo verificou-se que a sequência do fluxo operacional da ação relativa à instalação dos sistemas de abastecimento de água prevista no Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias<sup>39</sup>, concluindo-se pela inviabilidade de resolver as questões de reassentamento involuntário antes da contratação das obras, considerando que as localizações dos poços e reservatórios seriam definidas por técnicos das empresas contratadas como parte do processo de elaboração dos projetos de engenharia.

Assim, as discussões a respeito da aplicabilidade das exigências da OP 4.12 contribuíram para o aprimoramento dos fluxos operacionais das ações, sobretudo nas etapas que envolviam a identificação dos impactos das intervenções e as consultas aos beneficiários e demais pessoas afetadas. Em contrapartida, à medida que os detalhes operacionais se tornaram explícitos e transparentes para todos os interlocutores, foi possível identificar exatamente quando e como as exigências da política do Banco eram aplicáveis.

Assim, vale ponderar que, apesar da morosidade da elaboração da versão atualizada do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário, esse processo não impactou negativamente os resultados do projeto, bem pelo contrário, contribuiu para a qualificação do processo de execução, tendo sido incorporadas orientações do documento às boas práticas adotadas no Estado.

### 4.3.3. MARCO DE GESTÃO AMBIENTAL

Conforme já retratado no tópico em que foram apresentados os resultados alcançados, a implementação das ações do Projeto, não provocaram impactos ambientais negativos significativos, nem tão pouco a ocorrência de acidentes e incidentes ambientais, pelo contrário, ações de alguns programas contribuíram para trazer ganhos ao meio ambiente paranaense.

Os principais fatores que corroboraram para os resultados foram:

- (i) A robustez do marco legal quanto às questões ambientais, sanitárias e de segurança pública nas esferas nacional e estadual;

---

*aquisição de equipamentos e seleciona consórcios intermunicipais para o recebimento de patrulhas rodoviárias; Colegiados territoriais e consórcios intermunicipais priorizam trechos de estradas rurais para a realização das intervenções; Consórcios intermunicipais elaboram projetos de engenharia, fazem consultas as comunidades afetadas e executam obras e serviços utilizando as patrulhas rodoviárias.*

<sup>39</sup> O fluxo operacional completo pode ser visualizado no [Manual Operativo, volume 2B, Programa de Gestão de Solo e Água em Microbacias](#). Os principais atores envolvidos e etapas de trabalho são: SEAB, AGUASPARANÁ e Municípios firmam termos de convênios visando cooperação para a instalação de sistemas de abastecimento de água comunitários; AGUASPARANÁ contrata empresas para a perfuração de poços tubulares profundos, instalação de casa H, adutora e reservatório de água; Empresas elaboram os projetos de engenharia e realizam as obras e serviços; AGUASPARANÁ e Municípios realizam consultas às comunidades; Municípios instalam as redes de distribuição de água até a casa das pessoas; Comunidades fazem a gestão do sistema de abastecimento de água.

- (ii) A consonância entre a legislação ambiental com as orientações / exigências das Políticas de Salvaguardas do Banco;
- (iii) O escopo do Projeto composto por ações de baixo impacto ambiental negativo, ou mesmo de favorecimento a preservação e conservação de recursos naturais;
- (iv) Os procedimentos de rotina do Estado para a execução das ações alinhados às orientações / determinações da legislação e do Marco de Gestão Ambiental;
- (v) O acompanhamento e monitoramento da implementação do Marco de Gestão Ambiental realizado pela UGP do projeto e pela especialista de Salvaguardas Ambientais do Banco Mundial, com foco em algumas ações que mereciam maior atenção dadas as suas características.

Ressalta-se a importância das missões de supervisão periódicas da especialista em Salvaguardas Ambientais do Banco para orientar a aplicação do Marco de Gestão Ambiental a cada etapa de operacionalização das ações, para exemplificar destaca-se a ação de apoio a propostas de negócios do PRÓ-RURAL em que a especialista do Banco fez contribuições ao edital de chamada pública, ao processo de seleção e aprovação das propostas e por fim ao processo de acompanhamento da execução das propostas apoiadas, ajudando a definir os procedimentos e a elencar os documentos que deveriam ser exigidos dos beneficiários para a regularização ambiental..

#### **4.4. COMPONENTE 2**

Alguns fatores conjunturais impactaram parte das atividades previstas para o Componente 2 do projeto. Entre os elementos desfavoráveis é possível indicar a indisponibilidade de técnicos para atenderem, além das atividades normais dos diversos órgãos executores, também aquelas contempladas no Projeto Multissetorial e a falta de conhecimento sobre normas específicas relativas as aquisições e seleções.

Quanto aos aspectos favoráveis, desde o início do projeto a UGP organizou e desenvolveu treinamentos sobre os procedimentos estabelecidos nas diretrizes do Banco Mundial relativamente a execução dos programas, o que proporcionou, ao longo do tempo, a aderência dos técnicos do estado ao conjunto normativo específico.

Podemos caracterizar como o principal fator que impactou uma parcela das atividades, a indisponibilidade de técnicos com dedicação ao projeto, além

das atividades relativas aos diversos órgãos executores. Esta indisponibilidade causou duas consequências:

- (i) Inconsistência na elaboração de termo de referência;
- (ii) Atraso na preparação dos documentos de instrução dos processos – termos de referência, memória de cálculo e documentos de licitação e seleção, que não puderam ser concluídos em prazo adequado ao do acordo de empréstimo.

#### **4.4.1. INCONSISTÊNCIA NA ELABORAÇÃO DE ALGUNS TERMOS DE REFERÊNCIA, ESPECIFICAMENTE NOS CASOS DE:**

- (i) Desenvolvimento da Infraestrutura de Dados Espaciais ambientais do Estado do Paraná – IDE, sob responsabilidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, com valor previsto de R\$ 6.650.474,00, cujo contrato não foi assinado após a constatação de omissão de atividades previstas no termo de referência;
- (ii) Desenvolvimento da solução de Sistema Integrado de Gestão Tributária – SGT, que exigiu prorrogação do prazo de execução superior ao prazo de vigência do acordo de empréstimo passando sua conclusão a ser de responsabilidade do Estado/ SEFA, com recursos próprios, estimados em R\$ 16.495.947,04.

#### **4.4.2. ATRASO NA PREPARAÇÃO DOS DOCUMENTOS RELATIVOS A INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS**

Termos de Referência, memória de cálculo e documentos de licitação e seleção, que não puderam ser concluídos em prazo adequado ao do acordo de empréstimo, especialmente nos seguintes subcomponentes:

##### **4.4.2.1. Subcomponente 2.2.: Modernização Institucional**

A ação de revisão da estrutura administrativa do estado, que dependia da formulação do planejamento estratégico do estado, atrasou, impactando na preparação do termo de referência e inviabilizando a sua implementação por ultrapassar o prazo de vigência do acordo de empréstimo;

##### **4.4.2.2. Subcomponente 2.3.: Gestão mais Eficiente dos Recursos Humanos**

A ação dependia da formulação do planejamento estratégico e a sobrecarga de atribuições das equipes responsáveis pela formulação dos termos de referência, impediu sua conclusão em tempo hábil à execução; caso das ações de fortalecimento dos controles das despesas com o pessoal,

dimensionamento da força de trabalho e modernização do serviço de saúde ocupacional; pela mesma razão as ações referentes ao dimensionamento da frota de veículos oficiais do estado e a digitalização dos documentos do Arquivo Público do Estado;

#### 4.4.2.3. Subcomponente 2.6.: Apoio ao Desenvolvimento do Sistema Estadual de Gestão de Riscos e Desastres

A preparação do termo de referência e a correspondente memória de cálculo para instruir o processo de contratação do desenvolvimento do mapeamento de áreas urbanas inundáveis não foi concluída em prazo adequado a sua execução no período de vigência do contrato.

#### 4.4.2.4. Subcomponente 2.7.: Educação

Em função da especificidade do objeto e das múltiplas atividades sob responsabilidade dos técnicos, não foi possível concluir em tempo hábil o termo de referência que tinha como objeto a avaliação do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE).

#### 4.4.2.5. Subcomponente 2.8.: Saúde

Os termos de referência dos cursos de capacitação destinados aos profissionais de saúde que atuam nos Programas Rede de Urgência e Emergência e Rede Mãe Paranaense foram concluídos quando não havia mais tempo hábil para sua execução com recursos do financiamento e a realização ficou programada para ocorrer com recursos próprios do estado.

### **4.4.3. PROCEDIMENTOS E TREINAMENTOS RELATIVOS AS NORMAS DE AQUISIÇÕES E SELEÇÕES NO ÂMBITO DO PROJETO**

Desde o início da execução do projeto, a UGP/SEPL dedicou-se em preparar as equipes dos órgãos executores na preparação dos documentos padrão do Banco Mundial, principalmente os Termos de Referência (TDR) dos diversos projetos e dos documentos de contratação. Para tanto, organizou e desenvolveu treinamentos sobre os procedimentos estabelecidos nas Diretrizes do Banco Mundial relativamente a execução dos programas.

Para os treinamentos, foram preparados documentos de apoio e organizadas oficinas sobre a execução do plano de aquisições, sobre elaboração de Termos de Referência (TDR), de editais, de documentos de manifestação de interesse e de solicitação de propostas. Ainda, oficinas sobre os procedimentos preconizados nas diretrizes a respeito da condução dos procedimentos licitatórios nacionais e internacionais.

Além destas oficinas, foram organizadas e conduzidas pela UGP/SEPL oficinas em regionais da saúde para orientação das equipes executoras de ações dos projetos de saúde e pertencentes às prefeituras municipais envolvidas como co-executoras.

Membros da equipe da UGP/SEPL participaram das seções de licitação, tanto das presenciais quanto das eletrônicas, com vistas a avaliar a condução desses procedimentos e verificar a sua aderência às normas do Banco.

A UGP/SEPL promoveu com os responsáveis de cada um dos programas do projeto discussões sobre a forma mais adequada de organizar a execução dos diversos programas, incluindo a melhor adequação dos termos de referência às Diretrizes do BIRD e às normas do Estado.

Foi estabelecido um conjunto de procedimentos para disciplinar as atividades operacionais que formalizam a relação da UGP/SEPL com os executores das ações que envolvem o Projeto Multissetorial e, do estado com o BIRD.

Concluídos os diversos procedimentos de licitação ou de seleção, a UGP/SEPL, em conjunto com os técnicos das unidades executoras, conforme o caso participava da reunião de negociação do respectivo contrato. Em seguida, encaminhava a articulação com o BIRD quanto à obtenção da não objeção do BIRD à assinatura dos contratos. Desde a fase de negociação final de cada contrato houve sempre a participação dos técnicos da UGP/SEPL em apoio a equipe da unidade administrativa responsável pela sua execução.

Ressalte-se como de importância fundamental para o sucesso dos diversos contratos concretizados no Projeto Multissetorial, a reunião prévia entre os contratados e os técnicos do estado disciplinando a execução, monitoramento, recebimento, avaliação da conformidade e aceitação de cada produto contratado.

#### **4.5. FATOR DE RISCO DO PROJETO**

Quando da assinatura do Acordo de Empréstimo nº 8.201-BR, o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná foi classificado pelo Banco Mundial na faixa de “Alto Risco” (High Risk Implementing Agency), classificação natural atribuída ao início de qualquer projeto financiado pela instituição, uma vez que as aquisições e seleções são orientadas por normas internacionais específicas diferentes da legislação nacional. À medida que diversos procedimentos de contratação foram executados, incluindo consultorias e licitações internacionais, houve a assimilação das normas internacionais e em função do desempenho da equipe de gerenciamento do projeto, o Banco foi

reduzindo gradativamente a faixa de risco para o nível mais baixo de sua classificação. Assim, a partir de outubro de 2015 o risco foi reduzido para “Substancial” (Substantial Risk Implementing Agency), em abril de 2016 foi reduzido para “Risco Moderado” (Moderate Risk Implementing Agency) e a partir de 2017 foi classificado para “Baixo Risco” (Low Risk Implementing Agency), o nível mais baixo de classificação que adota.

Com a redução da classificação de risco do Projeto pelo Banco, o Estado passou a ter maior autonomia na execução, reduzindo sensivelmente os processos sujeitos a revisão prévia pelo Banco Mundial, conforme indicada na Tabela 22:

Tabela 17: Valores de Revisão Prévia

TIPO DE DESPESA		VALORES DOS PROCESSOS EM US\$			
		JANEIRO 2014	OUTUBRO 2015	ABRIL 2016	JANEIRO 2017
		ALTO RISCO	RISCO SUBSTANCIAL	RISCO MODERADO	BAIXO RISCO
OBRAS	LPI	Todos	Todos	Todos	Todos
	LPN	> 3.000.000	> 10.000.000	> 15.000.000	> 15.000.000
BENS	LPI	Todos	Todos	Todos	Todos
	LPN	> 500.000	> 1.000.000	> 3.000.000	> 4.000.000
SERVIÇOS (NÃO CONSULTORIA)	LPI	Todos	Todos	Todos	Todos
	LPN	> 500.000	> 1.000.000	> 3.000.000	> 4.000.000
CONSULTORIAS	Firmas	> 300.000	> 500.000	> 1.000.000	> 2.000.000
	Individual	> 100.000	> 200.000	> 300.000	> 400.000

#### 4.6. SISTEMA DE GERENCIAMENTO, MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS (SIGMA-PP)

A SEPL, no contexto do fortalecimento das negociações com organismos internacionais para a tomada de empréstimos, retomou as tratativas com a CELEPAR, objetivando o desenvolvimento de um sistema para a gestão e acompanhamento de programas e projetos.

No primeiro semestre de 2012, já com a perspectiva de assinatura do Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial, a SEPL formalizou a contratação da CELEPAR para o desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Acompanhamento de Programas e Projetos (SIGMA-PP), plataforma oficial do Governo do Estado do Paraná concebida para gerenciar, monitorar e acompanhar programas e projetos vinculados a operações de crédito interno e externo.

Como estratégia metodológica optou-se por dividir o desenvolvimento do sistema em módulos independentes, porém complementares, que foram denominados “pacotes”.

Sendo assim, o primeiro pacote contemplou funções operacionais com foco para o atendimento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, considerando o estágio avançado das negociações com o Banco Mundial. Entre as principais funcionalidades desenvolvidas é possível destacar:

- (iii) O cadastro da estrutura de programas e projetos, seus executores e as iniciativas do Plano Plurianual (PPA) envolvidas;
- (iv) A elaboração e o acompanhamento do Plano Operativo Anual (POA) - ações, atividades, responsáveis, recursos financeiros e período de execução;
- (v) Integração efetiva com o Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro (SIAF), da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), dando confiabilidade aos controles financeiros;
- (vi) Detalhamento dos empenhos e pagamentos, possibilitando o link entre informações financeiras e ações físicas;
- (vii) Produção e impressão de relatórios de acompanhamento físico e financeiro, embasando as solicitações de desembolso junto aos agentes financiadores;
- (viii) Monitoramento de indicadores de produto, de resultado intermediário e de resultado final, através do cadastro e acompanhamento do modelo lógico dos programas.

Seu desenvolvimento teve início em 2012 e em 2016 foi implantado o módulo financeiro, com apresentação aos coordenadores e treinamentos para as pessoas operacionalizarem o sistema. Em julho de 2016, foi implantado no sistema, os pagamentos do 1º desembolso do Projeto Multissetorial. Em 2017 foi implantado o módulo de acompanhamento e monitoramento físico do Projeto.

O principal objetivo da plataforma é proporcionar maior agilidade, transparência, confiabilidade nas informações prestadas e ser uma ferramenta de gerenciamento e acompanhamento de projetos.

Hoje, o SIGMA-PP está operando o módulo financeiro e físico do Projeto Multissetorial e atendendo outras operações de crédito em execução no Estado do Paraná.

## **4.7. ALTERAÇÕES NA EQUIPE DO PROJETO, DO BANCO MUNDIAL E DIRIGENTES DO ESTADO**

### **4.7.1. MUDANÇA DE EQUIPE DO PROJETO**

A coordenação geral da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), foi alterada durante a execução por três vezes, porém, apesar desta

descontinuidade, a maior parte da equipe permaneceu durante toda a execução o que não chegou a prejudicar o desenvolvimento do mesmo.

#### **4.7.2. MUDANÇAS NOS DIRIGENTES DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES (SEPL)**

A SEPL, como gestora do projeto, sofreu neste período, alteração em cinco oportunidades de seu secretário, fato, que dificultou a gestão por parte da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), já que cada troca provocava mudanças da equipe ligada ao mesmo, dificultando o entendimento do projeto, fluxo e aprovação de documentos e a própria implementação de atividades de responsabilidade dos novos dirigentes, como, a ordenação de despesas do Componente 2 do projeto.

#### **4.7.3. MUDANÇAS DO GERENTE DO PROJETO POR PARTE DO BANCO MUNDIAL**

O Banco Mundial, durante o período de execução, mudou quatro vezes a gerência do projeto, desde a etapa de negociação até o encerramento, o que ocasionou muitas vezes um desconhecimento do projeto e de entendimento dos acordos firmados anteriormente.

#### **4.8. PROBLEMAS CONJUNTURAIS E SUAS IMPLICAÇÕES (2014 - 2015)**

No âmbito de fatores conjunturais do país e do Estado, esses trouxeram uma série de desafios para a implementação do projeto. Em particular, as restrições orçamentárias no segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015, o período eleitoral no final do ano de 2014, e a alta taxa de câmbio afetaram a capacidade de execução dos programas do governo (O projeto foi negociado em uma relação US\$/R\$ de 2,00 e alcançou 4,19 em setembro de 2015 – aumento de 110%), inclusive aqueles que fizeram parte do Projeto.

Os problemas orçamentários e financeiros que travaram o projeto por praticamente um ano foi alvo de explicações e tratativas com o Banco Mundial e Secretário da Fazenda, por ocasião da missão ocorrida no período de 31 de agosto a 04 de setembro de 2015. O chefe da pasta confirmou a falta de disponibilidade orçamentária para o atendimento integral da execução financeira para o exercício de 2015. Contudo, garantiu a disponibilidade financeira para execução do projeto no ano seguinte, inclusive para repor os fundos não liberados de 2015.

O projeto ficou mais de 10 meses sem realizar desembolso para a manutenção das despesas dos programas de gastos elegíveis, de maio de 2015

até março de 2016. Período que enfrentou sérias dificuldades para cumprir com as metas financeiras e dos DLI's.

#### **4.9. REFORMULAÇÃO DO SIAF E IMPLICAÇÕES COM RELAÇÃO AO PROJETO**

No exercício de 2018, especificamente, com a implantação do novo SIAF, surgiram diversas inconsistências relacionadas ao SIGMA-PP. Dificuldades de integração entre dos dados do SIGMA-PP e o Novo SIAF, a título de exemplo, permitiram a emissão dos Relatórios Interinos (IFR) não auditados do exercício de 2018 somente em 2019. Houve impacto, ainda, na conciliação bancária da conta designada. Em 31 de dezembro de 2018, a diferença não conciliada entre os pagamentos evidenciados no extrato bancário e na base de dados foi de R\$ 348.325,47.

A integração definitiva entre o SIGMA-PP e o novo SIAF só foi efetivada em 2019. Mesmo após a integração dos sistemas, o Projeto Multissetorial continuou sofrendo com a instabilidade do SIAF e suas alterações de base de dados e correções de informações.

#### **4.10. SISTEMA DE GESTÃO DE PLANOS DE AQUISIÇÕES (SEPA)**

Durante a execução do Projeto Multissetorial, o Banco Mundial disponibilizou a plataforma denominada Sistema de Gestão de Planos de Aquisições (SEPA). Em função da adoção desta plataforma, houve a necessidade dos técnicos da UGP/SEPL participarem de capacitação oferecida pelo Banco Mundial e a inclusão do Plano de Aquisições do Projeto na plataforma SEPA. Embora as versões do Plano de Aquisições necessárias à execução do Projeto tenham sido atualizadas no sistema, a plataforma era instável e não dispunha de muitos recursos para facilitar a interlocução com o Banco.

#### **4.11. SYSTEMATIC TRACKING OF EXCHANGES IN PROCUREMENT (STEP)**

A plataforma SEPA foi substituída pela plataforma Systematic Tracking of Exchanges in Procurement - STEP, o que exigiu a participação dos técnicos da UGP/SEPL em novos treinamentos. A plataforma online se mostrou mais estável e confiável que a anterior. Contudo, o sistema apresentou diversas necessidades de adequações e correções, processo natural à implantação de um novo sistema. A equipe da UGP/SEPL realizou diversas interlocuções com a equipe do Banco Mundial responsável pelo sistema para adequar os processos e contratos ao STEP.

## 5. SUSTENTABILIDADE DO PROJETO PÓS OPERAÇÃO

Compreende-se como sustentabilidade para o Componente 1, a manutenção, continuidade e aperfeiçoamento dos programas, investimentos e atividades apoiadas com recursos próprios do estado ou de outras fontes.

Compreende-se como sustentabilidade para o Componente 2 - assistência técnica a manutenção das atividades com recursos próprios, incluindo os aspectos financeiros, a incorporação da tecnologia, os aspectos técnicos e normativos necessários para a implantação dos planos de desenvolvimento regional, gerenciamento dos sistemas que proporcionaram a melhoria dos processos e modernização do setor público. Além disso, a sustentabilidade visa a manutenção da destinação e do uso adequado aos objetivos estipulados e a necessidade do Estado referente aos produtos decorrentes dos contratos apoiados pelo Acordo de Empréstimo nº 8.201-BR.

A seguir a descrição dos aspectos relativos à sustentabilidade de cada uma das atividades financiadas no âmbito dos componentes 1 e 2 do Projeto.

### 5.1. COMPONENTE 1

#### 5.1.1. PROGRAMA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL (PRÓ-RURAL)

Em função da experiência acumulada o Estado:

- (i) Criou um Programa de Cooperativismo da Agricultura Familiar e o Comitê de Cooperativismo, para estruturar ações programáticas em cooperativismo;
- (ii) Foi criado e estruturado um Programa de Negócios, Mercados e Cooperativismo na EMATER/PR, com a implementação de um protocolo para a realização do trabalho junto as organizações rurais (adesão, cadastro/diagnóstico, planejamento, execução e manutenção);
- (iii) Iniciou-se o acompanhamento técnico sistemático à 160 associações e cooperativas através da chamada pública da ANATER, sendo 70 pela EMATER/PR e 90 pela ADEOP (ONG);
- (iv) Lançamento de novo edital em 2019, para dar continuidade ao apoio a projetos de negócios sustentáveis junto a associações e/ou cooperativas com recursos do orçamento do Estado. Foram recebidas 237 propostas, das quais foram selecionadas e aprovadas 117 e um montante a ser repassado de R\$ 38 milhões;

- (v) Ampliou o atendimento a outros sete consórcios municipais, com recursos do orçamento do Estado, para apoiar em parceria com municípios a adequação das estradas rurais.

### **5.1.2. PROGRAMA GESTÃO DE SOLO E ÁGUA EM MICROBACIAS**

- (i) Sistemas de abastecimento de água no meio rural - assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) para a continuidade da implementação de medidas corretivas, para assegurar o funcionamento dos sistemas pós término do Acordo de Empréstimo com previsão de Investimento de 10 milhões de reais, no prazo de 36 meses, para infraestrutura de distribuição, modelo de gestão, mobilização e qualificação comunitária;
- (ii) Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias - A Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB) em parceria com FAEP/SENAR-PR e outras instituições lançou e estão implementando o Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (PROSOLO), que dará continuidade as ações implementadas e em implementação pelo Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias. Este programa publicou em 2019, o Manual de Manejo e Conservação do Solo e da Água para o Estado do Paraná.

### **5.1.3. PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS E PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

A sustentabilidade do Programa de Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental e do Programa de Fortalecimento de Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos se reflete em medidas adotadas e condições observadas na estrutura governamental e no planejamento de novos projetos e ações. Para ambos os programas, destacam-se os seguintes aspectos:

- (i) A fusão do IAP, ITCG e AGUASPARANÁ em uma única autarquia ambiental: o Instituto Água e Terra (IAT), que permitirá uma melhor articulação ligada a gestão das águas e solos e o fortalecimento do tripé Meteorologia-Geologia-Cartografia-Hidrologia;
- (ii) Dentro do recém-criado IAT, a implantação do Núcleo de Inteligência Geográfica e da Informação, com o objetivo de integrar todos os sistemas de gestão ambiental e dados geográficos

herdados das três antigas autarquias ambientais, e buscar aprimorar a qualidade e acessos dos dados;

- (iii) A permanência dos técnicos nas instituições, de forma a haver possibilidade de aproveitamento desta curva de aprendizagem para o desenvolvimento de novas ações e projetos;
- (iv) A continuidade das ações implementadas em ambos os programas traduzidas na estruturação do Projeto Inovação Ambiental Paraná (i9 Ambiental).

São aspectos relevantes que indicam a sustentabilidade do Programa de Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos o fortalecimento da Defesa Civil dentro do organograma do Estado, passando de diretoria para órgão, e a intenção da atual gestão de incluir a sustentabilidade das redes de monitoramento estaduais como projeto de governo, mantido pelos diversos atores envolvidos.

São aspectos relevantes que indicam a sustentabilidade do Programa de Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental a previsão de realização de concurso público para o IAT para o primeiro semestre de 2020 para cargos relacionados às atividades de licenciamento e outorga; o contrato de ampliação do SIGARH, com início em fevereiro de 2020; e a ampliação de parcerias com federações, cooperativas e outras entidades para capacitação, disseminação e utilização dos sistemas desenvolvidos.

#### **5.1.4. PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

A constante melhoria da qualidade do ensino é dever constitucional do Estado na garantia do direito à aprendizagem, que todo cidadão brasileiro conquista ao nascer sob a tutela de uma sociedade democrática. No cumprimento desse dever, um sistema de avaliação assume papel estratégico, subsidiando as intervenções necessárias para a promoção da equidade e da efetividade do ensino-aprendizagem que acontece na rede pública estadual do Paraná. Para tanto, o Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem (SAEP) trouxe a possibilidade de diagnosticar o estágio de aprendizagem, bem como analisar a evolução do desempenho de cada aluno avaliado, possibilitando a definição de ações prioritárias de intervenções voltadas para o processo de melhoria da educação. Os resultados decorrentes dessas provas subsidiam as correções das lacunas evidenciadas e orientam o direcionamento de recursos técnicos e financeiros para áreas prioritárias. Neste sentido o SAEP foi realizado ao final do ano de 2019 e terá continuidade em 2020, com a finalidade de assegurar a retroalimentação e continuidade deste processo iniciado em 2012.

Cita-se também a presença desta ação no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, cuja meta é a realização de avaliações diagnósticas e de desempenho da educação básica.

### **5.1.5. PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO**

Quanto a continuidade das ações de formação continuada, verifica-se que no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 foi prevista a implantação de programa de formação continuada presencial, à distância ou híbrida, em diferentes temas da educação e das áreas de conhecimento e disciplinas do currículo da educação básica, para professores, equipes pedagógicas e equipes gestoras. O Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) permanece na agenda governamental do executivo conforme Lei Estadual Complementar nº 130 de 14 de julho de 2010, que regulamenta o programa, figurando no PPA vigente como ação a ser desenvolvida. Nesse contexto, foi instituído através de Resolução nº 4.600/2019 da SEED um Grupo de Trabalho com o objetivo de rediscutir o PDE e propor novas orientações para o programa.

### **5.1.6. PROGRAMA RENOVA ESCOLA**

As ações do Renova Escola relacionadas a reformas e reparos de unidades escolares são parte inerente da missão e escopo do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR), que continuará a atender os estabelecimentos de ensino em suas necessidades estruturais com fornecimento de materiais, reformas e ampliações, conforme consta no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023.

### **5.1.7. PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE**

Para os dois programas da saúde, os investimentos feitos com o financiamento do Banco Mundial contribuíram para as ações e organização interna que hoje estão consolidadas e foram mantidos no mesmo nível dentro Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 do Estado do Paraná, para dar sustentabilidade às políticas de saúde implementadas.

## **5.2. SALVAGUARDAS**

### **5.2.1. ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS (EPPI)**

Ações similares àquelas contidas no escopo dos Programas PRÓ-RURAL da SEAB, Formação em Ação e Renova Escola da SEED e Rede Mãe Paranaense

da SESA já vinham sendo desenvolvidas junto às populações indígenas mesmo antes do início do Projeto Multissetorial e terão continuidade, uma vez que vem ao encontro das demandas dessas populações.

Nesse sentido, vale salientar que o Estado do Paraná é referência entre os Estados do sul do Brasil no atendimento às populações indígenas, sobretudo nas políticas dos setores de educação e saúde.

Todas as 36 escolas localizadas em terras indígenas, independentemente do nível de ensino são de responsabilidade do Governo do Estado do Paraná.

Considerando a vulnerabilidade das populações indígenas, em especial as altas taxas de gravidez, inclusive de gravidez na adolescência por razões culturais, a SESA manterá um monitoramento constante dos indicadores e a execução de ações específicas para atender essas populações.

A equipe técnica do Instituto EMATER/PR, vinculado à SEAB, é acionada com frequência para a implementação de programas de outras secretarias de estado e até de instituições do governo federal relacionados a combate à pobreza e atendimento a populações sociais frágeis (como é o caso dos indígenas), dada a sua capilaridade no interior do Estado. Como por exemplos cita-se a implementação do Programa Família Paranaense, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Família (SEDS)<sup>40</sup> e os Programas Bolsa Família e de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal.

### **5.2.2. MARCO REFERENCIAL DA POLÍTICA DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO**

A sustentabilidade das ações que figuraram o escopo do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário (readequação de estradas rurais do Programa PRÓ-RURAL; instalação de sistemas de abastecimento de água do Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias; reparos, reformas e ampliações em escolas do Programa Renova Escola e construções, reformas, ampliações e construções do Programa Rede Mãe Paranaense) já foi abordada em tópico específico referente a cada um dos programas.

Aqui é importante recuperar sucintamente o já exposto no tópico que apresentou os resultados alcançados pela implementação do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário com o objetivo de evidenciar que as discussões para a elaboração do documento contribuíram efetivamente para o aprimoramento dos processos operacionais das ações, tendo sido

---

<sup>40</sup> Na reforma administrativa do Estado promovida pela Lei Estadual nº 19.848 de 03 de maio de 2019, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDS) passou ter a dominação de Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUT).

incorporadas orientações do Marco aos procedimentos adotados na rotina do Estado.

Para destacar alguns exemplos de procedimentos que foram qualificados cita-se: as consultas aos agricultores que podem ser ao mesmo tempo beneficiários e afetados pela implementação das intervenções realizadas para a readequação de estradas rurais e instalação de sistemas de abastecimento de água.

### **5.2.3. MARCO DE GESTÃO AMBIENTAL**

As orientações / exigências contidas no Marco de Gestão Ambiental do Projeto estão alinhadas com a legislação das esferas nacional e estadual que regem as questões ambientais, sanitárias e de segurança pública e são assumidas nos procedimentos rotineiros de atuação das secretarias de Estado.

## **5.3. COMPONENTE 2**

### **5.3.1. SISTEMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA (SGT)**

Foi financiada a atividade que tem por objeto a aquisição de Solução Integrada de Gestão Tributária para o Estado do Paraná, compreendendo o fornecimento de software e dos serviços de consultoria, parametrização, customização e capacitação.

A estratégia de implantação previu a aquisição de solução de software, customização e parametrização para a necessidade da SEFA, transferência de tecnologia e capacitação.

O projeto de implantação do Sistema de Gestão Tributário (SGT) adotou procedimento no qual o fornecedor entrega uma sequência de subprodutos descritos no plano de trabalho que ao final consubstanciam os quatro macros produtos contratados - ITCMD, IPVA, ICMS e SIMPLES. O contrato previu os pagamentos à medida que os subprodutos relacionados no cronograma físico financeiro contratado fossem entregues e aceitos, desde que dentro do prazo de vigência do Acordo de Empréstimo.

Quando da assinatura do Acordo de Empréstimo, foi acordado com o Banco Mundial o arranjo institucional para execução do Projeto Multissetorial. Esse arranjo previa que a contratação das atividades contempladas no Componente 2 do projeto seria concentrada no orçamento da SEPL, com a respectiva execução pelo órgão integrante da estrutura do estado do Paraná responsável pelo objeto contratado. É o caso do desenvolvimento do Sistema de Gestão Tributária, contratado pela SEPL, em obediência ao acordado com o

Banco Mundial, mas executado pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), responsável pela gestão tributária do Estado.

O Estado e Banco entenderam que até o final do prazo de vigência do Acordo de Empréstimo o arranjo institucional do Projeto Multissetorial deveria ser mantido, após a sua conclusão não haveria nenhum impedimento de ser alterado o representante do Estado para a execução do remanescente do objeto contratado com recursos do orçamento do tesouro. Desta forma, foi mantido por meio de termo aditivo, o arranjo institucional acordado com o Banco, permanecendo a SEPL como representante do Estado do Paraná e a SEFA como responsável pela execução do objeto durante o prazo de vigência do acordo de empréstimo (até 30 de novembro de 2019). Após expirar o prazo de vigência do acordo de empréstimo com o Banco, a SEFA passou a ser a única representante do Estado do Paraná no contrato em tela e a única responsável por sua execução.

No âmbito do Projeto Multissetorial os módulos relativos aos impostos IPVA e ITCMD foram desenvolvidos e disponibilizados em paralelo no ambiente de produção do sistema em novembro de 2019. A continuidade e a sustentabilidade da atividade de desenvolvimento do sistema, no que se refere à conclusão dos produtos ICMS e SIMPLES, após a conclusão do Acordo de Empréstimo, está sendo realizada por meio dos recursos próprios do Estado.

### **5.3.2. ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

O contrato que teve por objeto a execução dos serviços de atualização do cadastro imobiliário do Estado do Paraná foi executado na sua integralidade. Entre os objetivos da contratação constava a melhoria da gestão do patrimônio imobiliário do Estado do Paraná e das autarquias, por meio de atualização do cadastro dos bens imóveis, nos seus 399 municípios.

Neste contexto, 4.037 levantamentos foram contratados, sendo que 4.090 foram realizados durante a execução contratual. Durante a execução do projeto, o Sistema de Gestão Patrimonial (GPI) foi atualizado permitindo a melhoria da gestão patrimonial de imóveis do Estado. Além disso, o Estado atualizou a legislação relativa ao manual de gestão de bens imóveis disciplinando o tema no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Paraná.

Parte dos imóveis atualizados pelo levantamento imobiliário foi alienada possibilitando ao Estado capacidade financeira para investir na gestão patrimonial do Estado.

### **5.3.3. DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO INTEGRADA PARA A CGE/PR**

A contratação teve por objeto o serviço de consultoria especializada nas áreas de planejamento e desenvolvimento de ferramentas de tecnologias integradas voltada principalmente para o controle da Gestão Pública, contemplando os Sistemas de Controle Interno, de Ouvidoria, de Corregedoria e de Transparência e Acesso a Informação.

Entre os objetivos da contratação constava desenvolver e implantar soluções de tecnologia da informação tendo como referência o diagnóstico primário, permitindo a execução de atividades como: detecção, prevenção e correção de erros avaliados e apontados, bem como a compensação dos controles frágeis onde os riscos são elevados. Da mesma forma a consultoria realizou capacitação os técnicos designados pela Controladoria Geral do Estado (CGE) na utilização do modelo proposto.

O contrato foi integralmente executado, a consultoria contratada forneceu a Controladoria Geral do Estado (CGE) à ferramenta de tecnologia, o código-fonte e realizou a transferência da tecnologia para a Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR). Também foi realizada a capacitação operacional e treinamento técnico para manutenção da ferramenta pela CELEPAR. Foram promovidas capacitações com os servidores da CGE em transparência, compliance, ouvidoria, controle interno e corregedoria, e implantado um modelo de treinamento contínuo para os servidores.

### **5.3.4. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA O LITORAL DO PARANÁ (PDS\_LITORAL)**

O Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Litoral do Paraná (PDS\_LITORAL) foi orientado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas para a realidade do litoral paranaense. O projeto em questão teve por objetivo traçar as diretrizes estratégicas para o desenvolvimento sustentável do litoral do Paraná, respeitando as peculiaridades de cada município e garantindo o protagonismo dos atores locais no processo de elaboração e implantação do PDS\_LITORAL.

O contrato foi integralmente executado. A elaboração do plano contou com a participação da população e da sociedade civil por meio da realização de diversas oficinas e audiências públicas e onde mais de 2000 pessoas

envolveram-se nos eventos promovidos. Como resultado desta participação, foram elaborados 76 projetos, organizados em 10 programas e 5 eixos de estudos, dos quais diversos projetos estão em fase de implantação. Além disso, está previsto a constituição de um grupo de trabalho, na Secretaria de Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL), para implantação das ações previstas no Plano Desenvolvimento Sustentável para o Litoral do Paraná.

### **5.3.5. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES DE LONDRINA, APUCARANA E MARINGÁ (PLANO DA METRÓPOLE PARANÁ NORTE)**

O contrato em questão teve por objeto a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Eixo das Metrôpoles Londrina, Apucarana e Maringá, denominado PLANO DA METRÓPOLE PARANÁ NORTE. O objetivo geral foi traçar diretrizes e definir ações estratégicas para a organização, desenvolvimento sustentável e consolidação de uma região composta por três regiões metropolitanas e um núcleo formado por um corredor urbano abrangendo quinze cidades a que se denominou Metrópole Paraná Norte.

O contrato foi integralmente executado. A elaboração do Plano contou com a participação da população e da sociedade civil por meio da realização de diversas oficinas e audiências públicas, onde mais de 700 pessoas envolveram-se nos eventos promovidos. Como resultado desta participação, foram desenvolvidos 5 eixos, 29 programas e 128 ações. Além disso, está previsto a instituição de um grupo de trabalho, na Secretaria de Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL), para implantação das ações previstas no Plano da Metrópole Paraná Norte.

### **5.3.6. CAPACITAÇÃO ESTRATÉGICA NAS MODALIDADES PRESENCIAL E A DISTÂNCIA**

Teve por objeto a contratação de consultoria especializada para a produção e execução de cursos nas modalidades presencial e a distância por meio do Programa de Aprendizagem para Resultados foi concluída com a execução da totalidade dos produtos previstos.

A meta quantitativa pactuada com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), equivalente a 12.000 (doze mil) certificações, foi superada em 108%, visto que ao término do Contrato, foram efetivadas 25.000 (vinte e cinco mil) certificações.

A atividade foi estruturada em trilhas de aprendizagem, composta por um conjunto de cursos, seminários e workshops, nas modalidades presenciais e a distância. Quanto à sustentabilidade da atividade, todo o acervo produzido de modo customizado pela contratada, é de propriedade exclusiva da Escola de Gestão do Estado Paraná. A continuidade das atividades de capacitação do projeto ocorre por meio da utilização dos cursos produzidos em EAD disponíveis na Plataforma Moodle.

A Escola de Gestão poderá repetir os cursos quantas vezes julgar necessário e duplicar o material instrucional sem limite e sem que haja a obrigatoriedade de solicitar licença ou fazer pagamentos complementares.

### **5.3.7. SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA GESTÃO AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS (SIGARH)**

Teve por objeto a seleção de empresa especializada para desenvolvimento do Sistema de Informações para Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos (SIGARH), contemplando serviços de modelagem e mapeamento de processos de negócios, modelagem de dados, concepção e análise de sistemas, desenvolvimento e implantação de sistema, treinamento, transferência tecnológica, manutenção e suporte técnico.

O projeto teve por objetivo a implantação do Sistema de Informações para a Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos do Estado do Paraná (SIGARH), englobando as atividades de concepção, desenvolvimento e implantação de um sistema baseado em tecnologia web e geotecnologias, que possibilitasse a otimização e agilidade no tramite dos processos de negócios relacionados à outorga do uso de águas superficiais e subterrâneas, efluentes e obras e monitoramento de recursos hídricos e gestão de bacias hidrográficas por meio da disponibilização de serviços, ampliando a integração entre as instituições ambientais do Estado, reduzindo sensivelmente o retrabalho e aumentando a confiabilidade sobre as informações.

O contrato foi executado integralmente. O sistema foi implantado no ambiente da CELEPAR e foi realizada a transferência de tecnologia para o Estado, visando à manutenção evolutiva da ferramenta. A expansão do SIGARH está prevista no atual planejamento estratégico da Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDST) e Plano Plurianual (PPA) vigente.

### **5.3.8. SISTEMA METODOLÓGICO E MAPEAMENTO DE USO E COBERTURA DA TERRA**

Teve por objeto seleção de consultoria em engenharia especializada em cartografia e sensoriamento remoto para elaboração de Sistema Metodológico e Mapeamento de Uso e Cobertura da Terra, na escala 1:25.000, PEC A, a partir de imagens fornecidas pelo Estado, com resolução espacial de até 2 metros, resolução radiométrica de 12 bits, resolução espectral de 4 bandas, obtida entre os anos de 2013 e 2014, compreendendo uma área de aproximadamente 199.415 km<sup>2</sup> no Estado do Paraná.

O contrato foi executado integralmente. Os produtos do mapeamento do uso e cobertura da terra estão sendo amplamente utilizados pelas instituições públicas municipais, estaduais e federais. Além disso, existe previsão de utilização e integração dos produtos com novos projetos da área ambiental.

O Estado está trabalhando na formulação de um novo projeto para monitoramento da cobertura de florestas nativas e outros mapeamentos planialtimétricos, prevendo a continuidade da gestão de dados geoespaciais temáticos relevantes para a gestão ambiental e de riscos e desastres.

### **5.4. RESUMO DA VISÃO DOS BENEFICIÁRIOS E DOS PARCEIROS**

Não foram realizadas pesquisas específicas junto aos beneficiários dos programas e demais ações do projeto, porém, os canais de comunicação colocados à disposição da sociedade não registraram nenhum questionamento e/ou reclamação com relação aos mesmos.

Quanto aos parceiros executores, a avaliação resulta em que todos tiveram a oportunidade de crescer nos aspectos técnicos, gerenciais e de aperfeiçoar as estratégias operacionais de implementação dos seus programas.

### **5.5. PERFORMANCE DO BANCO**

O apoio do Banco Mundial durante a execução do projeto foi de fundamental importância na solução de problemas detectados bem como na orientação dos procedimentos administrativos e normativos, principalmente, com relação às diretrizes de aquisições.

Para tanto, o Banco Mundial visitou o Estado semestralmente, oportunidade em que os problemas foram tratados e seus acordos e encaminhamentos registrados em ajudas memória. Além das missões regulares, o Banco Mundial ainda encaminhou especialistas nas áreas específicas de saúde, educação, meio ambiente, agricultura, gestão pública, gestão financeira,

aquisições e salvaguardas que contribuíram e foram essenciais para a implementação e sucesso do projeto.

O Banco Mundial ofertou ainda, durante a execução do projeto, uma série de cursos voltados a vários aspectos técnicos e administrativos pertinentes à gestão e monitoramento do projeto que contribuíram em muito para a capacitação da equipe de técnicos envolvidos e para implementação do projeto.

Dentro deste contexto consideramos de fundamental importância o apoio técnico propiciado pelo Banco Mundial na execução do Projeto.

## 6. LIÇÕES APRENDIDAS

A seguir são explicitadas as principais lições aprendidas na gestão do projeto e na implementação de cada programa financiado por meio do Componente 1, das atividades envolvidas e financiadas pelo Componente 2 e das salvaguardas sociais, ambientais e de reassentamento involuntário envolvidas na execução do projeto.

### 6.1. GESTÃO DO PROJETO

- (i) Flexibilidade na gestão financeira dos recursos disponíveis para atender os investimentos prioritários;
- (ii) Participação intersetorial, permitindo um fórum de colaboração, integração e troca de experiências com foco no cumprimento de cada indicador;
- (iii) Responsabilidade dos setores envolvidos com relação ao cumprimento das metas previamente acordadas vinculadas aos desembolsos;
- (iv) Fortalecimento do sistema de Gestão por Resultados por meio de nova metodologia estabelecida para implementação de políticas públicas prioritárias das secretarias envolvidas;
- (v) Aprendizado contínuo obtido nas missões de supervisão semestrais com os setoriais do Banco Mundial;
- (vi) Sistema de Gerenciamento de Projetos implementado e customizado para a operação;
- (vii) Equipe multidisciplinar disponível na unidade de gerenciamento para atuar com os executores de projetos;
- (viii) Domínio das diretrizes de aquisições e dos processos de prestação de contas do Banco Mundial.

### 6.2. COMPONENTE 1

#### 6.2.1. PROGRAMA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL (PRÓ-RURAL)

**Apoio a Associações e/ou Cooperativas:** A experiência mostrou que o apoio financeiro deve ser precedido de um amplo processo de capacitação destas organizações em aspectos administrativos, legais, organizacionais, técnicos e financeiros e o resultado deste processo deve condicionar o apoio ou não do Estado a estas.

**Apoio a adequação de estradas rurais:** O PRÓ-RURAL, de forma piloto, implementou proposta de adequação de estradas rurais com a participação de consórcios intermunicipais. O processo de aquisição das patrulhas e seleção dos consórcios beneficiados, em função de ser uma licitação internacional, atrasou e só foi possível concretizar o repasse das patrulhas rurais aos consórcios no final do terceiro ano de execução do PRÓ-RURAL dificultando e comprometendo o acompanhamento da gestão dos mesmos e implementação da elaboração dos Planos de Gestão das Estradas Rurais.

**Regularização Fundiária:** Destacou-se que a superação dos principais entraves para a efetividade dos resultados deve considerar com a titularidade da propriedade da terra e exige negociações entre poderes e atores sociais para promover mudanças efetivas que garantam:

- (i) Padronização dos fundamentos legais, normativos e documentais da propositura da ação;
- (ii) Cooperação formal e efetiva entre esferas e instâncias de governo e outros atores sociais;
- (iii) Comprometimento do poder público (executivo e judiciário) e da sociedade com os resultados práticos da regularização da posse da terra para o desenvolvimento local.

## 6.2.2. PROGRAMA GESTÃO DE SOLO E ÁGUA EM MICROBACIAS

Na **Implantação de sistemas de abastecimento de água** evidenciou-se que:

- (iv) A estratégia de execução em desacordo com o planejamento requer negociação prévia com a Coordenação Geral e Coordenação Técnica, independentemente da situação exógena;
- (v) Para execução eficiente deve haver convergência de entendimento entre gestores, executores e o agente financiador dos objetivos, metas e resultados esperados do Projeto;
- (vi) Projetos com previsão de gestão comunitária necessitam de intenso trabalho de esclarecimento, mobilização e qualificação da comunidade, sendo recomendado a participação da comunidade desde o início da execução;
- (vii) Contabilização de despesas elegíveis anteriores a assinatura do Acordo de Empréstimo merece uma análise prévia do mérito, em consonância com o estabelecido no manual operativo do projeto.

### 6.2.3. PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

#### **Gestão do tempo para desenvolvimento e implementação de sistemas:**

Ações que envolvam o desenvolvimento e implementação de sistemas e soluções tecnológicas precisam de uma atenção especial há variável tempo, prevendo a revisão e/ou ajustes dos processos internos quando da implementação, além de estabelecer melhor consenso com as áreas técnicas envolvidas.

### 6.2.4. PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS

**Articulação entre atores:** A realização das ações do projeto exigiu a articulação de diferentes atores, entre os quais se podem listar a Defesa Civil, a SEMA - atual SEDEST, o SIMEPAR, a extinta MINEROPAR, incorporada pelo ITCG, o IAP e o AGUASPARANÁ, todos estes agora reunidos dentro do IAT, que trouxeram resultados e entregas positivas;

**Adequação a modelos de contratação:** Relata-se a necessidade de melhor capacitação e articulação dos aspectos operacionais do projeto, no tocante a padronização dos fluxos, protocolos e estruturação de termos de referência e licitações, a fim de evitar os problemas enfrentados.

### 6.2.5. PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

**Divulgação dos resultados:** A compreensão e interpretação dos conceitos relacionados à avaliação e, conseqüentemente, dos resultados produzidos só são representativos se forem divulgados e utilizados pela rede, NREs e escolas.

**Engajamento da Rede no processo de avaliação:** Ao longo do período, a avaliação de desempenho deixou de ser encarada como obrigação e passou a ser entendida como um compromisso assumido pelos atores da Educação, demonstra-se o engajamento da rede para com a ação de avaliação e entende-se que essa é necessária para a tomada de decisões e planejamento.

### 6.2.6. PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

**Análise de resultados:** Por se tratar de um processo de aperfeiçoamento dos saberes relacionados à atividade docente, a aferição do impacto das ações de formação na qualidade do ensino revela-se especialmente desafiadora, visto que o conhecimento adquirido em oficinas ou períodos de especialização (no caso do programa aqui relatado) não precisam ser necessariamente aplicados

no período subsequente à ação, e sim ao longo da carreira profissional do professor.

**Interlocução e integração:** Uma lição aprendida para o programa da Educação como um todo é a necessidade de maior interlocução entre as diferentes ações relacionadas ao comum objetivo de melhoria do ensino público.

**Abordagem de temas complementares durante as oficinas:** Percebeu-se um resultado positivo pela resposta dada dos docentes a questões apresentadas nas oficinas não necessariamente correlatas às disciplinas curriculares, como, por exemplo, o uso de tecnologias para aprendizagem, comportamento em sala de aula e bullying.

### 6.2.7. PROGRAMA RENOVA ESCOLA

**Treinamento dos executores:** A fim de promover celeridade nos processos e tramitações rotineiras do projeto, se revela necessário o treinamento constante dos envolvidos no projeto quanto às normas e procedimentos específicos exigidos pela instituição financiadora.

### 6.2.8. PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE

Uma das lições aprendidas que se tornaram importantes para a SESA foi a elaboração de termos de referência e a inclusão da cláusula antifraude e anticorrupção em todos os editais elaborados a partir das diretrizes do Banco Mundial.

## 6.3. SALVAGUARDAS

### 6.3.1. ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS (EPPI)

A elaboração de um documento tal como a Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI) do Projeto Multissetorial dá o devido destaque para as ações dos programas que serão executadas junto a um público específico como este, contribuindo sobremaneira para o monitoramento das ações.

Ademais, para que este consiga ser um instrumento adequado ao monitoramento de ações é preciso que estejam esclarecidas as metas anuais pretendidas. No caso da EPPI do Projeto Multissetorial, o documento foi sendo aprimorado ao longo do tempo, tendo cumprido plenamente esse objetivo somente depois de elaborados os planos operativos plurianuais dos programas.

As metas dos indicadores de monitoramento devem estar o mais diretamente possível atreladas as ações de governabilidade dos programas e não dependentes de fatores externos de contexto que nem sempre se concretizam impedindo o atingimento das metas.

A implementação das ações dos programas demonstrou de modo inquestionável a necessidade de que as estratégias operacionais sejam desenhadas de modo a se adaptar às especificidades culturais e de contexto das populações indígenas, sendo este fator determinante para o sucesso ou fracasso dos resultados.

O estabelecimento de uma rede de parcerias e o estabelecimento de equipes interdisciplinares para o trabalho junto aos povos indígenas contribui para ampliar o alcance de resultados.

### **6.3.2. MARCO REFERENCIAL DA POLÍTICA DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO**

O processo de elaboração e implementação do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário revelou que o desenho detalhado dos fluxos operacionais das ações facilita a identificação de responsáveis, responsabilidades e pontos críticos no processo que merecem maior atenção, dando as condições para a tomada de decisão e ação para atenuar riscos e solucionar problemas.

Além disso, o desenho do processo contribuiu sem sombra de dúvidas para a resolução de conflitos à medida que explicita e dá transparência as etapas de operacionalização das ações, diminuindo sobremaneira a margem para interpretações subjetivas.

Todo esse processo serviu para demonstrar que com cuidado, ponderação e determinação é possível não somente acatar, mas honrar os princípios mais gerais da Política de Reassentamento Involuntário do Banco Mundial e aplicá-los às situações específicas de execução do Projeto, adotando-se novos procedimentos que qualificam os processos, podendo-se com tranquilidade justificar a dispensa de exigências que por razões concretas não são aplicáveis ao contexto de execução das ações.

### **6.3.3. MARCO DE GESTÃO AMBIENTAL**

Mesmo em um projeto, como o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, cujo escopo seja composto de ações de baixo impacto ambiental ou que visem favorecer a preservação e conservação de recursos naturais, justifica-se a elaboração de um Marco de Gestão Ambiental

do Projeto para identificar os procedimentos que serão adotados e facilitar o monitoramento da implementação desses procedimentos.

A implementação do Marco de Gestão Ambiental trouxe aprendizados muito similares aqueles já mencionados no tópico relativo ao Marco Referencial de Reassentamento Involuntário, reafirmando-se a importância do desenho detalhado dos fluxos operacionais das ações e da definição de responsáveis e responsabilidades. Contudo, no caso do Marco de Gestão Ambiental as lições foram aprendidas e implementadas de modo tempestivo, possibilitando ganhos de resultados durante a execução do projeto.

## **6.4. COMPONENTE 2**

Além do legado proporcionado pelos resultados alcançados, sistemas implantados, processos aprimorados, a execução do projeto permitiu a equipe da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) e das unidades executoras um aprimoramento na execução das atividades técnicas, entre as quais podemos relacionar como as mais significativas:

### **6.4.1. APERFEIÇOAMENTO DA CAPACIDADE DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES**

Houve uma preocupação constante dos envolvidos no projeto da precisa definição do escopo de cada projeto e dos procedimentos que deveriam ser seguidos, tanto pelo contratante quanto pelo contratado para que os produtos intermediários fossem realizados e o objetivo pretendido fosse alcançado. O aprendizado incorporado estabelece um novo patamar da função de planejamento para o Estado.

### **6.4.2. ESTIMULO A ELABORAÇÃO DOS TDR POR EQUIPE MULTIDISCIPLINAR**

Estimulado pelo Banco Mundial e pela UGP, a elaboração de termo de referência envolvendo equipes multidisciplinares foi gradativamente sendo assumida pelos órgãos do Estado com bons resultados. Esse aprendizado se incorporou aos procedimentos do Estado, que percebeu a qualidade do resultado dos trabalhos conjuntos.

### **6.4.3. APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DE PROJETOS**

Houve um esforço contínuo dos envolvidos na execução dos programas do Projeto Multissetorial para gerenciar os projetos sob a perspectiva do cumprimento e do alcance dos resultados desde o início de cada atividade.

### **6.4.4. ASSIMILAR NORMAS INTERNACIONAIS NOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO E GERENCIAMENTO FINANCEIRO**

A regra fundamental dos processos padronizados pelo Banco Mundial da contratação da execução de obras e serviços comuns, na aquisição de bens e na contratação de serviços de consultoria é a adoção de procedimentos competitivos internacionais. Muitas dessas regras foram adaptadas aos procedimentos regulados pelas normas nacionais, visando aumentar a competitividade e a transparências das contratações deles decorrentes.

### **6.4.5. MELHORAR A CAPACIDADE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS NA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS**

O agente financeiro estabelece a avaliação dos riscos operacionais, contratuais e políticos como um procedimento indispensável, independente do montante de recursos envolvidos na execução do projeto. Uma das consequências para o Estado foi a assimilação dessa avaliação como um procedimento a ser adotado na fase de planejamento da execução e o monitoramento dos riscos e possíveis impactos durante toda a fase de execução dos projetos.

### **6.4.6. CAPACITAÇÃO CONTINUADA**

A implementação do projeto mostrou a necessidade de uma capacitação contínua dos técnicos da UGP, dos executores e dos demais envolvidos como prefeituras municipais, associações e cooperativas de produtores rurais sobre a correta utilização das diretrizes de aquisições do Banco Mundial na condução dos processos.

### **6.4.7. EFETIVA PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE DA UGP**

Foi adotada a diretriz de membros da equipe da UGP participarem efetivamente das ações de implantação do projeto pelos diversos órgãos envolvidos. Os técnicos da UGP participaram das seções de licitação, com vistas a avaliar a condução desses procedimentos e verificar a sua aderência às

normas do Banco Mundial, a participação foi estendida até a fase de negociação da contratação do proponente vencedor. A UGP promoveu com os responsáveis de cada um dos programas do Projeto discussões sobre a forma mais adequada de organizar a execução dos diversos programas, incluindo a melhor adequação dos termos de referência às diretrizes do BIRD e às normas do Estado. Foi estabelecido pela UGP um conjunto de procedimentos para disciplinar as atividades operacionais que formalizam a relação da UGP com os executores das ações que envolvem o Projeto Multissetorial e, do Estado com o BIRD. A adoção dos procedimentos relacionados permitiu a UGP realizar o controle e a gestão dos contratos, principalmente no componente de assistência técnica. Desta forma, foi possível prever a necessidade de intervenções nos contratos que indicavam algum possível descumprimento do cronograma de execução, permitindo a mitigação de maiores impactos na execução contratual

#### **6.4.8. ARRANJO INSTITUCIONAL DA EXECUÇÃO DO PROJETO MULTISSETORIAL**

Quando da formulação do Projeto Multissetorial, o Estado propôs um arranjo institucional, envolvendo os órgãos estaduais responsáveis pela execução das ações do projeto, o qual foi aceito pelo Banco Mundial. No arranjo proposto, havia ações, especialmente da área da saúde, agricultura e do meio ambiente, que envolviam a participação de prefeituras municipais e instituições de natureza privada, como hospitais credenciados, e organizações sem fins lucrativos, como cooperativas. No caso das prefeituras, o BIRD recomendou a realização de convênio com a finalidade de formalizar e deixar clara as responsabilidades de cada ente na execução das ações, o que foi feito.

Nessa fase de preparação das ações não houve alerta do Banco Mundial ou percepção do Estado, quanto às implicações de tal arranjo quando da futura execução das ações. Dentre as implicações que promoveram maior impacto podemos relacionar àquelas que envolviam as transferências de recursos financeiros para aplicação pelas prefeituras municipais. Depois de iniciada a execução, houve a exigência do cumprimento dos princípios das diretrizes do Banco pelos municípios que recebiam as transferências, inclusive quanto ao dispositivo que impedia a publicação do preço máximo nos editais de licitação. Esta exigência conflitava com procedimentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) que obrigava as prefeituras a publicarem em seu mural eletrônico os avisos de licitação, sendo que um dos itens obrigatórios era o preço máximo a ser admitido para o procedimento. Após extensas articulações,

o TCE concordou em promover alterações no aplicativo do mural eletrônico de forma a permitir a publicação sem a informação do valor máximo quando o procedimento era regido por normas de agente financeiro multilateral.

A partir das exigências do Banco quanto ao cumprimento das diretrizes, o Estado do Paraná instituiu programa de capacitação para os técnicos dos municípios, cooperativas e instituições credenciadas sobre os procedimentos que deveriam seguir. Podemos concluir que no caso de outras operações de crédito, a definição do arranjo institucional deve merecer especial atenção. Outra questão que decorre do arranjo institucional é a possibilidade de um dos entes conveniados não cumprir com suas obrigações ou as cumprir de modo insatisfatório. Além da possibilidade do ente que transferiu os recursos adotar ações para deles ser ressarcido, não há forma juridicamente viável de se obrigar o ente que descumpriu suas obrigações de executá-las com qualidade.

## **6.5. FINANCEIRO**

A Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) teve várias lições aprendidas, muitas delas refletiram nos dois aditivos ao contrato de empréstimo. Sejam elas no quesito de gestão, planejamento das atividades e implementação do projeto, como no próprio desenho de uma operação desta natureza.

O desenho de um Projeto Multissetorial voltado ao alcance de resultados, ou seja, várias unidades executoras que antes não eram acostumadas a interagir, passam a ter que trabalhar para cumprir metas relacionadas ao alcance de objetivos mútuos. Assim, se este tipo de operação for proposto com regras muito rígidas pode se tornar inexecutável no prazo de execução proposto.

Na avaliação do Banco e do Estado dos diversos fluxos de fundos de cada programa, no caso do Projeto Multissetorial, houve uma subestimação da capacidade dos executores em apresentarem as informações e documentos comprobatórios necessários e suficientes para as prestações de contas do Projeto. Especialmente, no quesito de atendimento das normas e diretrizes do agente financeiro que em muitos casos são divergentes das utilizadas localmente.

Os repasses de recursos aos coexecutores, municípios, associações de produtores, escolas da rede estadual, entre outros, mecanismo amplamente utilizado pelas secretarias da Saúde, Educação e Agricultura, se mostraram eficientes na implementação das ações propostas no Projeto. Porém, nos quesitos de monitoramento e prestação de contas apresentaram um degrau temporal para sua documentação e efetivação maior do que o esperado.

Por exemplo, uma das despesas elegíveis da operação estava relacionada às obras em Unidades Básicas de Saúde (UBS). Do momento da disponibilização dos recursos financeiros, em tranches, do Fundo Estadual de Saúde aos fundos municipais até a execução das obras de unidades básicas de saúde, pode passar de um exercício, fato que gera incertezas e insegurança na prestação de contas junto ao Banco e ao auditor.

No SWAP Paraná além de várias unidades executores e coexecutoras ainda houve um grande volume de recursos aplicados durante os seis anos de execução, mais de R\$ 3 bilhões, somando contrapartida e financiamento. Garantir a aplicação de normas e diretrizes específicas para tal volume de recursos financeiros distribuídos em diversas ações e executores é um desafio para confeccionar relatórios de monitoramento e demonstrativos financeiros semestrais.

Por outro lado, os riscos podem aumentar se aumentar a periodicidade de prestação e contas, tais como, de falta de efetividade ou não conformidade com as diretrizes do Banco. Esta operação sofreu com estes problemas no início de sua implementação. Ausência de documentos comprobatórios de que os procedimentos licitatórios ou contratos decorrentes efetivamente contemplam cláusulas antifraude e anticorrupção.

Também, houve a ineficiência do arranjo institucional para execução, a exemplo, dos sistemas de abastecimento de água para o atingimento dos objetivos do programa. Apesar da ação ter sido bem descrita no manual operacional, houve deficiências operacionais do órgão executor para o cumprimento de suas atribuições de fiscalização fixadas nos convênios firmados.

Mesmo com o desenvolvimento de um sistema de gerenciamento físico-financeiro, integrado ao sistema financeiro do Estado, foi complexo e trabalhoso o detalhamento das despesas elegíveis alocadas em nove programas de gastos elegíveis e um Componente de assistência técnica, com mais de 95 mil registros de pagamentos, ou seja, quase oito mil registros por semestre.

Outro desafio na gestão pública é a manutenção das equipes capacitadas e envolvidas no projeto ao longo de sua execução. As equipes da administração central e as equipes de apoio regionais e municipais foram alteradas durante a implementação da modalidade SWAP. As capacitações e treinamentos realizados tanto pelo Banco como pelo Estado nas fases iniciais foram descontinuadas com as mudanças de pessoas em alguns órgãos.

Então, é preciso manter um processo contínuo e sistêmico de capacitações e treinamentos para suprir as necessidades básicas de acompanhamento e gerenciamento do projeto de maneira descentralizada.

Como pontos positivos este Projeto deixou como legado uma unidade de gerenciamento adequada e capacitada para a execução de novas operações, sejam elas oriundas de operações de crédito como de programas governamentais.

O início da cultura de gestão por resultados foi implantado e disseminado no Estado, especialmente, nas unidades participantes do Projeto. Pela primeira vez, os diversos órgãos tiveram que participar de missões, reuniões e trabalhar juntos para o alcance dos objetivos do Projeto.

As ações implementadas, especialmente, relacionadas à gestão e modernização da gestão pública do Estado proporcionaram ganhos de eficiência na prestação de serviços e a possibilidade de realizar novas entregas mesmo com a diminuição do número de servidores públicos ao longo dos últimos anos.

O SIGMA-PP é um dos grandes produtos desenvolvidos a partir da implementação do SWAP, foi a resposta da equipe da SEPL para resolver um problema do Estado de prover informações para acompanhamento de seus programas prioritários.



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acordos de empréstimos internacionais são mecanismos complexos que exigem das equipes de trabalho muito treinamento e mobilização. O Estado do Paraná, por ocasião da elaboração e negociação do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, necessitou do comprometimento e esforço dos inúmeros técnicos e instituições envolvidas para o desenvolvimento do projeto.

Como o Estado do Paraná não elaborava projetos desse vulto há pelo menos 10 anos, as equipes encontravam-se desmobilizadas e a modalidade proposta pelo Banco Mundial era desconhecida, o que acarretou em um grande esforço de todos para a compreensão e operacionalização, e principalmente o comprometimento do Governo do Paraná para que os investimentos fossem prioritários em setores e programas estratégicos que promovessem o desenvolvimento econômico e social do Estado. Muitas discussões foram feitas para que os programas fossem assumidos pelo Governo como iniciativas orçamentárias nos Planos Plurianuais de 2012-2015 e no de 2016-2019.

A SEPL, por sua vez, como coordenadora do projeto, instituiu uma Unidade de Gerenciamento que contribuiu para o desenvolvimento e organização dos trabalhos. Muitos foram os atores que contribuíram para os resultados alcançados. O IPARDES, com suas contribuições metodológicas, foi fundamental durante todo o período de execução do projeto, mas principalmente nos momentos iniciais com a elaboração do Modelo Lógico que organizou os programas, objetivos e indicadores de monitoramento que foram utilizados até o final do projeto. A CELEPAR com a elaboração do SIGMA-PP, sistema que culminou na criação de uma estrutura de monitoramento físico e financeiro utilizável para qualquer projeto ou programa que o Estado vier a executar. Todos os executores das diversas secretarias e autarquias que acompanharam o desenvolvimento e progresso das ações ao longo dos seis anos do projeto.

O projeto teve muitos desafios, mas também resultados e avanços significativos para o Estado, conforme já citado neste relatório final.

No que tange a execução financeira, o projeto atingiu 95,32% do montante previsto no acordo de empréstimo, sendo que o Componente 1, que deu suporte a execução dos nove programas ligados a saúde, meio ambiente, agricultura e educação, atingiu 100%. Com relação ao montante total aplicado, o Banco Mundial mais a contrapartida estadual, representou em valores reais R\$ 3,29 bilhões superando em 78% o valor inicialmente previsto de R\$ 2,18 bilhões.

Os resultados dos indicadores de monitoramento demonstraram que 68% destes indicadores atingiram 100% ou mais da meta prevista e 14% alcançaram um índice superior a 50% da meta, o que equivale dizer que, do volume monitorado, 82% tiveram resultados positivos para o projeto.

Com referência ao componente 2 - Assistência Técnica, que atuou de forma a fortalecer as atividades de modernização do setor público e os programas implementados pelo Componente 1, dentre os principais avanços, destacam-se:

- (i) Aprimoramento da qualidade fiscal por meio da revisão dos processos de arrecadação do ITCMD e do IPVA com a implantação no âmbito do Projeto do Sistema de Gestão Tributária (SGT);
- (ii) Atualização do cadastro imobiliário do estado do Paraná;
- (iii) Redesenho e implantação de melhoria dos processos de controle da Gestão Pública por meio dos Sistemas de Controle Interno, de Ouvidoria, de Corregedoria e de Transparência e Acesso à Informação;
- (iv) Restruturação da Escola de Gestão e o aprimoramento dos processos de capacitação estratégica nas modalidades presencial e a distância;
- (v) Implantação do Sistema de Informações para Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos (SIGARH);
- (vi) Sistema Metodológico e Mapeamento de Uso e Cobertura da Terra que permitiu a produção de dados geoespaciais temáticos relevantes para a gestão ambiental e de riscos e desastres; e,
- (vii) Elaboração e disponibilização à sociedade dos planos de desenvolvimento sustentável do litoral e da região da metrópole norte do estado.

Diante das evidências apresentadas, o Projeto Multissetorial, alcançou seu objetivo contribuindo para uma melhoria significativa no atendimento à população nas áreas de saúde, meio ambiente, agricultura, educação e de modernização do setor público paranaense.

## **ANEXOS**

Os resultados do desempenho dos indicadores Sociais (IS), de Desenvolvimento Setorial (IDS/PDO), Resultados Intermediários (IRI), Desembolso (ID) e de Monitoramento (IM) que somam 131 indicadores, estão demonstrados nas Tabelas 18 a 22 a seguir.

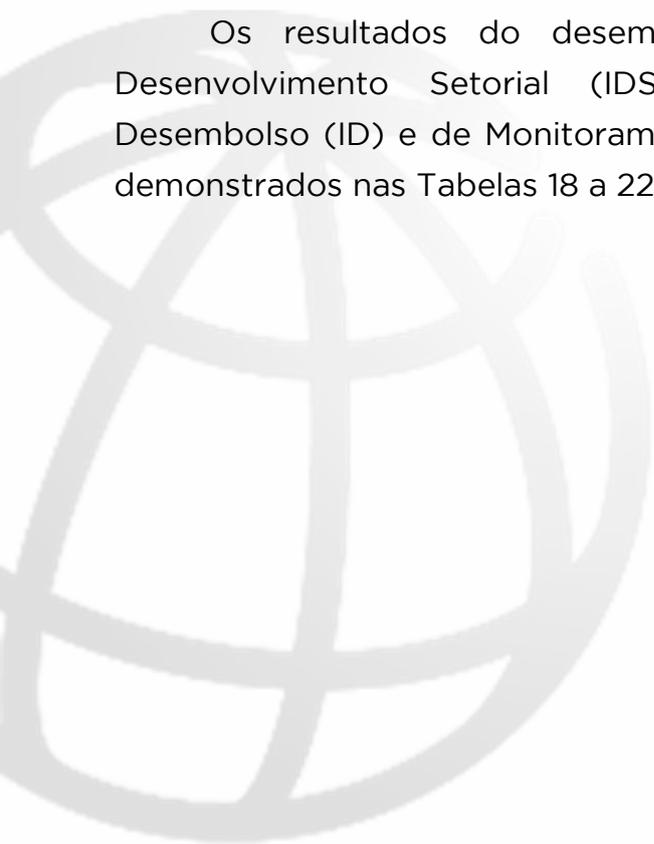


Tabela 18: Indicadores sociais, de desenvolvimento setorial, resultados intermediários e de desembolso

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	PREVISÃO DO PROJETO	RESULTADO FINAL DO PROJETO	DESEMPENHO (%)	MEDIDA DE DESEMPENHO
	PDO - Indicador de Desenvolvimento Setorial						
	DLI - Indicador de Desembolso						
	IRI - Indicador de Resultado Intermediário						
	SI - Indicador Social						
<b>INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL</b>							
1	Receita de impostos em atraso como uma parte do estoque de impostos atrasados.	Percentual	199 (2013)	5,0	2,00	40,0	Índice (%) = Valor das baixas (por pagamento a vista, pagamento de parcelas de TAP, apropriação SISCREDE e por diferença) dividido pelo Valor da Dívida Ativa (estoque final do ano anterior + inscrições novas - cancelamentos no ano) multiplicado por 100.
2	Grupo de produtores apoiados por meio do projeto com iniciativas de negócios implementadas	Número	0	75	24	32,0	Número de Iniciativas de Negócios implementadas dividido pelo número previsto.
3	Hectares apoiados pelas intervenções dos planos de ação em microbacias	Número	204.000	750.000	728.000	97,1	Número total de hectares apoiados pelo projeto. Cada intervenção tem uma metodologia de hectares medidos. Geralmente as microbacias trabalhadas em média possuem 4.000ha.
4	Taxa de sobrevivência do ciclo final do ensino fundamental das escolas do Estado	Percentual	78,4 (2012)	85,5	83,3	97,4	O indicador é calculado baseado na metodologia UNESCO/WB: Divida o número total de alunos das escolas estaduais pertencentes a um contingente escolar que alcança notas de aprovação no final do ciclo do ensino fundamental pelo número de alunos das escolas estaduais no contingente escolar ou seja, aqueles originalmente matriculados na primeira série do ciclo final do ensino fundamental e multiplique o resultado por 100. Calculado com base no método de contingente reconstruído, que usa dados sobre a matrícula e repetentes por dois anos consecutivos. Para o cálculo do indicador serão utilizados os dados do ano anterior.
5	Diminuição na taxa de mortalidade materna	Número Decimal	65,11 (2010)	47,18	43,35	108,1	Óbitos maternos em relação a 100.000 nascidos vivos.
6	Diminuição na taxa de mortalidade por causas externas exceto violência	Número Decimal	51,48 (2015)	48,57	46,34	104,6	Óbitos por causas externas em relação à 100.000 habitantes

## PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	PREVISÃO DO PROJETO	RESULTADO FINAL DO PROJETO	DESEMPENHO (%)	MEDIDA DE DESEMPENHO
	PDO - Indicador de Desenvolvimento Setorial						
	DLI - Indicador de Desembolso						
	IRI - Indicador de Resultado Intermediário						
	SI - Indicador Social						
<b>INDICADORES DE RESULTADO INTERMEDIÁRIO</b>							
7	Número de agricultores capacitados ou recebendo assistência técnica	Número	0	21.000	75.784	360,9	Número de agricultores recebendo assistência técnica (serviços de extensão na produção agrícola e gerenciamento dos serviços da agricultura) e treinamentos (seminários, workshops, cursos técnicos, etc.), somente dentro do escopo do PRÓ-RURAL dividido pelo número previsto.
8	Número de propostas de negócios aprovadas e a serem financiadas	Número	0	75	52	69,3	Número de projetos produtivos apoiados pelo Programa dividido pelo número previsto
9	Beneficiários de processos de regularização fundiária legalmente concluídos	Número	1.539 (2015)	6.000	2702	45,0	Número de beneficiários com processo de regularização fundiária ajuizados dividido pelo número previsto.
10	Planos de gestão e conservação de estradas rurais elaborados	Número	0	60	0	0,0	Número de planos elaborados dividido pelo número previsto
11	Número de planos de ação de microbacias elaborados	Número	0	250	321	128,4	Lista de planos de ação de microbacias (elaborado de acordo com o Manual Operacional do Projeto) e amostra dos planos.
12	Número de pessoas nas áreas rurais providas com acesso a fontes melhoradas de águas no âmbito do projeto (núcleo)	Número	470 (2015)	28.000	3.338 (*)	11,9	Número de pessoas beneficiárias nas áreas rurais com a melhoria dos serviços de abastecimento de água no âmbito do projeto é estimado multiplicando-se o número de poços construídos e em funcionamento por 5 pessoas.
13	Fortalecimento da capacidade de monitoramento do risco de desastres e sistema de alerta para eventos hidrometeorológicos	Texto	Nenhum	Aquisição e instalação de equipamento para Monitoramento de Riscos de Desastres e Sistema de Alerta e estabelecimento de um Centro de Gestão de Desastres	Aquisição e instalação de equipamento para Monitoramento de Riscos de Desastres e Sistema de Alerta e estabelecimento de um Centro de Gestão de Desastres	100,0	Aquisição e instalação de equipamento para Monitoramento de Riscos de Desastres e Sistema de Alerta e estabelecimento de um Centro de Gestão de Desastres

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	PREVISÃO DO PROJETO	RESULTADO FINAL DO PROJETO	DESEMPENHO (%)	MEDIDA DE DESEMPENHO
	PDO - Indicador de Desenvolvimento Setorial						
	DLI - Indicador de Desembolso						
	IRI - Indicador de Resultado Intermediário						
	SI - Indicador Social						
14	Implementação de um Subsistema de Recursos Hídricos do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos	Texto	Nenhum	Desembolso 4: TDRs para a concepção e implementação de um Subsistema Integrado para Gestão Ambiental e Recursos Hídricos.	Desembolso 4: TDRs para a concepção e implementação de um Subsistema Integrado para Gestão Ambiental e Recursos Hídricos.	100,0	Desembolso 4: TDRs para a concepção e implementação de um Subsistema Integrado para Gestão Ambiental e Recursos Hídricos. Desembolso 7 e 9: Relatório, demonstrando que um ou mais módulos estão implementados. A partir de agosto de 2018 este indicador não é mais de desembolso.
15	Sistema operacional de avaliação e aprendizagem do aluno operacional (ID ou DLI)	Texto	Nenhum	Desembolso 7e 9: Relatório, demonstrando que um ou mais módulos estão implementados.	Desembolso 7e 9: Relatório, demonstrando que um ou mais módulos estão implementados.	100,0	Para as avaliações: relatório da SEED incluindo número de escolas, estudantes, resultados, etc. Para publicação: relatório e publicação.
16	Participação de professores em treinamento de formação (meta anual)	Percentual	57 (2012)	85,0	86,3	101,5	Para desembolsos ocorridos em Fevereiro: a verificação da participação da formação do professor irá considerar o número médio de professores que participam nos treinamentos de formação do 1º e 2º semestre do ano, dividido pelo número médio de professores empregados constantes na folha de pagamento durante o 1º e 2º semestres do ano.
17	Capacitação Acadêmica de Professores em Serviço, Programa de Desenvolvimento da Educação - PDE	Número	2.351 (2012)	7.689	9.835	127,9	Para aferição do indicador serão considerados os professores com certificados pelo PDE emitidos no período de referência do Relatório Semestral, independentemente das suas turmas de origem, excluindo-se os professores que optaram pelo aproveitamento total da titulação (mestrado e doutorado) certificados pelo Programa. Considerando a duração do PDE de dois anos e os meses necessários para a tramitação administrativa do processo tanto nas Universidades quanto na SEED para fins de certificação dos professores espera-se que os dados informados representem o número de concluintes de turmas PDE iniciadas 2 anos antes. Eventualmente professores podem concluir o PDE em um tempo superior a 2 anos devido a licenças previstas em lei.

## PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	PREVISÃO DO PROJETO	RESULTADO FINAL DO PROJETO	DESEMPENHO (%)	MEDIDA DE DESEMPENHO
	PDO - Indicador de Desenvolvimento Setorial						
	DLI - Indicador de Desembolso						
	IRI - Indicador de Resultado Intermediário						
	SI - Indicador Social						
18	Escolas Estaduais reformadas e ampliadas	Número	92 (2012)	450	466	103,6	Reforma e/ou ampliação: trabalho concluído com um certificado assinado pelo Secretário da SEED com a empresa e o arquiteto para indicar que as obras estão concluídas. A partir de 2018 este indicador não será mais de desembolso.
19	Percentual de mulheres grávidas identificadas com alto risco de complicações no parto referenciadas por Unidades Básicas de Saúde (UBS) à um hospital que faça parte da Rede de Saúde Materna e Infantil - Rede Mãe Paranaense	Percentual	5,5	90,0	103,70	115,2	Número de mulheres grávidas SUS dependentes com alto risco de complicações no parto referenciadas por UBS à um hospital dividido pelo número estimado total de mulheres grávidas SUS dependentes com alto risco de complicações no parto
20	Proporção de nascidos vivos de mulheres grávidas que participaram de mais 07 consultas pré-natais	Percentual	80,0	90,0	100,63	111,8	Número de gestantes que participaram de mais de 07 consultas de pré-natais dividido pelo número de bebês nascidos vivos.
21	Redução de taxa de mortalidade infantil	Número Decimal	12,17 (2013)	10,50	10,3	101,9	Óbitos infantis em relação a 1.000 nascidos vivos
22	Taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares (por faixa etária)	Número Decimal	80,39 (2011)	76,20	68,49	110,1	Óbitos por doenças cardiovasculares em relação a 100.000 habitantes.
23	Percentual da população com acesso aos serviços da Rede de Urgência e Emergência	Percentual	43,83 (2013)	100,0	90,25	95,3	População dos municípios com SAMUs integrados ao sistema de regulação.

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	PREVISÃO DO PROJETO	RESULTADO FINAL DO PROJETO	DESEMPENHO (%)	MEDIDA DE DESEMPENHO
	PDO - Indicador de Desenvolvimento Setorial						
	DLI - Indicador de Desembolso						
	IRI - Indicador de Resultado Intermediário						
	SI - Indicador Social						
24	Melhorar as competências essenciais do servidor público	Texto	Nenhum	Número de boas práticas de gestão pública, registradas no observatório de Inovação em Gestão Pública no Paraná, por área temática, decorrentes das capacitações estratégicas efetuadas. (10 práticas em 2018)	187 boas práticas registradas em diversas áreas.	100,0	Desembolso 4: Contrato; Desembolso 5: Plano de desenvolvimento de competências; Desembolso 6: número de funcionários públicos treinados; Desembolso 7: número de servidores público treinados, relacionados por gênero, cumulativa com a previsão anterior.  A partir de Agosto de 2018, este indicador não é mais de desembolso.
<b>INDICADORES DE RESULTADO INTERMEDIÁRIO DO COMPONENTE 2: ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA UMA GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ</b>							
25	Fortalecimento do Sistema de Controle Interno	Texto	Unidade de Controle Interno recém-criada e sem métodos e procedimentos formais	Sistema de informação de controle interno implementado e operacional em 50 entidades governamentais	A ferramenta eletrônica denominada e-CGE implantada e operando em 117 instituições públicas e 100% dos usuários capacitados	100,0	Desembolso 2: TDRs Desembolso 6: consultoria contratada Desembolso 7: relatório de avaliação Desembolso 8: plano estratégico Desembolso 9: sistema de informação implementado.  A partir de agosto de 2018 este indicador não será mais de desembolso.
26	Fortalecimento da capacidade do estado para monitorar e avaliar políticas públicas	Texto	Baixa capacidade de monitorar e avaliar políticas públicas	Relatório com recomendações a respeito da sustentabilidade e continuidade das atividades de regularização fundiária	Relatórios elaborados e entregues	100,0	Desembolso 2: Relatório por objetivos; Desembolso 3: Relatório com Propostas; Desembolso 4: Relatórios-base; Desembolso 5: Relatórios de avaliação de impacto; Desembolso 7: Relatório dos resultados da pesquisa; Desembolso 8: Relatórios finais de avaliação de impacto

## PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	PREVISÃO DO PROJETO	RESULTADO FINAL DO PROJETO	DESEMPENHO (%)	MEDIDA DE DESEMPENHO
	PDO - Indicador de Desenvolvimento Setorial						
	DLI - Indicador de Desembolso						
	IRI - Indicador de Resultado Intermediário						
	SI - Indicador Social						
27	Redução de saídas ou ausências devido a doenças ou lesões associadas ao trabalho	Texto	O Estado começou a definir uma política de saúde ocupacional identificando 67.000 casos de atendimentos a doenças ou lesões associadas ao trabalho em 2015	Redução de saídas e ausências devido a doenças ou lesões relacionadas ao trabalho em todos os setores do Estado: 15%.	Redução de saídas e ausências devido a doenças ou lesões relacionadas ao trabalho em todos os setores do Estado: 20%.	33,0	Redução no número de ausências comparado com a base de 2015 (100%) / 67.000 casos de atendimentos a doenças ou lesões associadas ao trabalho.
28	Melhoria do Sistema de gestão fiscal do Mutuário	Texto	Falta de execução em caso de atraso de recebimento de imposto e falta de recursos para administrar os recibos de impostos ITCMD e IPVA	Avaliação, declaração e arrecadação do ITCMD 90% automatizado	Desembolso 4: Relatórios-base;	25,0	Desembolso 2: TDRs. Desembolso 3: consultoria contratada. Desembolso 4: relatório de progresso; Desembolso 7: software instalado e configurado e plano de execução do projeto Desembolso 8 e 9: relatório com os processos de restituição, retificação e pedidos de isenção e imunidade implementados  A partir de Agosto de 2018 este indicador não será mais de desembolso.
29	Estabelecimento de políticas de gestão de riscos e desastres (DRM) do Estado	Texto	Publicação do decreto estadual estabelecendo o grupo de trabalho de Gestão de Riscos e Desastres	Plano Estadual para a Defesa Civil e Proteção preparado e aprovado	Desembolso 5: Relatórios de avaliação de impacto;	75,0	Relatório que descreve o quadro político, atores e acordos estabelecidos participando para fazer a política operacional; Desembolso 6: Decreto de estabelecimento do Comitê; Desembolso 8: Diretrizes apresentada ao Comitê. A partir de 2018 este indicador não será mais de desembolso.

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	PREVISÃO DO PROJETO	RESULTADO FINAL DO PROJETO	DESEMPENHO (%)	MEDIDA DE DESEMPENHO
	PDO - Indicador de Desenvolvimento Setorial						
	DLI - Indicador de Desembolso						
	IRI - Indicador de Resultado Intermediário						
	SI - Indicador Social						
30	Número de municípios com um sistema de monitoramento e licenciamento ambiental descentralizado	Número	0	Não se aplica	Desembolso 7: Relatório dos resultados da pesquisa;	122,7	Número de municípios com autorizações publicadas no site da Comissão Estadual do Meio Ambiente para a realização descentralizada do monitoramento e licenciamento ambiental
31	Gestão melhorada das infraestruturas físicas das escolas da SEED	Texto	A gestão de infraestrutura física no setor da educação é inadequada	Não se aplica	Desembolso 8: Relatórios finais de avaliação de impacto	100,0	O indicador foi 100% cumprido até dezembro de 2015. O desenvolvimento e implementação do sistema tem sido feito pela CELEPAR com recursos próprios da SEED
32	Fortalecimento da capacidade da SEED de avaliar programas de treinamento para professores	Texto	A capacidade de avaliação de treinamento de professores é inadequada	Relatório da segunda dimensão do PDE	0	0,0	Relatórios das consultorias contratadas contendo as avaliações das dimensões do PDE, conforme respectivos Termos de Referências
33	Número de professores capacitados que trabalham em escolas indígenas (meta anual)	Número	437 (2014)	750	748	99,7	A verificação da participação da formação do professor irá considerar o número médio de professores que participam nos treinamentos de formação do 1º e 2º semestre do ano, dividido pelo número médio de professores empregados constantes na folha de pagamento durante o 1º e 2º semestres do ano. A abertura de turmas ou de novas escolas podem justificar a capacitação além do previsto uma vez que as metas em número absoluto representam 95% do total de 789 professores em serviço que compõem o quadro de pessoal das escolas estaduais indígenas em 2016, segundo os recursos humanos da SEED.
34	Terras indígenas com projetos produtivos apoiados	Número	Nenhum	8	2	25,0	Número de projetos produtivos apoiados pelo programa PRÓ-RURAL em Terras Indígenas dividido pelo número previsto.

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

Tabela 19: Indicadores de Monitoramento do Setor 1: Desenvolvimento Rural Sustentável. Programa Desenvolvimento Econômico Territorial (PRÓ-RURAL) e Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	PREVISÃO DO PROJETO	RESULTADO FINAL DO PROJETO	DESEMPENHO (%)	MEDIDA DE DESEMPENHO
<b>PGE 1: PROGRAMA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL (PRÓ-RURAL)</b>						
Escritórios reformados	Número	N/A	102	132	129,4	Número de escritórios reformados dividido pelo número previsto
Veículos adquiridos	Número	N/A	100	131	131,0	Número de veículos adquiridos dividido pelo número previsto
Equipamentos de informática para os escritórios regionais e sede da EMATER/PR	Número	N/A	70	190	271,4	Número de Kit adquiridos dividido pelo número previsto
Beneficiários capacitados através de cursos (meta anual)	Número	N/A	7.000	12.588	179,8	Número de beneficiários capacitados dividido pelo número previsto
Horas de capacitação dos beneficiários através de cursos (meta anual)	Número	N/A	1.200	3.802	316,8	Número de horas realizadas dividido pelo número de horas previstas
Técnicos capacitados através da realização de cursos (meta anual)	Número	N/A	600	796	132,7	Número de técnicos capacitados dividido pelo número previsto
Horas de capacitação dos técnicos através de cursos (meta anual)	Número	N/A	200	312	156,0	Número de horas realizadas dividido pelo número de horas previstas
Lideranças capacitadas através 206 eventos (meta anual)	Número	N/A	1.000	1.988	198,8	Número de pessoas capacitadas dividido pelo número previsto
Horas de capacitação das lideranças através de cursos (meta anual)	Número	N/A	400	628	157,0	Número de horas realizadas dividido pelo número de horas previstas
Projetos-pilotos e iniciativas inovadoras apoiadas	Número	N/A	60	45	75,0	Número de projetos piloto dividido pelo número previsto
Patrulhas rodoviárias disponibilizadas a Consórcios intermunicipais	Número	N/A	7	8	114,3	Número de patrulhas rodoviárias disponibilizadas dividido pelo número previsto
Convênios firmados com consórcios intermunicipais para repasse de recursos para o custeio da adequação de estradas	Número	N/A	7	0	0,0	Número de convênios firmados dividido pelo número previsto
Operadores de máquinas capacitados	Número	N/A	1.600	100	6,3	Número de operadores capacitados dividido pelo número previsto
Gestores capacitados na execução e gestão de estradas rurais	Número	N/A	400	12	3,0	Número de gestores capacitados dividido pelo número previsto

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	PREVISÃO DO PROJETO	RESULTADO FINAL DO PROJETO	DESEMPENHO (%)	MEDIDA DE DESEMPENHO
<b>PGE 2: PROGRAMA GESTÃO DE SOLO E ÁGUA EM MICROBACIAS</b>						
Escritórios regionais da SEAB com equipamentos adquiridos	Número	N/A	22	22	100,0	Número de escritórios regionais da SEAB equipados dividido pelo número de escritórios regionais previstos
Sede Estadual da EMATER com equipamentos adquiridos	Número	N/A	1	0	0,0	Sede Estadual da EMATER/PR equipada dividido pelo número previsto
Escritórios Regionais da EMATER/PR com equipamentos adquiridos	Número	N/A	21	0	0,0	Número de escritórios regionais da EMATER/PR equipados dividido pelo número de escritórios regionais previstos
Escritórios Municipais da EMATER/PR com equipamentos adquiridos	Número	N/A	389	0	0,0	Número de escritórios municipais equipados dividido pelo número de escritórios municipais previstos
Público operacional e estratégico do Programa capacitados para o planejamento e fiscalização do uso da terra	Número	N/A	959	4.987	520,0	Número de profissionais capacitados dividido pelo número de profissionais previstos
Consultoria contratada para a capacitação de instrutores para o levantamento de solos em microbacias piloto através do Mapeamento Digital	Número	N/A	1	1	100,0	Número de consultoria contratada dividido pelo número de consultoria prevista
Técnicos capacitados pelos instrutores para o levantamento de solos em microbacias piloto através do Mapeamento Digital	Número	N/A	22	37	168,2	Número de técnicos capacitados dividido pelo número de técnicos previstos
Microbacias piloto com mapeamento de solos digital concluído	Número	N/A	5	5	100,0	Número de microbacias com mapeamento de solos digital concluído dividido pelo número de microbacias previstas
Regiões do Estado com microbacias piloto com a qualidade da água de escoamento superficial monitoradas	Número	N/A	5	12	240,0	Número de regiões do Estado com microbacias com qualidade da água monitorada dividido pelo número de microbacias previstas
Pessoas capacitadas através de cursos nas temáticas: geotecnologias, manejo e conservação de solos, água e biodiversidade, práticas agroecológicas	Número	N/A	4.000	35.516	887,9	Número de pessoas capacitadas dividido pelo número de pessoas previstas
Eventos (dias de campo e excursões)	Número	N/A	128	363	283,6	Número de eventos realizados dividido pelo número de eventos previstos
Campanhas estaduais de comunicação de massa (meta anual)	Número	N/A	2	2	100,0	Número de campanhas realizadas dividido pelo número de campanhas previstas
Participações em feiras (montagem de estande educativos).	Número	N/A	33	127	384,8	Número de participações em feiras dividido pelo número de participações previstas
Unidades de produção com Cadastro Ambiental Rural (CAR) elaborado	Número	N/A	30.000	34.754	115,8	Número de unidades de produção com CAR dividido pelo número de unidades de produção previstas
Grupos gestores regionais organizados e capacitados	Número	N/A	22	22	100,0	Número de GGR capacitados e organizados dividido pelo número de grupos previstos

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	PREVISÃO DO PROJETO	RESULTADO FINAL DO PROJETO	DESEMPENHO (%)	MEDIDA DE DESEMPENHO
Grupos gestores municipais organizados e capacitados	Número	N/A	250	321	128,4	Número de GGM capacitados e organizados dividido pelo número de grupos previstos
Convênios firmados com Municípios para o apoio de práticas previstas nos Planos de Trabalho	Número	N/A	250	256	102,4	Número de Convênios firmados com municípios/Planos de Trabalhos apoiados dividido pelo número de convênios previstos
Número de produtores efetivamente beneficiados pelas intervenções dos Planos de Ação	Número	N/A	25.000	24.785	99,1	Número de produtores beneficiados dividido pelo número de produtores previstos.
Sistemas de abastecimento de água	Número	N/A	350	115	32,9	Número de sistemas de abastecimento de água dividido pelo número de sistemas previstos
Microbacias com a fertilidade química do solo acompanhada	Número	N/A	30	20	66,7	Número de microbacias com fertilidade química do solo acompanhada dividido pelo número de microbacias previsto
Microbacias com índice de turbidez da água acompanhada	Número	N/A	10	10	100,0	Número de microbacias com índice de turbidez da água acompanhada dividido pelo número de microbacias previsto
Microbacias com acompanhamento de invertebrados	Número	N/A	3	2	66,7	Número de microbacias com a fertilidade química do solo acompanhada dividido pelo número de microbacias previsto

FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

Tabela 20: Indicadores de Monitoramento do Setor 2: Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres. Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental e Programa Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	PREVISÃO DO PROJETO	RESULTADO FINAL DO PROJETO	DESEMPENHO (%)	MEDIDA DE DESEMPENHO
<b>PGE 3: PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL</b>						
Unidade Técnica do Programa com equipamentos adequados à operação e desenvolvimento das atividades de gestão do Programa	Texto	N/A	Não se aplica	UTP equipada com a disponibilização de 51 super computadores (1 estação avançada e 50 all-in-one) e 53 licenças de softwares (1 CorelDraw e 52 Office)	100,0	Supercomputadores e softwares adquiridos e operando
Sistema de Informações Integrado (SGA e SIGARH)	Texto	N/A	Não se aplica	Módulo I de Monitoramento implantado, operando e aprovado pelo IAP; Módulo II de Fiscalização implantado, operando e aprovado pelo IAP e pelo AGUASPARANÁ;	100,0	Sistema de informações integrado, implantado e operando

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	PREVISÃO DO PROJETO	RESULTADO FINAL DO PROJETO	DESEMPENHO (%)	MEDIDA DE DESEMPENHO
				Todos os módulos do SI implantados e operando de modo integrado atendendo os processos de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambientais e outorga do direito da água.		
Software do SIGARH - 07 (sete) licenças existentes atualizadas.	Número	N/A	7	7	100,0	Software atualizado e operando
Software do SIGARH - 11 (onze) licenças de Softwares SIG da plataforma ArcGIS da ESRI adquiridas	Número	N/A	11	11	100,0	Softwares adquiridos e operando
Software do SIGARH - servidores capacitados na referida plataforma	Número	N/A	96	96	100,0	Servidores capacitados
Infraestrutura de dados espaciais ambientais do estado do Paraná (IDE-SEMA) implantado	Texto	N/A	Produtos: I, II, III, IV, V - Conforme TDR aprovado pelo BIRD.	0	0,0	IDE implantado e operando
Servidores públicos capacitados para o exercício de suas funções, de modo integrado e articulado à política de capacitação ambiental estadual, ao mapeamento de competências e às diretrizes do Sistema Ambiental do Paraná.	Número	N/A	28	0	0,0	Servidores capacitados
01 Sistema de transmissão, recepção e armazenamento de dados	Número	N/A	1	1	100,0	Sistema implantado e operando
Layout interno da SEMA readequado	Número	N/A	1	1	100,0	Layout readequado com mobiliário
Rede lógica da SEMA equipada com switches	Texto	N/A	1	1	100,0	Rede lógica equipada
Instalações sanitárias, cobertura do prédio e subsolo da SEMA reestruturadas, reformadas e restauradas	Texto	N/A	Instalações sanitárias, cobertura do prédio e subsolo da SEMA reestruturadas, reformadas e restauradas	Instalações sanitárias, cobertura do prédio e subsolo da SEMA reestruturadas, reformadas e restauradas	100,0	Instalações sanitárias, cobertura do prédio e subsolo da SEMA reestruturadas, reformadas e restauradas
07 estações de monitoramento do ar instaladas e operando (nas cidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Paranaguá).	Número	N/A	7	7	100,0	Estações instaladas e operando

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	PREVISÃO DO PROJETO	RESULTADO FINAL DO PROJETO	DESEMPENHO (%)	MEDIDA DE DESEMPENHO
<b>PGE 4: FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS</b>						
Sistema de Previsão e Estimativa de Chuva (SIPREC) implantado	Texto	N/A	Sistema implantado e operando	Sistema implantado e operando	100,0	SIPREC implantado e operando
Cobertura da Terra no PR mapeada, ano-base 2012	Texto	N/A	Mapeamento concluído dos 199.415 km <sup>2</sup>	Mapeamento concluído dos 199.415 km <sup>2</sup>	100,0	Consultoria contratada e mapeamento concluído
Sensor de Raios para Monitoramento de Descargas Atmosféricas	Número	N/A	01 software implantado 2 Sensores adquiridos	1 software implantado 2 Sensores adquiridos	100,0	Número de software implantado e Número de Sensores adquiridos
Sala de Monitoramento Meteorológico/SIGRISCO no SIMEPAR equipada (sala de situação SIMEPAR)	Texto	N/A	Sala equipada e operando	Sala equipada e operando	100,0	Sala equipada e operando
Layout interno e instalações prediais de ar condicionado, redes elétricas e lógicas para o CEGERD adequados	Texto	N/A	Sala de comando central adequada	Sala de comando central adequada	100,0	Sala de comando central adequada e operando
CEGERD equipado com mobiliário	Texto	N/A	CEGERD equipado	CEGERD equipado	100,0	CEGERD equipado com mobiliário
Comando central e postos regionais fixos equipados com sistema de telefonia IP e de ativos de rede.	Número	N/A	16	16	100,0	Número de postos de comandos fixos equipados
CEGERD Equipado com Software e Hardware	Texto	N/A	CEGERD Equipado com Software e Hardware	CEGERD Equipado com Software e Hardware	100,0	CEGERD equipado
Comandos Regionais da Coordenação Estadual de Proteção e Defesa Civil fortalecidos através da disponibilização de viaturas	Número	N/A	32	32	100,0	Veículos e equipamentos adquiridos
Agentes da Defesa Civil qualificados e capacitados	Texto	N/A	Agentes qualificados e capacitados com equipamentos e materiais didáticos	Agentes qualificados e capacitados com equipamentos e materiais didáticos	100,0	Agentes qualificados e capacitados com equipamentos e materiais didáticos
Sistema Local de Alerta Precoce para a comunidade de Floresta	Texto	N/A	Sistema implantado	não cumprido	0,0	Sistema implantado
Sistema de Radares Banda X em Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina e Maringá implantados.	Texto	N/A	5 Radares Banda X implantados e operando	não cumprido	0,0	Sistema implantado
Cartografia do litoral por radar embarcado em aeronave (Banda X e Banda P)	Texto	N/A	2134,56 km <sup>2</sup> mapeados	2134,56 km <sup>2</sup> mapeados	100,0	Bases cartográficas elaboradas
Inventário florestal	Texto	N/A	IF estadual adaptado em conformidade com o IF nacional	Inventário florestal implantado no Estado	100,0	Inventário florestal implantado no Estado

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	PREVISÃO DO PROJETO	RESULTADO FINAL DO PROJETO	DESEMPENHO (%)	MEDIDA DE DESEMPENHO
Áreas urbanas inundáveis mapeadas e delimitadas: RMC, Morretes e Francisco Beltrão	Texto	N/A	582 Km de área mapeada	0	0,0	Meta prevista para 2018. Áreas urbanas inundáveis mapeadas e delimitadas.
Identificação melhorada de Riscos e Desastres	Percentual	N/A	100,0	100,0	100,0	O percentual é calculado dividindo-se o número de hectares das áreas mapeadas pelo número de hectares de áreas identificadas e propensas ao risco de deslizamento de terra. Áreas identificadas = Áreas antropizadas do litoral + núcleo urbano da Região Metropolitana de Curitiba que totaliza 3.710,56 km <sup>2</sup> . Fonte de informação SEMA.

FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

Tabela 21: Indicadores de Monitoramento do Setor 3: Educação - Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem, Programa Formação em Ação e Programa Renova Escola

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	PREVISÃO DO PROJETO	RESULTADO FINAL DO PROJETO	DESEMPENHO (%)	MEDIDA DE DESEMPENHO
<b>PGE 5: PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM</b>						
Coordenação de Planejamento e Avaliação em funcionamento	Texto	N/A	Coordenação composta de 5 pessoas	Coordenação composta de 5 pessoas	100,0	Documento que comprove a designação das pessoas para compor a Coordenação.
Sistema de Avaliação da Educação Básica operando	Número	N/A	1	1	100,0	Número de ambulâncias disponibilizadas dividido pelo número de ambulâncias previstas
Matrizes de referência elaboradas nas duas disciplinas para a avaliação	Número	N/A	4	3	75,0	Até dezembro de 2015: Matrizes de referência das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, elaboradas.
Avaliação de alunos das escolas da rede pública estadual nas disciplinas de língua portuguesa e matemática	Número	N/A	1.420.000	1.091.057	76,8	Relatório da SEED incluindo o número de alunos avaliados
Resultados das avaliações publicados e divulgados	Número	N/A	5	5	100,0	Resultados divulgados online e uma cópia digital ou impressa da revista onde foram publicados os resultados

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	PREVISÃO DO PROJETO	RESULTADO FINAL DO PROJETO	DESEMPENHO (%)	MEDIDA DE DESEMPENHO
<b>PGE 6: PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO</b>						
Oficinas anuais realizadas em 32 NRE sobre conteúdo das 14 disciplinas curriculares e outros temas para professores e técnicos	Número	N/A	6.000	8.531	142,2	Número de oficinas realizadas dividido pelo número de oficinas previstas
Técnicos participando em oficinas para troca de experiências	Número	N/A	24.446	26.792	109,6	Número de técnicos participantes dividido pelo número previsto de técnicos
Professores participando em oficinas para troca de experiências	Número	N/A	57.398	58.119	101,3	Número de professores participantes dividido pelo número previsto de professores
Vagas ofertadas para o aperfeiçoamento técnico-pedagógico de 2 anos em articulação com as universidades públicas do estado - PDE	Número	N/A	12.400	10.400	83,9	Números de vagas ofertadas dividido por número de vagas previstas para a oferta no PDE
Cadernos PDE publicados contendo artigos científicos	Número	N/A	5	5	100,0	Número de cadernos efetivamente publicados dividido pelo número previsto de cadernos para a publicação
Cadernos PDE publicados contendo materiais didático-pedagógicos produzidos	Número	N/A	5	5	100,0	Número de cadernos efetivamente publicados dividido pelo número de cadernos previstos para a publicação
<b>PGE 7: PROGRAMA RENOVA ESCOLA</b>						
Desenvolvimento e aplicação de critérios para a elegibilidade e priorização dos estabelecimentos de ensino	Texto	N/A	1	1	100,0	Documento técnico com o resultado da aplicação dos critérios atualizado anualmente
Escolas contempladas com equipamentos e mobiliários adquiridos	Número	N/A	900	1.322	146,9	Número de escolas em situação crítica em termos de equipamentos ou mobiliários dividido pelo número total de escolas

FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

Tabela 22: Indicadores de Monitoramento do Setor 4: Saúde - Programa Redes de Urgência e Emergência e Programa Rede Mãe Paranaense

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	PREVISÃO DO PROJETO	RESULTADO FINAL DO PROJETO	DESEMPENHO (%)	MEDIDA DE DESEMPENHO
<b>PGE 8: PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA</b>						
Helicópteros disponíveis para o transporte aéreo de pacientes	Número	N/A	3	4	133,3	Número de helicópteros contratados dividido pelo número de helicópteros previstos

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	PREVISÃO DO PROJETO	RESULTADO FINAL DO PROJETO	DESEMPENHO (%)	MEDIDA DE DESEMPENHO
390 ambulâncias, sendo 268 de resgate com UTI e 122 de simples remoção disponibilizadas para o transporte intermunicipal	Número	N/A	390	257	65,9	Número de ambulâncias disponibilizadas dividido pelo número de ambulâncias previstas
238 kits para equipar ambulâncias de resgate com UTI	Número	N/A	238	246	103,4	Número de kits de equipamentos de UTI para ambulâncias dividido pelo número de kits previstos para ambulâncias
4 Camionetes de resgate disponibilizadas	Número	N/A	4	4	100,0	Número de camionetes disponibilizadas dividido pelo número de camionetes previstas
Leitos de UTI habilitados disponíveis para a RUE no Estado do Paraná	Número	N/A	1.968	1.935	98,3	Número de leitos de UTI habilitados e disponíveis dividido pelo número de leito previstos
Leitos de emergência equipados	Número	N/A	225	158	70,2	Número de leitos de emergência equipados dividido pelo número de leitos previstos
Complexo Regulador do SUS com sistema operacional de regulação em 4 macrorregionais de saúde	Número	N/A	1	1	100,0	Complexo regulador do SUS operando nas 4 macrorregionais de saúde
320 hospitais com incentivo financeiro através de contratos ou repasse Fundo a Fundo - HOSPSUS I, II e III	Número	N/A	320	231	72,2	Número de hospitais com incentivo financeiro mantido dividido pelo número de hospitais com incentivos previstos
12 SAMUs, sendo 9 Regionais e 3 Municipais com incentivo financeiro	Número	N/A	12	12	100,0	Número de SAMUs com incentivo financeiro mantido dividido pelo número de SAMUS com incentivos previstos
Profissionais de saúde capacitados em cursos de 12 a 60 hs	Número	N/A	9.000	13.057	145,1	Número de profissionais de saúde capacitados divididos pelo número de profissionais previstos
4 macrorregiões de saúde com núcleos de desastres para resposta assistencial de urgência rápida e coordenada nas situações de desastres naturais ou provocados e de epidemias e doenças transmissíveis	Número	N/A	4	0	0,0	Número de macrorregionais com Núcleos de Desastres dividido pelo número de macrorregionais com Núcleos previstos
<b>PGE 9: PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE</b>						
Fator de Redução das Desigualdades para hierarquização dos municípios	Texto	N/A	cumprido	cumprido	100,0	391 Municípios priorizados
UBS construídas, reformadas e/ou ampliadas	Número	N/A	219	380	173,5	Número de UBS construídas, reformadas e/ou ampliadas dividido pelo número previsto

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	PREVISÃO DO PROJETO	RESULTADO FINAL DO PROJETO	DESEMPENHO (%)	MEDIDA DE DESEMPENHO
Número de instituições beneficiadas com equipamentos para atender as gestantes e crianças da Rede Mãe Paranaense	Número	N/A	458	597	130,3	Número de UBS equipadas dividido pelo número previsto
Municípios com incentivo financeiro para o atendimento nas APSs	Número	N/A	391	391	100,0	Número de municípios com incentivo dividido pelo número de municípios previstos
Profissionais da Atenção Primária à Saúde melhor qualificados	Número	N/A	47.005	59.415	126,4	Número de profissionais qualificados dividido pelo número de profissionais previstos
Gestantes SUS dependentes com carteira	Percentual	N/A	90	107	119,0	Número de gestantes SUS dependentes com carteira, dividido pelo número estimado de gestantes SUS dependentes
Crianças SUS dependentes com carteira nas UBS	Percentual	N/A	90	94	104,3	Número de crianças SUS dependentes com carteiras nas UBSs / dividido pelo número estimado de crianças SUS dependentes
Gestantes com classificação de risco registrada no SISPRENATAL	Percentual	N/A	80	66,8	83,5	Número de AIH para procedimentos obstétricos emitidas por Hospitais da Rede dividido pelo número estimado de gestantes SUS Dependentes
Gestantes com atenção e referência hospitalar garantidas nas intercorrências e no parto	Percentual	N/A	80	66,8	83,5	Número de AIH para procedimentos obstétricos emitidas por Hospitais da Rede dividido pelo número estimado de gestantes SUS Dependentes

FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

*Fim do documento*